

UNIVERSIDADE FUMEC

Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento

Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento

ANDRÉ LUIZ OGANDO PEREIRA

**O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ACESSO  
A DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**

BELO HORIZONTE

2019

ANDRÉ LUIZ OGANDO PEREIRA

**O USO DAS TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO ACESSO  
A DOCUMENTOS DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Profissional em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento da Universidade FUMEC como requisito parcial para obtenção do título de mestre.

Área de Concentração: Gestão de Sistemas de Informação e do Conhecimento

Linha de pesquisa: Gestão da Informação e do Conhecimento

Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Marta Macedo Kerr Pinheiro

BELO HORIZONTE

2019

### **Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

P436u Pereira, André Luiz Ogando, 1982 -  
O uso das tecnologias da informação e comunicação no  
acesso a documentos do Arquivo Público Mineiro / André Luiz  
Ogando Pereira. – Belo Horizonte, 2019.  
98 f : il. ; 29,7 cm

Orientadora: Marta Macedo Kerr Pinheiro  
Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação e  
Gestão do Conhecimento), Universidade FUMEC, Faculdade  
de Ciências Empresariais, Belo Horizonte, 2019.

1. Gestão do Conhecimento. 2. Comunicação. 3.  
Arquivos públicos. I. Título. II. Pinheiro, Marta Macedo Kerr.  
III. Universidade FUMEC, Faculdade de Ciências  
Empresariais.

CDU: 65.01:001

Dissertação intitulada “**O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação no Acesso a Documentos do Arquivo Público Mineiro**” de autoria de André Luiz Ogando Pereira, aprovado pela banca examinadora constituída pelos seguintes professores:



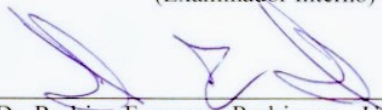
---

Profa. Dra. Marta Macedo Kerr Pinheiro – Universidade FUMEC  
(Orientadora)



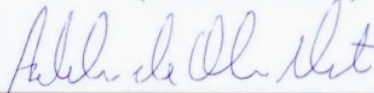
---

Prof. Dr. Rodrigo Moreno Marques – Universidade FUMEC  
(Examinador Interno)



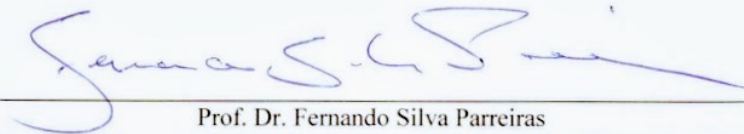
---

Prof. Dr. Rodrigo Fonseca e Rodrigues – Universidade FUMEC  
(Examinador Interno)



---

Prof. Dr. Adalson de Oliveira Nascimento – UFMG  
(Examinador Externo)



---

Prof. Dr. Fernando Silva Parreiras  
Coordenador do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do  
Conhecimento da Universidade FUMEC

Belo Horizonte, 13 de agosto de 2019.

*Dedico esse estudo a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a sua realização.*

## AGRADECIMENTOS

O meu agradecimento é destinado a todos que contribuíram para a conclusão dessa etapa da minha vida:

A Deus e aos espíritos de luz que me acompanharam durante essa trajetória;

À minha mãe, pelo amor, pelo eterno apoio e pelo incentivo a mim dados e por tudo que ela significa em minha vida;

Ao meu pai, pelo amor e afeto, sendo que, de onde ele estiver, sei que estará acompanhado os meus passos;

À minha avó, Iêda, pelos anos de convívio e por sempre ter incentivado os meus estudos;

Ao Fred, pelo incentivo, pelo companheirismo e pelo apoio nas idas e vindas ao longo do curso;

À Filó e à Chica, pelo companheirismo, carinho e lealdade indispensáveis, inclusive nas horas de estudo;

A todos amigos e familiares que tenham feito parte desse processo;

Aos colegas e amigos de trabalho, Henry e Ney, pelas conversas, incentivos e apoio nos estudos, bem como aos colegas do CEFET-MG, Sheila e Eduardo, por terem sido parte do processo de conquista desse objetivo;

Aos colegas de turma do curso, pelas ideias e experiências trocadas;

Aos funcionários da Secretaria do PPGSIGC da Universidade FUMEC, pelo suporte, pela atenção e pelos esclarecimentos prestados durante o curso, e também aos funcionários da portaria, pelo carinho, recepção e atenção em todos momentos de chegada e partida;

Aos professores do PPGSIGC da Universidade FUMEC, em especial à professora orientadora, Marta Macedo Kerr Pinheiro, e aos professores da Banca de Qualificação, Ana Maria Pereira Cardoso e Rodrigo Moreno Marques, bem como aos demais professores envolvidos;

À equipe do APM, que sempre mostrou-se solícita, atenciosa e disposta a contribuir e a dedicar parte do seu tempo para auxiliar na realização dessa pesquisa;

E a todos que, direta ou indiretamente, tenham contribuído para essa conquista.

Muito obrigado!

*“Os avanços tecnológicos e a velocidade com que ocorrem, fenômenos da era contemporânea, se fazem sentir em todas as atividades do homem e muito especialmente nas áreas da informação e comunicação, aproximando os povos do mundo, que nos parece cada vez menor, e despertando interesse sobre suas características culturais e socioeconômicas, bem como seus progressos técnicos-científicos”.*

*(Marilena Leite Paes)*

## RESUMO

Com o avanço das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), especialmente a partir de 1990, observou-se progressivamente a adoção de suas ferramentas por diferentes instituições, como arquivos, bibliotecas, museus e centros de informação. Além de *hardwares*, as TIC passaram a disponibilizar também *softwares*, redes de dados e outras ferramentas voltadas à disponibilização da informação, a exemplo dos *scanners*, que passaram a permitir a passagem de documentos do meio físico para o digital, por meio de processo conhecido como digitalização. Dessa forma, a possibilidade de acesso, que antes era restrita ao documento original, passou a ser mais ampla, uma vez que essas ferramentas passaram gradualmente a permitir que a informação fosse acessada de outras formas.

Entre as instituições que adotaram o uso das TIC, com o propósito de, entre outras coisas, ampliar o acesso à informação, destaca-se o Arquivo Público Mineiro (APM), instituição arquivística pública fundada em 1895 e localizada atualmente na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais. Devido à expressividade da Instituição e do seu acervo, ela foi eleita para a realização desta pesquisa, orientada pela seguinte questão: qual o efeito promovido pelo uso das TIC, a partir de 1990, no acesso a documentos do APM? Dessa forma, o objetivo geral foi verificar o efeito do uso das TIC, a partir de 1990, no acesso a documentos do APM, ou seja, o propósito foi identificar as ferramentas adotadas pelo APM e verificar se o uso delas refletiu na ampliação do acesso à informação e na diversificação da composição do público atendido. A pesquisa foi tipicamente descritiva e qualitativa e, para sua realização, foram coletados dados por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas. Como resultados, constatou-se que as principais ferramentas adotadas foram a digitalização, a partir do final dos anos 1990, e o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM), a partir de 2007, além de outras ferramentas que também deram suporte às mencionadas, como a microfilmagem, o uso de metadados e a indexação. Além de contribuir com a preservação do acervo, essas ferramentas permitiram não apenas o aumento do número de acessos aos documentos da Instituição, especialmente a partir do lançamento do SIAAPM, em 2007, como também contribuíram com a diversificação do público atendido. Percebeu-se que, mais que construir dados históricos para pesquisadores, o APM tem contribuído com a construção da história das sociedades e para



desenrolar esta narrativa é preciso haver o apoio instrumental das TIC, que devem ser atualizadas constantemente.

**Palavras-chave:** Acesso à Informação. Arquivos Públicos. Tecnologias da Informação e Comunicação.

## ABSTRACT

With the advancement of Information and Communication Technologies (ICT), especially since 1990, the adoption of its tools by different institutions, such as archives, libraries, museums and information centers, has been progressively observed. In addition to hardware, ICT also provide software, data networks and other tools for the provision of information, such as scanners, which allow the passage of documents from the physical to the digital environment, through a process known as scanning. In this way, the possibility of access, which was previously restricted to the original document, became broader, since these tools gradually allowed the information to be accessed in other ways.

Among the institutions that adopted the use of ICT, in order to, among other things, increase access to information, we highlight the Arquivo Público Mineiro (APM), a public archival institution founded in 1895 and currently located in the city of Belo Horizonte, in the State of Minas Gerais. Due to the expressiveness of the Institution and its collection, it was elected to carry out this research, guided by the following question: what is the effect promoted by the use of ICT, since 1990, in access to APM documents? In this way, the general objective was to verify the effect of the use of ICT, since 1990, on access to APM documents, that is, the purpose was to identify the tools adopted by APM and to verify if their use reflected in the expansion of access information and diversification of the audience. The research was typically descriptive and qualitative and, for its accomplishment, data were collected through bibliographical research, documentary research and interviews. As a result, it was verified that the main tools adopted were the digitization, as of the end of the 1990s, and the Integrated System of Public Library Access (SIAAPM), from 2007, as well as other tools that also provided support such as microfilming, the use of metadata and indexing. In addition to contributing to the preservation of the collection, these tools not only allowed the institution to increase its number of accesses, especially since the launch of the SIAAPM, in 2007, but also contributed to the diversification of the public served. It has been noticed that, rather than building historical data for researchers, the APM has contributed to the construction of the history of societies and to carry out this narrative it is necessary to have the instrumental support of ICT, which must be constantly updated.

**Key words:** Access to Information. Public Archives. Information and Communication Technologies.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Interface do SIAAPM .....	63
Figura 2 - Relação entre as ferramentas identificadas .....	83

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Objetivos específicos .....	16
Quadro 2 - Períodos de trabalho dos entrevistados .....	51
Quadro 3 - Metodologia .....	53
Quadro 4 - Correspondência entre as categorias de análise e os objetivos específicos .....	54
Quadro 5 - Identificação das TIC .....	68
Quadro 6 - Quantidades de acessos entre 1995 e 2018 .....	69
Quadro 7 - Ampliação do acesso observada a partir da adoção da digitalização .....	71
Quadro 8 - Ampliação do acesso observada a partir da implantação do SIAAPM .....	74

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

APM	Arquivo Público Mineiro
CEMIG	Companhia Energética de Minas Gerais
CNIC	Comissão Nacional de Incentivo à Cultura
CONARQ	Conselho Nacional de Arquivos
CPBA	Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos
DCC	Departamento de Ciência da Computação
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
FAPEMIG	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais
FUMEC	Fundação Mineira de Educação e Cultura
GED	Gestão Eletrônica de Documentos
LAI	Lei de Acesso à Informação
NPDI	Núcleo de Processamento Digital da Imagem
PPGSIGC	Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento
PRODEMGE	Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais
SEPLAG	Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais
SGBD	Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados
SIAAPM	Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria

## SUMÁRIO

1 Introdução .....	13
1.1 Problema .....	15
1.2 Objetivos .....	15
1.2.1 Objetivo Geral .....	15
1.2.2 Objetivos Específicos .....	15
1.3 Justificativa .....	17
1.4 Trabalhos relacionados .....	17
1.5 Relação com o Programa em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento .....	20
2 Referencial teórico .....	20
2.1 Acesso à informação: conceitos e importância .....	21
2.1.1 Acesso à informação no Brasil: Lei de Acesso à Informação e outros dispositivos legais .....	23
2.2 Além da guarda: arquivos públicos como instâncias de acesso a documentos e informações .....	29
2.3 As Tecnologias de Informação e Comunicação e o acesso a documentos em arquivos públicos .....	34
3 Metodologia .....	39
3.1 Caracterização da pesquisa .....	40
3.2 Amostra, coleta e fontes dos dados .....	42
3.2.1 Amostra .....	42
3.2.2 Coleta e Fontes de Dados .....	45
3.3 Organização e análise dos dados .....	51
4 Resultados .....	54
4.1 Apresentação dos resultados .....	55
4.2 Discussão dos resultados .....	82
5 Considerações finais .....	88
REFERÊNCIAS .....	92
APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA .....	97

## 1 Introdução

Com o desenvolvimento das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), especialmente a partir de 1990, observou-se progressivamente a disseminação de *hardwares*, *softwares*, redes de dados e outras ferramentas que contribuíram com avanços nos processos de acesso à informação. Nesse contexto, as instituições que tinham como objeto a informação, tais como arquivos, bibliotecas, museus e centros de informação, puderam tornar mais dinâmico o acesso à informação.

Considerando-se o acesso à informação, percebe-se que as essas ferramentas passaram a contribuir, direta ou indiretamente, com a sua ampliação, seja por meio de *hardwares* voltados à disponibilização da informação, por meio de *softwares* específicos voltados a esse propósito ou mesmo a partir de redes de dados ou outras ferramentas. Um exemplo que merece destaque são os *scanners*, que são ferramentas que permitem a passagem dos documentos do meio físico para o digital, por meio da digitalização, a qual, em linhas gerais, corresponde ao “processo de conversão de um documento para o formato digital por meio de ferramenta apropriada, como um escâner” (Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, 2005, p.69). Portanto, a partir de 1990, diferentes ferramentas advindas dessas tecnologias ampliaram as possibilidades de acesso à informação, a exemplo da Internet. A esse respeito, Andrade e Araújo (2000, p. 2) afirmam que “a rede Internet devido à sua extraordinária difusão é considerada um meio ideal para divulgação de conhecimento e para a democratização do acesso à informação”.

No contexto de difusão dessas tecnologias, é importante dar atenção às instituições que tenham como objeto a informação, a exemplo das instituições arquivísticas, pois essas novas ferramentas possibilitaram a difusão do acervo a partir de novos meios e novas modalidades de acesso. Tal prática é especialmente importante no contexto dos arquivos públicos, que são instâncias concebidas com o propósito não apenas de promover a guarda, mas sobretudo de dar acesso aos documentos e às informações públicas, pois de nada adianta a manutenção de acervos sem que os mesmos estejam acessíveis e cumpram o seu papel social no tocante ao acesso. Conforme aponta Paes (2004, p.20), “a função básica do arquivo é tornar disponível as informações contidas no acervo documental sob a sua guarda”.

Portanto, levando-se em conta o elo entre arquivos públicos, as ferramentas tecnológicas e o acesso à informação, percebe-se que a união entre esses três elementos é justamente o ponto



de interseção no qual se inseriu a pesquisa que resultou na presente dissertação, uma vez que objetivou-se verificar o efeito do uso das TIC, a partir de 1990, no acesso a documentos do Arquivo Público Mineiro (APM), instituição arquivística pública localizada na cidade de Belo Horizonte, no Estado de Minas Gerais, ou seja, o propósito foi verificar se o uso das ferramentas adotadas pelo APM refletiram na ampliação do acesso e na diversificação da composição do público atendido, tendo sido o recorte cronológico da pesquisa coincidente com o período de surgimento e expansão dessas tecnologias. Cabe ressaltar que, em relação à proposta original da pesquisa, dois acréscimos foram feitos: primeiramente levou-se em conta todas as tecnologias observadas e não apenas aquelas voltadas à digitalização, como foi originalmente proposto, e, além disso, incluiu-se na pesquisa um objetivo de cunho mais qualitativo, que extrapolasse a simples contagem do acesso, que correspondeu ao terceiro objetivo específico da pesquisa, o qual teve o propósito identificar se houve alteração do perfil do público a partir da adoção das tecnologias, cujo alcance foi atrelado às entrevistas. Assim, não propôs-se a um estudo específico dos usuários do APM em relação às suas demandas informacionais

A pesquisa apresenta um caráter tipicamente descritivo, qualitativo e indutivo e, em relação ao seu cenário, ela insere-se no ambiente de transformação surgido, a partir de 1990, com a expansão das TIC e com a adoção de suas ferramentas por instituições que lidam com informação, a exemplo de arquivos, bibliotecas, museus e centros de informação. O acesso à informação não estava mais restrito ao documento original, sendo que questões como acesso remoto e documentos em novos formatos, a exemplo do digital, começavam a despontar, de forma que as Instituições que, até então, mantinham práticas tradicionais de acesso passaram a contar com novos aportes informacionais e tecnológicos voltados à disponibilização da informação.

Considerando-se o cenário apresentado, elegeu-se o APM como local de pesquisa, primeiramente devido à sua importância como fonte de informação e espaço de memória no Estado e, também, devido ao tamanho e à expressividade do seu acervo, como será visto na Metodologia.

## 1.1 Problema

Tendo em vista, portanto, a evolução das tecnologias e o uso de suas ferramentas em atividades voltadas à disponibilização da informação, pretendeu-se responder à seguinte questão: qual o efeito promovido pelo uso das TIC, a partir de 1990, no acesso a documentos do APM? Isto é, verificou-se, a partir dos dados levantados junto ao APM e a outras fontes, se o uso das ferramentas adotadas pelo APM refletiu na ampliação do acesso e na diversificação da composição do público atendido, tradicionalmente formado por pesquisadores. Os caminhos estabelecidos para se responder ao problema de pesquisa estão detalhados na Metodologia.

## 1.2 Objetivos

### 1.2.1 Objetivo geral

O objetivo geral da pesquisa foi verificar o efeito do uso das TIC, a partir de 1990, no acesso a documentos do APM. Em outras palavras, o que se pretendeu verificar foi se o uso das ferramentas adotadas pelo APM refletiu na ampliação do acesso e na diversificação da composição do público atendido. Dessa forma, percebe-se que o objetivo da pesquisa apresentou, por um lado, um propósito de cunho mais quantitativo, que seria verificar se o uso das tecnologias promoveu a expansão numérica do acesso, e, por outro lado, um de cunho mais qualitativo, que seria verificar se o uso dessas tecnologias permitiu a diversificação da composição do público atendido pela Instituição.

### 1.2.2 Objetivos específicos

Para a consecução do objetivo geral, foram estabelecidos três objetivos específicos. Inicialmente, a proposta foi (1) **identificar as ferramentas das TIC usadas pelo APM, a partir de 1990**. O propósito desse objetivo foi verificar as direções dadas na escolha das tecnologias com o intuito de viabilizar o acesso, sendo que essas tecnologias podem incluir *hardwares*, *softwares*, redes de dados e outras ferramentas. A consecução desse objetivo teve

como produto a relação das ferramentas adotadas nos diferentes anos, bem como uma breve descrição do propósito de cada uma delas.

Na sequência, o objetivo foi (2) **verificar se o uso das ferramentas tecnológicas promoveu a ampliação do acesso a documentos da Instituição**. Esse objetivo teve um cunho mais quantitativo, na medida em que teve o propósito de verificar se o uso das tecnologias promoveu a expansão numérica do acesso. A consecução desse objetivo teve como produto informações acerca da ampliação observada em relação ao acesso a partir da adoção das ferramentas identificadas.

Finalmente, objetivou-se (3) **verificar se o uso das ferramentas tecnológicas permitiu a diversificação da composição do público atendido pela Instituição**. Esse objetivo teve um cunho mais qualitativo, na medida em que teve o propósito de verificar se o uso das tecnologias promoveu a diversificação da composição do público atendido pela Instituição. A consecução desse objetivo teve como produto informações acerca da variação observada em relação à composição do público atendido a partir da adoção das ferramentas identificadas, sendo que, como será visto adiante, esse público pode ser composto pela administração, por cidadãos e por pesquisadores.

O quadro a seguir (Quadro 1) sintetiza os objetivos específicos da pesquisa:

<b>Objetivo Específico</b>	<b>Descrição</b>	<b>Produto</b>
1	<b>Identificar as ferramentas das TIC usadas pelo APM, a partir de 1990</b>	Relação das tecnologias adotadas nos diferentes anos, bem como uma breve descrição do propósito de cada uma delas
2	<b>Verificar se o uso das ferramentas tecnológicas promoveu a ampliação do acesso a documentos da Instituição</b>	Informações acerca da ampliação observada em relação ao acesso a partir da adoção das ferramentas identificadas
3	<b>Verificar se o uso das ferramentas tecnológicas permitiu a diversificação da composição do público atendido pela Instituição</b>	Informações acerca da variação observada em relação à composição do público atendido a partir da adoção das ferramentas identificadas

Quadro 1 - Objetivos específicos.

### 1.3 Justificativa

Para entender o porquê da importância da pesquisa em relação ao tema proposto, deve-se perceber o papel que os arquivos públicos têm em tornar seus documentos acessíveis aos usuários, o que é feito, entre outras coisas, por meio de práticas e ferramentas que promovam novas possibilidades de acesso, a exemplo das ferramentas tecnológicas. Uma pesquisa pode se mostrar relevante em termos acadêmicos, em termos de práticas do cotidiano, bem como na elaboração de novas políticas e novas práticas.

Em termos acadêmicos, acredita-se que as discussões aqui feitas poderão contribuir com estudos que abordem a temática das tecnologias, do acesso e dos arquivos públicos. Além disso, ela mostra-se relevante, primeiramente, por ter permitido verificar o papel de um arquivo público em tornar seus documentos acessíveis aos usuários, pois permitiu verificar extensão em que, de fato, a adoção das tecnologias levou à ampliação do acesso e à diversificação do público atendido. Finalmente, a pesquisa permitiu verificar a assertividade das práticas adotadas pelo APM, de forma que a Instituição poderá utilizar os dados da pesquisa para contribuir com a formulação ou estabelecimento de novas práticas e políticas de acesso a documentos e informações.

### 1.4 Trabalhos relacionados

A identificação de trabalhos relacionados foi parte importante da pesquisa, pois, além de contribuir com a construção do Referencial Teórico, auxiliou também na análise de temáticas correlatas. Alguns trabalhos ofereceram suporte para a abordagem de questões basilares da pesquisa, como o acesso à informação e os arquivos públicos. Já outros trabalhos, foram ao encontro do tema proposto e abordaram diretamente as tecnologias e a influência do seu uso na ampliação do acesso à informação, mas restringindo-se a algumas ferramentas de forma isolada, tais como sistemas multimídias e digitalização. Portanto, como a presente pesquisa abordou as TIC como um todo e não apenas uma ferramenta específica, o que nessa pesquisa se discutiu provavelmente foi além dos trabalhos aqui relacionados, no sentido de ter considerado não uma única ferramenta, mas qualquer *hardware*, *software*, rede de dados ou outra ferramenta que tenha sido adotada com o propósito de viabilizar o acesso no APM. Mas, ainda assim, esses trabalhos foram importantes na contribuição das análises feitas em

relação aos resultados obtidos, de forma que alguns foram de fato citados e mencionados nas Referências, enquanto outros foram meramente fontes de leitura e inspiração.

Em relação ao **acesso**, Andrade e Cardoso (2014), no capítulo “O acesso à informação pública no Brasil: a lei 12.527/2011 e as práticas sociais”, publicado em “A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões”, abordam dispositivos legais da legislação brasileira que buscaram garantir o acesso à informação, a exemplo da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), a qual, entre outras questões, regulamentou o acesso previsto em dispositivos anteriores, como a Constituição Federal.

Em relação ao papel dos **arquivos públicos** no acesso à informação, no mesmo livro, Paiva (2014), em “Os arquivos e o acesso à informação pública no Brasil: desafios e perspectivas”, trata da questão dos arquivos públicos e da sua missão primária como instância de garantia de acesso à informação. Fachin (2014) também aborda a questão do acesso nos arquivos públicos. Em sua dissertação, intitulada “Acesso à informação pública nos arquivos públicos estaduais”, apresentada em 2014, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), ela analisa a disposição da informação caracterizada de acesso público, nos *websites* dos Arquivos Públicos Estaduais, quanto aos critérios da LAI, com foco na divulgação da informação em meio eletrônico.

Já em relação às **TIC** e o papel do uso de suas ferramentas na ampliação do acesso, que é a temática da pesquisa, há textos que tratam do surgimento dessas tecnologias, bem como há outros que focam no papel de suas ferramentas na ampliação do acesso, sendo que essas ferramentas podem incluir desde equipamentos voltados à digitalização, até sistemas ou interfaces voltadas à ampliação do acesso. Outro artigo ligado ao tema é “Mutações no Conceito de Documento: era digital e o processo de redocumentarização”. Nesse artigo, fruto de um doutorado, Santos (2018) reflete sobre o conceito de documento a partir de sua relação com as ferramentas digitais. Uma dissertação que aborda o tema é “Sistemas de Informação Multimídia na Preservação de Acervos Permanentes”, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Computação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Nela, Valle Júnior (2003) explora os benefícios e desafios trazidos pela aplicação de sistemas de informação multimídia aos acervos de valor permanente, tratando da disponibilização dos documentos e também do auxílio à preservação do acervo digital, da criação de instrumentos de pesquisa eletrônicos e convencionais e do suporte ao profissional

da informação em suas tarefas de indexação, classificação e reformatação do acervo. Outra dissertação que trata do tema é “Digitalização de documentos: implicações do acesso às informações arquivísticas”, apresentada em 2013 ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Patrimônio Cultural da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Nesse trabalho, Schäfer (2013) trata de recomendações acerca do processo de digitalização visando o acesso às informações arquivísticas. Há também a dissertação “Digitalização de Documentos: Implicações no Acesso às Informações Arquivísticas”, da UFSM e de autoria de Schäfer (2013), a qual também aborda o uso das tecnologias no contexto do acesso à informação.

Alguns trabalhos identificados focam mais diretamente no APM, que é o objeto de pesquisa desse estudo, a exemplo do artigo “Um Sistema de Informação Multimídia para Recuperação de Documentos Históricos”. Nesse trabalho, Andrade e Araújo (2000) descrevem a elaboração de um protótipo de sistema de informação multimídia para pesquisa e divulgação de coleções de documentos históricos permanentes pertencentes ao Arquivo Público Mineiro e as técnicas e ferramentas de informática utilizadas na sua construção. O artigo “Multimídia para Acesso a Acervos Históricos”, também de Andrade e Araújo (2000), enfatiza a importância dos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBD) no âmbito do armazenamento e da recuperação de dados complexos. Alguns desses trabalhos têm foco nos usuários do APM, a exemplo do artigo “Usos e usuários do Arquivo Público Mineiro em ambiente digital e presencial”, de autoria de Lobato e Rocha (2019), e da tese “Práticas Informacionais em arquivos: quadro comportamental e contexto social dos usuários do Arquivo Público Mineiro”, de autoria de Vaz (2019). Outros trabalhos que tem foco no APM são: “Digitalizando para durar: experiência do Arquivo Público Mineiro”, de autoria de Lopes; Valle Jr.; Amorim e Vieira (2004); “Inclusão Digital de Acervos Históricos através de Sistemas de Informação Multimídia”, de autoria de Araújo; Valle Jr.; Amorim; Vieira e Andrade (2003); “A tecnologia e os órgãos de documentação: a experiência do Arquivo Público Mineiro”, de autoria de Amorim (2001); “Uso de Sistemas de Informação Multimídia em Acervos Permanentes”, de autoria de Nunes; Araújo e Souza (2004); “Digitalização de acervos, desafio para o futuro”, de autoria de Valle Jr. e Araújo (2005) e “Uma plataforma de pesquisa amplamente disponível”, de autoria de Bertholdo (2010)

Além dos trabalhos anteriores, cabe ainda mencionar o livro “O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária”, do ano de 2013. Nesse livro, Rondinelli (2013) apresenta questões fundamentais para o entendimento do documento

arquivístico digital, com dimensão, alcance e repercussões, que vão além das suas áreas específicas do conhecimento. Portanto, esses foram os principais trabalhos que foram que estão relacionados à temática da pesquisa, alguns dos quais foram utilizados na pesquisa.

### **1.5 Relação com o Programa em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento**

A proposta da pesquisa coincide com interdisciplinaridade característica do Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento (PPGSIGC) da Universidade Fundação Mineira de Educação e Cultura (FUMEC), uma vez que a temática da pesquisa, assim como o próprio programa, passa por temas que permeiam diferentes questões, como a informação, as tecnologias, além de sistemas voltados à disponibilização da informação, os quais podem ser entendidos como ferramentas oriundas das tecnologias. Por tratar de questões ligadas às práticas e às políticas de acesso, o projeto insere-se na trilha Política e Economia da Informação, a qual, por sua vez, está ligada à linha Gestão da Informação e do Conhecimento. A área de concentração da pesquisa é Gestão de Sistemas de Informação e do Conhecimento.

## **2 Referencial Teórico**

No Referencial Teórico, abordaram-se assuntos que contemplam os três temas basilares da pesquisa, que são o acesso à informação, os arquivos públicos e as TIC, sendo que o elo entre esses elementos foi o fio condutor do trabalho. Inicialmente, foram abordados conceitos e entendimentos acerca da questão do acesso à informação e de suas implicações. Em seguida, abordou-se a questão dos arquivos públicos, traçando-se um breve histórico acerca do seu surgimento e, principalmente, apontando-se a sua importância enquanto instância de acesso. E, finalmente, tratou-se do surgimento e da evolução das TIC, especialmente após 1990, tendo sido destacados o papel e o potencial de suas ferramentas na ampliação do acesso à informação.

## 2.1 Acesso à informação: conceitos e importância

Em relação ao tema da pesquisa, fica clara a importância da discussão do papel do acesso à informação, uma vez que a temática perpassa por questões como o acesso e a disponibilização da informação, sendo importante não apenas compreender o conceito de acesso, mas sobretudo a sua importância, seja para os indivíduos ou para a sociedade.

A definição da palavra acesso pode ser obtida junto ao Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística, instrumento publicado pelo Arquivo Nacional e referência em termos arquivísticos no Brasil. Conforme o documento aponta (2005, p.19), o termo acesso diz respeito à “possibilidade de consulta a documentos e informações” e à “função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização”. A partir dessa definição, fica claro que o termo pode fazer menção à consulta tanto aos documentos propriamente ditos, quanto às informações que a eles se refiram, ou seja, é considerado acesso não apenas a consulta ao documento original, como também a consulta à versão digital de um documento físico, por exemplo. Tal compreensão torna-se importante na medida em que, em relação ao objeto de estudo, que é o APM, diferentes variações de consulta podem ser contabilizadas como acesso.

E, uma vez entendido o conceito de acesso, faz-se necessária a compreensão do seu papel, ou seja, é necessário extrapolar o conceito puro da palavra e buscar compreender o papel que o acesso possui para a sociedade. Para Fachin (2014, p. 34), esse conceito está também ligado a princípios sociais:

A palavra requer um conceito mais amplo, que encaixe outras circunstâncias; o acesso à informação também está relacionado aos princípios sociais como algo essencial, parte da vivência, considerado fundamental para a sociedade moderna, podendo ser um elemento empoderador, dar poder de escolha, poder informacional, tornar o povo autônomo de suas decisões, representando ruptura nas bases fundamentais da sociedade moderna.

A esse respeito, a Declaração do Estoril sobre o Acesso à Informação (Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, 2004, p. 01), documento fruto do 8º Congresso Nacional de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas, ocorrido em Estoril, em 2004, procurou salientar o relevante papel do acesso à informação no contexto social.



Resultado de uma produção conjunta dos profissionais da informação participantes do congresso, o referido documento destaca que:

O papel central da informação e do conhecimento no mundo contemporâneo é uma evidência por todos reconhecida. Por isso, o acesso à informação é essencial para garantir o bem-estar e o progresso dos indivíduos e das sociedades. Garantir um acesso equitativo à informação é fundamental para assegurar a participação cívica dos cidadãos, a qualificação dos recursos humanos, o desenvolvimento e a coesão social, em cada país e em nível mundial. A informação é assim um bem público. Um bem público indispensável para a democracia e o desenvolvimento.

Portanto, ao buscar a compreensão do conceito de acesso, nota-se que existe uma questão que, embora ligada ao entendimento do termo, é mais ampla e leva em conta o papel desse acesso enquanto instrumento social e ferramenta de garantia de direitos. A esse respeito, Andrade e Cardoso (2014, p.108) apontam que:

O acesso à informação (como sinônimo de acesso ao conhecimento) tornou-se uma exigência para a plena inserção na vida social, capacitando-se o indivíduo para fazer escolhas, tomar decisões, adquirir bens e serviços, usufruir de benefícios socioculturais, participar ativamente da movimentação política em torno da gestão da sociedade.

Vê-se, no trecho anterior, aspectos que coincidem com a questão da conquista e da garantia de direitos, os quais são também apontados por Gomes (2016, p. 11):

Entre os direitos humanos fundamentais, destaca-se o direito à informação, por ser um dos eixos condutores das demais conquistas da sociedade, uma vez que o cidadão informado pode alcançar o conhecimento de todos os seus direitos e deveres de maneira participativa, influenciando a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva. Essa prerrogativa está disposta em vários instrumentos legais, sendo uma das referências centrais, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que institui que “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e expressão; este direito inclui a liberdade de, sem interferência, ter opiniões e de procurar, receber e transmitir informações e ideias por quaisquer meios e independentemente de fronteiras”.

E, considerando-se a questão social, percebe-se que não cabe unicamente aos indivíduos a responsabilidade no processo de acesso à informação, isto é, embora seja importante que os indivíduos tenham um papel ativo nessa busca, há um outro ator com um papel importante nesse processo: o Estado. A questão do acesso coloca o Estado na posição de agente participativo, no sentido de ser uma instância fundamental para a disponibilização de informações públicas aos cidadãos. Nesse sentido, tem-se que:

O direito de acesso à informação, no contexto atual, insere-se como direito humano fundamental e passa a exigir que os Estados informem aos cidadãos sobre seus atos como exigência do direito de participação nos processos de tomada de decisão em sociedades democráticas. Além disso, o acesso à informação é importante mecanismo de controle social de atos ilícitos do Estado e de combate à corrupção. Nesse sentido, nas modernas Leis de Acesso à Informação, tal direito passa a ser compreendido como direito de acesso às informações em poder de órgãos públicos, que possuem como contrapartida o dever estatal de prestar informações, mantendo, inclusive, registros e cadastros acessíveis ao público, independentemente de requisição (ANDRADE; CARDOSO, 2014, p.117).

Portanto, o entendimento do acesso como instrumento de garantia de direitos coloca, também, o Estado como agente atuante nesse processo, por meio do seu dever diante da disponibilização das informações públicas à sociedade, ou seja, o direito de acesso à informação da sociedade passa também pelo dever de disponibilização dessas informações por parte do Estado. Nesse contexto, há de se considerar alguns dispositivos legais foram criados, no país, com o propósito de garantir e democratizar o acesso. Alguns desses dispositivos estão apresentados na sequência, os quais, de certa forma, contribuíram para que os arquivos públicos, tema dessa pesquisa, viessem a se firmar como instâncias de acesso à informação.

### **2.1.1 Acesso à informação no Brasil: Lei de Acesso à Informação e outros dispositivos legais**

Diferentes são os dispositivos legais publicados no Brasil que tratam da temática do acesso, sendo alguns mais abrangentes e outros mais sucintos, mas fato é que esses dispositivos, em seu conjunto, compõem um importante arcabouço com potencial para contribuição na promoção do acesso à informação, considerando-se os diferentes poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) e esferas (municipal, estadual e federal) da Administração Pública. Na sequência, apresentaram-se alguns desses dispositivos, mas optou-se por fazê-lo não na ordem cronológica, seguindo a cronologia das publicações, mas sim iniciando-se pela apresentação daquela que, por alguns, é considerada um marco na questão do acesso à informação no Brasil: a Lei de Acesso à Informação (LAI).

A Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, conhecida também como Lei de Acesso à Informação, regulamentou o acesso à informação no Brasil, sendo que sua abrangência é

nacional, uma vez ela dispôs, em seus incisos I e II, do parágrafo único, que subordinam-se a ela “os órgãos públicos integrantes da administração direta dos Poderes Executivo, Legislativo, incluindo as Cortes de Contas, e Judiciário e do Ministério Público” e “as autarquias, as fundações públicas, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios”.

Em seu art. 1º, a lei já estabelece o seu propósito e afirma que ela irá dispor sobre “os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal”, enquanto em seu art. 7º, do inciso II, ela garante ao cidadão o direito de obter “informação contida em registros ou documentos, produzidos ou acumulados por seus órgãos ou entidades, recolhidos ou não a arquivos públicos”. Acerca da questão do acesso, que é o tema da pesquisa, em seu art. 5º, a LAI afirma que “é dever do Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão”. Portanto, passados vinte e três anos de promulgação da Constituição Federal de 1988, viu-se emergir no Brasil, em 2011, um dispositivo que procurou reforçar o papel do Estado diante da questão do acesso à informação. Sobre a importância da LAI, Tanus e Araújo (2013, p. 95) afirmam que:

Acredita-se que essa lei de acesso à informação abre caminhos para um maior controle social da informação pelos diversos setores da sociedade, dando-lhe um caráter mais transparente e ativo no conceito de acesso à informação, reforçando, portanto, as atividades de gestão documental previstas na lei anterior (Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991), bem como fortalece o papel dos arquivos como mecanismos democratizantes e portadores de informação histórico-cultural.

O papel da lei na questão do acesso, visto como instrumento de condução à democracia, também é apontado por Fonseca e Sá e Malin (2012, p. 02):

A publicação da Lei de Acesso a Informações significa um importante passo para a consolidação democrática do Brasil e também para o sucesso das ações de prevenção da corrupção no país. Por tornar possível uma maior participação popular e o controle social das ações governamentais, o acesso da sociedade às informações públicas permite que ocorra uma melhoria na gestão pública.

A regulamentação da referida lei ocorreu pelo Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012, o qual, entretanto, aplica-se somente ao Poder Executivo Federal, conforme aponta o seu art. 1º, que afirma que “este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Federal, os procedimentos para a garantia do acesso à informação e para a classificação de informações sob restrição de acesso, observados grau e prazo de sigilo”. Conforme mencionado anteriormente, cabe apontar que, embora a LAI não tenha sido o primeiro dispositivo nacional a tratar do acesso, o destaque dado a ela justifica-se pelo fato dela ser vista por alguns como um marco nacional no âmbito da democratização do acesso à informação, detalhando importantes pontos da legislação brasileira que careciam de regulamentação. Contudo, fato é que outros dispositivos publicados anteriormente a ela já tratavam, direta ou indiretamente, do acesso à informação em relação aos documentos públicos. A esse respeito, Fonseca e Sá e Malin (2012, p. 06) reconhecem que, apesar da existência da LAI, outros dispositivos já versavam sobre o acesso:

Antes da aprovação da lei que regulamenta o direito de acesso a informações públicas, em 18 de novembro de 2011, várias outras leis foram elaboradas e aprovadas. Em sua maioria, versam sobre o sigilo de documentos públicos. Outras, embora não tenham o foco em garantir o acesso a informações públicas, determinam sua divulgação.

Além da LAI, outro dispositivo que merece destaque é a Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 1988. Em seu inciso XIV, do art. 5º, do Título II (Direitos e Garantias Fundamentais), do Capítulo I (Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos), a Constituição Federal afirma que “é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional”. Contudo no mesmo artigo, o inciso XXXIII traz que:

Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado (Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, inciso XXXIII).

Já o art. 216, em seu § 2º, afirma que “cabem à administração pública, na forma da lei, a gestão da documentação governamental e as providências para franquear sua consulta a quantos dela necessitem”. Portanto, vê-se, já em 1988, trechos que trazem a questão do

acesso. Mais do que apresentar esses trechos como estão dispostos, é importante analisar o papel da Constituição Federal em sentido amplo, como instrumento de democracia. A respeito disso, Jardim (2012, p. 02) aponta que:

Em 1988, a Constituição Federal garantiu à sociedade brasileira o direito à informação, um dos pilares básicos da democracia contemporânea. Trata-se de um direito civil, mas também político e social, que acentua a importância jurídica assumida pela informação nas sociedades democráticas. Um dos indicadores da cidadania a partir da segunda metade século XX, o direito à informação consolida-se de formas distintas em diversas experiências históricas. A ideia de direito à informação governamental encontra-se no cerne dessas realidades. Em todas elas, os regimes jurídicos e administrativos que norteiam as relações entre Estado e Sociedade definem, em graus variados, agências, agentes, políticas, estruturas e discursos informacionais.

Outro dispositivo ligado ao acesso é a Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991, conhecida como Lei de Arquivos, que dispôs sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados, trazendo importantes avanços não apenas em relação à questão do acesso, mas também na apresentação de conceitos e entendimentos até então pouco abordados por outros dispositivos. Essa lei, de âmbito federal, abrange indistintamente todas as esferas e poderes da Administração Pública e apresenta um importante entendimento acerca da definição de documento público, ao afirmar, em seu art. 7º, que:

Os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias (Lei nº 8.159, art. 7º).

A referida lei, no § 1, do mesmo artigo, afirma que “são também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades”. A questão da informação pública também é pontuada por Jardim (2012, p. 05):

Desde a sua divulgação, ainda como anteprojeto, a LAI tem sido identificada na mídia e em eventos acadêmicos como “Lei de Acesso à Informação Pública”. Toda informação produzida ou acumulada pelo Governo no decorrer da administração do Estado é de natureza pública, embora não seja eventualmente de acesso irrestrito, por força de restrições legais. Assim, nem toda informação considerada “pública” é produzida pelo Governo: um relatório de uma empresa privada sobre tendências do mercado financeiro pode ser publicizado, embora seja um documento de natureza privada.

Em seus arts. 18, 19, 20 e 21, a Lei de Arquivos ressalta o papel das esferas públicas, dos diferentes poderes, não apenas em preservar, mas também em “facultar o acesso aos documentos sob sua guarda”. Originalmente, ela dispunha, em seu Capítulo V, sobre o acesso e o sigilo dos documentos públicos, entretanto os artigos do referido capítulo foram revogados pela LAI. Acerca da regulamentação da Lei de Arquivos, ela ocorreu por meio do Decreto nº 4.073, de 3 de janeiro de 2002, o qual estabeleceu competências e detalhou alguns pontos da lei que o originou, entretanto não há maiores detalhamentos, no referido decreto, sobre questões ligadas diretamente ao acesso à informação.

Todos dispositivos mencionados anteriormente foram publicados em nível federal, mas é fundamental mencionar também um importante dispositivo publicado em nível estadual, uma vez que o APM é uma Instituição do Poder Executivo Estadual. Em 11 de janeiro de 2011, foi promulgada, em Minas Gerais, a Lei nº 19.420, a qual estabeleceu a Política Estadual de Arquivos. O inciso V, do art. 2º, afirma que cabe à Política Estadual de Arquivos, entre outras coisas, “assegurar o acesso às informações contidas nos arquivos, observadas as disposições legais”. Já o art. 10 afirma que compete aos arquivos públicos, entre outras coisas, a “garantia de acesso aos documentos públicos”. Finalmente, o art. 15 dispõe que “é assegurado a todos o acesso aos documentos públicos, salvo aqueles considerados sigilosos, nos termos da legislação vigente”. Portanto, vê-se, também em nível estadual, um dispositivo que visa garantir o acesso.

Todo esse conjunto de leis e dispositivos citados fazem parte de um todo, constituindo um conjunto de normativas que reiteraram o papel do Estado na questão do acesso. Acerca desses dispositivos, Jardim (2012, p. 02) os identifica, em conjunto, como “leis de acesso” e afirma que:

A aplicação das leis de acesso à informação governamental inclui a emergência de zonas de tensão, espaços de consenso e práticas informacionais entre Estado e Sociedade, inerentes às dinâmicas requeridas pelo direito à informação. Nesse mesmo processo, as demandas por transparência e participação do cidadão no desenho e controle social das ações do Estado ganham relevo na agenda política e nos modos de gestão da informação governamental.

Nesse ponto, cabe fazer dois breves apontamentos que, embora não contemplados pela pesquisa, são importantes pontos de reflexão: o primeiro a respeito da questão do sigilo das

informações públicas e o segundo a respeito da proibição, por parte do Estado, em cobrar dos cidadãos justificativa para os seus pedidos de informação.

A primeira reflexão é a respeito da possibilidade de atribuição, pela LAI, de graus de sigilo às informações públicas “em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado” (art. 4º, inciso III). Porém, conforme dispõe a própria lei, esse sigilo só é praticado em casos específicos previstos na legislação, sendo que deve ocorrer a “observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção” (art. 3º, inciso I). No trecho seguinte, Hoch, Rigui e Silva (2012, p. 261) enfatizam a excepcionalidade do sigilo:

“... a regra é a publicização, com o desenvolvimento da cultura de acesso. O sigilo, por sua vez, somente ocorre nas hipóteses previstas na lei, sendo, portanto, a exceção. Por ser admitido somente na excepcionalidade, o sigilo visa proteger dois eixos, quais sejam: “individual, no tocante à honra, imagem, intimidade e vida privada das pessoas; e público, quando o sigilo se revele necessário ou conveniente à segurança e à integridade do Estado ou da sociedade”, hipótese em que a restrição de acesso público será apenas temporária, conforme artigo 4º, III, da legislação.

Essa questão foi abordada, pois, ainda que o sigilo e a vedação do acesso sejam vistos como exceção, as suas práticas geram controvérsias e discussões, havendo entendimentos que interpretam o sigilo como um cerceamento do direito de acesso à informação, devendo ser adotado somente quando estritamente necessário. Ainda que esse tema não seja objeto de discussão da pesquisa, essa reflexão e essa abordagem são importantes, uma vez que nas decisões políticas do país esse tema já foi foco de embates e discussões, sendo que restrições mais incisivas ao acesso poderiam, a depender do caso, ser vistas como um limitador da possibilidade de consulta aos documentos públicos, podendo interferir inclusive na extensão com que os arquivos públicos disponibilizam as informações, devendo-se ter atenção na discussão de temas dessa natureza.

Outra reflexão a ser feita é a respeito da proibição do Estado em cobrar dos cidadãos justificativas para os seus pedidos de informação. Conforme aponta o § 3º, do art. 10, da LAI, “são vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público”, ou seja, não cabe ao Estado entrar no mérito do pedido de informação feito pelo cidadão e as motivações que levaram à determinada demanda informacional não podem ser objeto de questionamento. Tal vedação é reiterada pelo Decreto nº 7.724, em seu art. 14, o qual afirma que “são vedadas exigências relativas aos motivos do pedido de acesso à informação”. Estando, portanto, vedada qualquer solicitação, pelo ente

público, acerca das motivações que geraram determinado pedido, excluíram-se da pesquisa objetivos que ultrapassassem essa barreira, ou seja, o limite da presente pesquisa encerrou-se justamente na verificação da ampliação do acesso e na verificação da diversificação da composição do público atendido. Essa pontuação aqui feita é importante para entender que, embora possam existir outros elementos importantes numa pesquisa dessa natureza, como a verificação da qualificação do acesso e do atendimento da demanda (o que pode, também, incluir o potencial da informação em permitir a solução de problemas), a análise dessas questões carece de elementos que são posteriores ao ato do acesso propriamente dito e contraria, também, a LAI, por entrar no mérito de dados que muitas vezes não podem ser coletados na ocasião da consulta.

Portanto, feitas as ponderações necessárias e considerando-se os dispositivos apresentados, fica claro o papel do Estado na promoção do acesso à informação, sendo que a legislação que trata dessa temática reforça esse papel, inclusive, por meio da criação de instâncias responsáveis pela guarda e pela disponibilização de informações. Essas instâncias, no contexto da pesquisa, correspondem aos arquivos públicos, os quais são tema da discussão seguinte.

## **2.2 Além da guarda: arquivos públicos como instâncias de acesso a documentos e informações**

Compreender a função e o papel dos arquivos públicos é tarefa que leva, naturalmente, à necessidade de entendimento de sua origem, sendo que a discussão a seguir tratou justamente da compreensão do papel e do surgimento dessas instâncias. Segundo aponta Paes (2004, p. 19):

Há dúvidas quanto à origem do termo arquivo. Alguns afirmam ter surgido na antiga Grécia, com a denominação de *arché*, atribuída ao palácio dos magistrados. Daí evoluiu para *archeion*, local de guarda e depósito dos documentos. Ramiz Galvão (1909) o considera procedente de *archivum*, palavra de origem latina, que no sentido antigo identifica o lugar de guarda de documentos e outros títulos. As definições antigas acentuavam o aspecto legal dos arquivos, como depósitos de documentos e papéis de qualquer espécie, *tendo sempre relação com os direitos* das instituições ou indivíduos. Os documentos serviam apenas para estabelecer ou reivindicar direitos. Quando não atendiam mais a esta exigência, eram transferidos para museus e bibliotecas. Surgiu daí a ideia de *arquivo administrativo* e *arquivo histórico*.



Em relação à América Latina e, especificamente, ao Brasil, Jardim (1995, p. 7) aponta aspectos relativos ao surgimento dos arquivos públicos na região:

Na América Latina e, especificamente, no Brasil, a precariedade organizacional dos arquivos públicos e o uso social incipiente da informação governamental expressam a trajetória de suas administrações públicas, bem como suas condições políticas, econômicas e sociais. Os arquivos públicos latino-americanos institucionalizaram-se como resultado de um processo de independência e formação dos Estados modernos na região. Sob os projetos emergentes de nação, estas instituições foram consideradas arquivos históricos e, portanto, repositórios de uma memória tida como forjadora da identidade nacional.

Portanto, analisando-se esses trechos, e especialmente aquele apontado por Paes, percebe-se o entendimento que havia, no período, acerca da função de um arquivo, sendo que transferiam-se os documentos históricos a esses locais quando eles não mais serviam ao papel de garantia de direitos, ou seja, quando lhes restava apenas um valor histórico. Portanto, via-se surgir uma divisão na compreensão do papel dos arquivos, havendo, de um lado, os arquivos administrativos, os quais tinham papel ativo na garantia de direitos, e, de outro lado, os arquivos históricos, os quais, como mencionado no trecho anterior, recebiam documentos que não mais cumpriam o propósito original de garantia de direitos, ou seja, esses arquivos configuravam-se como locais meramente de guarda, tendo essa visão se estendido durante muito tempo. Porém, ao longo do tempo e especialmente no período contemporâneo, os arquivos passaram a ser identificados também como locais de acesso, vindo a ser consultados com outros propósitos, que não os tipicamente históricos, mas sem nunca perder este valor. Sobre isso, Paes (2004, p. 121) afirma:

Não se pode dividir o arquivo em dois compartimentos: velho (ou histórico) e administrativo. Na realidade, são pura e simplesmente arquivos em incessante processo de transformação. Os documentos históricos de hoje foram os administrativos de ontem e os administrativos de hoje serão os documentos históricos de amanhã. Mesmo os documentos históricos de hoje podem tornar-se novamente administrativos amanhã, por diversas circunstâncias, devido à sua utilização.

Barbosa e Silva (2012, p. 62) enfatizam o papel dos arquivos em servir não apenas à administração, mas também à sociedade:

Assim, entendemos que a função principal dos arquivos não é servir à administração - como no século XIX -, mas à sociedade. Ele deve sim auxiliar a administração,

auxiliar o Estado a garantir os direitos de cidadania. Proteger a memória pública é dever do Estado; conhecê-la, um direito do cidadão.

Portanto, ao longo do tempo, passou a existir uma visão diferente da original, a qual passou a visualizar os arquivos, referindo-se aqui aos arquivos públicos, como fontes de informação, seja para a administração que os originou, para a história ou para os cidadãos, de uma forma geral. Tal visão é também apontada por Schellenberg (2006, p. 30), que faz menção às razões que levaram países como França, Inglaterra e Estados Unidos a instituir seus arquivos públicos:

Recapitulando: que motivos levaram a França, a Inglaterra e os Estados Unidos a criar seus arquivos? A primeira e, é claro, a mais importante, foi a necessidade prática de incrementar a eficiência governamental. [...]. Com o decorrer do tempo, um governo naturalmente acumula tantos documentos que se faz mister tomar providências em relação aos mesmos. Quando tais documentos obliteram as repartições e dificultam a execução dos trabalhos, ocupando espaço valioso, servem como uma advertência diária de que alguma providência precisa ser tomada. A segunda razão foi de ordem cultural. Os arquivos públicos constituem um tipo de fonte de cultura entre muitos outros como livros, manuscritos e tesouros de museus. [...]. A terceira razão foi de interesse pessoal. [...]. Achavam que tais documentos eram imprescindíveis à proteção de direitos feudais e privilégios [...]. A quarta razão foi de ordem oficial. Os documentos, mesmo os mais antigos, são necessários às atividades do governo. Refletem a sua origem e crescimento. São a principal fonte de informação de todas as suas atividades.

A terceira razão apontada por Schellenberg vai ao encontro do entendimento moderno que considera os arquivos públicos como instâncias responsáveis pela garantia de direitos. Bellotto (2006, p. 28) reforçou esse papel amplo, e não apenas histórico, dos arquivos públicos, afirmando que:

A justificativa para a organização de arquivos públicos está na ordem direta do interesse dos quatro tipos fundamentais de público que dele fazem uso:

1. O administrador, isto é, aquele que produz o documento e dele necessita para sua própria informação, na complementação do processo decisório.
2. O cidadão interessado em testemunhos que possam comprovar seus direitos e cumprimentos de seus deveres para com o Estado.
3. O pesquisador - historiador, sociólogo ou acadêmico - em busca de informações para trabalhos de análises de comportamentos e eventos passados, podendo ser incluído nessa categoria o estudioso em geral.
4. O cidadão comum, aqui não mais interessado em dados juridicamente válidos, mas o cidadão não graduado, o aposentado, a dona-de-casa, etc. à procura de cultura geral, de entretenimento, em campos em que pode haver lugar para o conhecimento da história.

Portanto, Bellotto, assim como Schellenberg, apontou a importância dos arquivos para os diferentes públicos, ou seja, além da própria administração, que tinha nos arquivos o local de guarda e de acesso às informações, outros públicos passaram a encará-los como fontes de informação, a exemplo dos pesquisadores e dos cidadãos. Tal entendimento coincide com os valores que são atribuídos aos documentos, que, de forma simplificada, seriam os valores primário e secundário. Conforme aponta o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 171), o valor primário é aquele atribuído ao “documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora, levando-se em conta a sua utilidade para fins administrativos, legais e fiscais”, enquanto o valor secundário corresponde ao “valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a entidade produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 172). Portanto, vê-se, por um lado, que os documentos podem ser utilizados para fins meramente administrativos, e, por outro lado, que podem ser também utilizados para outros fins, a exemplo de estudos históricos e da busca de direitos. Contudo, ainda que os documentos possam ser consultados com diferentes propósitos, observa-se, em muitos casos, que nos arquivos públicos há uma prevalência da figura do pesquisador na busca por conhecimento, sendo que em algumas ocasiões tal prevalência ocorre naturalmente, pela presença natural desse público, ou mesmo pelo fato de, muitas vezes, o próprio arquivo denominar os usuários dessa forma, conforme aponta Rocha (2018, p. 71), ao afirmar que “... nas práticas profissionais de instituições arquivísticas, o usuário é usualmente denominado pesquisador, aquele que busca criar conhecimento...”.

Percebe-se, portanto, a partir dessa discussão, a importância do terceiro objetivo específico da pesquisa, uma vez que ele teve o propósito, justamente, de verificar se a introdução de ferramentas tecnológicas no APM, a partir de 1990, permitiu que houvesse a diversificação do público atendido pela Instituição, extrapolando a figura do pesquisador, isto é, objetivou-se verificar se o APM passou a contar com a presença de novos públicos em busca de informações, a exemplo dos cidadãos. A diversificação do público pode ser um sinal de que o arquivo esteja realmente cumprindo o seu papel social no processo de democratização do acesso à informação.

Ainda que o APM e outras instituições arquivísticas já existissem antes da LAI e da própria Constituição Federal, esses dispositivos legais do final do século XX e início do século XXI,

vistos no item anterior, só vieram a reforçar a necessidade da Administração Pública estar comprometida com a disponibilização de dados e com o acesso à informação, o que veio a reforçar o papel dos arquivos públicos nessa função. A esse respeito, Paiva (2014, p. 132) destaca, inclusive, a importância dos arquivos públicos na aplicação da LAI:

Embora a LAI não se refira especificamente à dimensão arquivística dos processos relacionados à aplicação da lei, os documentos públicos e o Arquivo Público deveriam ser, respectivamente, o objeto final e a agência responsável pela aplicação e monitoramento da Lei. De acordo com a Lei 8.159 (Lei de Arquivos), “a administração da documentação pública ou de caráter público compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do Distrito Federal e municipais”, restando evidente o protagonismo esperado dessas instituições em relação aos documentos públicos e, portanto, às informações ali registradas.

Quanto ao objeto de estudo, no caso o APM, sua criação seu deu a partir da Lei Estadual nº 126, de 11 de julho de 1895. Criado inicialmente na cidade de Ouro Preto, como uma repartição denominada Arquivo Público Mineiro, ele atualmente está ligado ao Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, o que vai ao encontro da Lei de Arquivos, a qual afirma, em seu art. 17, § 2º, que “são Arquivos Estaduais os arquivos do Poder Executivo, o arquivo do Poder Legislativo e o arquivo do Poder Judiciário”. O APM será apresentado com mais detalhes na Metodologia.

Portanto, a partir dos trechos anteriores, percebe-se que os arquivos públicos, que serviam em um primeiro momento basicamente à administração, passaram, com o decorrer do tempo, a servir também como fontes cada vez mais vivas de informação para pesquisadores e cidadãos, contemplando não apenas as buscas por informações de valor histórico, mas também aquelas ligadas à garantia de direitos. E, nesse contexto, o surgimento e a expansão das TIC, especialmente a partir de 1990, contribuíram sobremaneira para a atuação dessas instituições, pois novas ferramentas ampliaram as possibilidades de consulta e acesso às informações contidas nessas instituições. *Hardwares*, *softwares* e redes de dados, além de outras ferramentas, ampliaram as possibilidades de acesso e de difusão da informação, o que permitiu que os arquivos públicos também se beneficiassem dessas ferramentas, como será visto na sequência.

### 2.3 As Tecnologias da Informação e Comunicação e o acesso a documentos em arquivos públicos

No fim do século XX, mais precisamente na década de 1990, observou-se a emergência de novos recursos ligados à Informática, entre os quais incluíam-se *hardwares*, *softwares*, redes de dados e outras ferramentas que permitiram, entre outras coisas, que a informação fosse disseminada por meio de novos padrões e sob novas perspectivas. A esse respeito, percebe-se que:

Novas tecnologias de informação, especialmente no campo da Informática, revolucionaram o conceito de informação no fim do século XX. Armazenamento, tratamento, conservação e recuperação podiam ser feitas automaticamente e as redes de informação permitiam uma difusão informacional nunca vista (LE COADIC, 1996, p. 99).

Nesse contexto, tem-se também o impacto advindo do surgimento e da expansão da Internet, com reflexos nos processos de disseminação da informação. Castells (2005, p. 89) aponta essa importância, afirmando que:

Em fins da década de 1990, o poder de comunicação da Internet, juntamente com os novos progressos em telecomunicações e computação provocaram mais uma grande mudança tecnológica, dos microcomputadores e dos *mainframes* descentralizados e autônomos à computação universal por meio da interconexão de dispositivos de processamentos de dados, existentes em diversos formatos. Nesse novo sistema tecnológico, o poder de comunicação é distribuído numa rede montada ao redor de servidores da *web* que usam os mesmos protocolos da Internet, e equipados com capacidade de acesso a servidores em megacomputadores, em geral diferenciados entre servidores de bases de dados e servidores de aplicativos.

Sobre o surgimento dessas tecnologias, no Brasil, após 1990, Piedras e Silva (2016, p. 155) afirmam:

No Brasil, algumas dessas “novas tecnologias” começaram a se inserir no cotidiano a partir da abertura econômica dos anos 1990, com o fim da reserva de mercado dos computadores, a privatização dos serviços de telefonia e o início do acesso comercial à Internet. Atualmente, essas tecnologias são ofertadas no País como produtos e serviços comerciais (pagos), mas diversas iniciativas de âmbito político contribuíram para sua difusão, como programas de incentivo, de viabilização de infraestrutura e regulamentação dos setores envolvidos.

Há, inclusive, uma visão que considera que essas tecnologias possibilitaram não apenas a ampliação do acesso, como também levaram à produção de novas demandas informacionais e, a esse respeito, Jardim (1999, p. 2) afirma que:

Instituições como arquivos, bibliotecas e centros de documentação adquirem novas vocações, renovam funções que lhe são históricas e superam outras. Sob a banalização das tecnologias da informação, os usuários (aos menos os não excluídos do acesso às tecnologias da informação), produzem novas demandas aos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e provocam a realocação ou supressão de fronteiras que demarcam tais espaços.

E, apesar de algumas inovações nos campos da Informática, comunicação e disponibilização da informação terem sido criadas antes da década de 1990, a expressão Tecnologias da Informação e Comunicação surgiu em 1997, cunhada pelo inglês Dennis Stevenson:

O termo TIC foi usado pela primeira vez por Dennis Stevenson, em sua obra *Information and Communications Technology in UK Schools - an independent inquiry* (1997), para antecipar uma política do governo britânico que deveria intensificar o uso das TIC nas escolas públicas do Reino Unido, sob o risco de colocar, em um futuro muito próximo, uma geração de crianças em enorme desvantagem em relação às demandas do mundo globalizado (COSTA, 2016, p.32).

Trazendo a expressão para os tempos atuais e considerando-se a evolução dos recursos informáticos e de comunicação ocorrida desde 1990, contextualizou-se o termo cunhado por Dennis Stevenson, de forma que, hoje, em um sentido amplo, tem-se que:

As Tecnologias da Informação e Comunicação - TIC - podem ser entendidas como os meios que interferem nos processos informacionais e comunicativos das pessoas. São os recursos tecnológicos integrados entre si, que proporcionam, por meio das funções de *hardware*, *software* e telecomunicações, a automação e comunicação dos processos de uma sociedade (COSTA, 2016, p. 31).

Dessa forma, para efeito da pesquisa, considerou-se como ferramentas das TIC quaisquer elementos, sejam *hardwares*, *softwares*, redes de dados ou outras ferramentas, que tenham tido, direta ou indiretamente, o potencial de contribuir com a disponibilização e o fluxo da informação, de forma a possibilitar o acesso à informação. Pensando-se no acesso a documentos e informações, que é a temática desse projeto, percebe-se que essas ferramentas podem estar presentes em diferentes situações, incluindo *hardwares* que facilitem a disponibilização de informações (a exemplo de computadores, *scanners* e outras

ferramentas), *softwares* que permitam um controle mais eficaz e uma recuperação mais efetiva da informação (a exemplo de aplicações voltadas à indexação e à Gestão Eletrônica de Documentos, por exemplo, conhecida como GED), bem como redes de dados e outras ferramentas que permitam maior dinamicidade no fluxo e na troca de informações. As instituições arquivísticas, como é o caso do APM, puderam beneficiar-se diretamente dessas ferramentas, pois elas ampliaram as possibilidades de acesso aos seus documentos. A esse respeito, Bellotto (2006, p. 299) aponta:

A informática, entendida como “técnica que permite a produção e o tratamento acelerado da informação por meio de operações eletrônicas e mecânicas”, tem hoje nos arquivos marcada presença. As tecnologias aumentaram muito a capacidade da sociedade gerar, reunir, recuperar, examinar e utilizar dados com objetivos os mais variados, apresentando ainda a vantagem de possibilitar a acesso à informação à distância [...].

Especificamente em relação ao APM, que é o objeto da pesquisa, Andrade e Araújo (2000, p. 54), dão destaque à importante contribuição dos sistemas de processamento de dados, especialmente considerando-se o período de produção do artigo:

É cada vez mais acentuada, nos dias atuais, a utilização de sistemas de processamento de dados nas diversas atividades das Administrações Públicas, Federal, Estadual e Municipal no Brasil, com o objetivo de oferecer resultados eficientes e eficazes no alcance das finalidades de interesse administrativo e, também, para atender às necessidades e aos direitos sociais e políticos do cidadão. Entre as atividades do Estado de Minas Gerais, assim como dos demais estados da federação brasileira, está a referente ao Arquivo Público, que recolhe e conserva importantes documentos, abrangendo os principais aspectos da história do Brasil, desde seu descobrimento pelos portugueses no início do século XVI.

Os autores destacam também o papel dessas tecnologias na ampliação do acesso à informação, utilizando como exemplo os sistemas de gerência de banco de dados:

A associação de sistemas de gerência de bancos de dados multimídia com a Internet é de especial interesse para os sistemas de informação direcionados para museus e outras instituições responsáveis pela guarda e divulgação de obras de arte e documentos históricos. Estas tecnologias conjugadas têm um grande potencial para ampliar e democratizar o acesso ao patrimônio cultural da humanidade [...] (ANDRADE; ARAÚJO, 2000, p. 53).

Mais modernamente, a própria LAI apontou a questão do uso dessas tecnologias. Em seu art. 3º, inciso III, a lei apontou algumas diretrizes para assegurar o acesso, entre as quais inclui-se

a “utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação”. Ou seja, além do próprio crescimento do uso das tecnologias, ocorrido naturalmente a partir de 1990, observou-se, em 2011, a emergência de um dispositivo legal, no Brasil, que reforçou a importância dessas ferramentas na ampliação do acesso à informação. A esse respeito, Paiva (2014, p. 130) aponta:

Além disso, a lei detalha os tipos de informação que o cidadão tem direito de buscar, as formas que o órgão deve buscar para elevar ao máximo a divulgação das informações, de todas as formas possíveis, incluindo o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC); o procedimento de acesso à informação, desde o pedido até a entrega da resposta; os recursos e as restrições; a proteção e o controle das informações sigilosas; os procedimentos de classificação; e a proteção às informações pessoais.

Tudo que até aqui se mencionou foi a respeito do potencial das ferramentas tecnológicas para a promoção do acesso, especialmente o potencial da Internet em contribuir para que, no caso em questão, ocorra uma maior projeção dos arquivos públicos no tocante à disponibilização de dados, porém, cabem duas reflexões, que, embora não sejam foco da pesquisa, são discussões importantes em relação à temática do acesso.

Primeiramente, deve-se ter cautela para que a Internet não seja automaticamente entendida como um agente democratizador em relação à disponibilização das informações para a sociedade, isto é, embora tenha um grande potencial para tal, a existência da Internet, por si só, não implica uma maior difusão de informações para a sociedade, uma vez que essa difusão é também influenciada por fatores sociais e políticos, sendo que a aquisição do saber não é uma ação passiva. Isto é, embora a tecnologia possa abrir caminho para a disponibilidade, ela não conduz necessariamente ao acesso, ou seja, o uso dessas ferramentas, por si só, poderá não levar necessariamente a uma ampliação efetiva do acesso, sendo muitas vezes necessário que os arquivos públicos promovam práticas e políticas de ação cultural e de difusão do acervo para conseguir alcançar seus objetivos. Associar automaticamente a Internet a uma direção natural e a um inquestionável domínio tecnológico e informacional pode conduzir a interpretações ingênuas e, sobre isso, Werthein (2000, p. 02) aponta:

O foco sobre a tecnologia pode alimentar a visão ingênuas de determinismo tecnológico, segundo o qual as transformações em direção à sociedade da informação resultam da tecnologia, seguem uma lógica técnica e, portanto, neutra e estão fora da interferência de fatores sociais e políticos. Nada mais equivocado: processos sociais e transformação tecnológica resultam de uma interação complexa



em que fatores sociais pré-existent, a criatividade, o espírito empreendedor, as condições da pesquisa científica afetam o avanço tecnológico e suas aplicações sociais.

A outra discussão leva em conta o fato de que a Internet, devido ao seu potencial de alcance, pode contribuir com a disseminação de informações que careçam de embasamento e verdade, ou seja, é possível que a Internet promova a desinformação, apresentando informações que sejam desprovidas de veracidade e tal fato tem sido, há algum tempo, motivo de preocupação, como aponta Ramonet (1999, p. 24):

A preocupação atual dos cidadãos se funda na convicção de que o sistema informacional em si mesmo não é confiável, que existem falhas, que ele dá provas de sua incompetência e que pode - às vezes sem o saber - apresentar enormes mentiras como verdades.

A partir desses dois apontamentos, percebe-se que há de se ter cautela em relação à Internet, para que, por um lado, não se caia na perspectiva ufanista de associá-la automaticamente a uma expressiva ampliação do acesso à informação, seja em arquivos públicos ou mesmo em outros espaços e, por outro lado, não se credite veracidade a todas informações que nela circulam. Porém, não se pode perder de vista o objeto da pesquisa, que é uma instituição arquivística, ou seja, a pesquisa tratou dos documentos arquivísticos, os quais, conforme afirma o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 20), são aqueles documentos “produzidos e/ou recebidos no curso das atividades de uma entidade coletiva, pessoa coletiva ou família”. E, considerando-se que os documentos sob guarda do APM são públicos, deve-se considerar também que, conforme dispõe o art. 7º da Lei de Arquivos, “os arquivos públicos são os conjuntos de documentos produzidos e recebidos, no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual, do Distrito Federal e municipal em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias”. Estando delimitado, portanto, que a pesquisa tratou exclusivamente dos documentos arquivísticos, há de se levar em conta as características inerentes a esses documentos. Conforme aponta Duranti (1994, p. 52), essas características são “imparcialidade, autenticidade, naturalidade, inter-relacionamento e unicidade”, sendo que o destaque aqui deve ser dado à característica da imparcialidade, a qual apresenta as seguintes características:

Sua perspectiva é dos arquivos produzidos por entidades da administração pública ou privada. O conceito de Imparcialidade sugere que o documento nasce por uma

imposição da natureza das atividades de uma instituição, e não porque houve uma escolha de ter-se um documento para essa ou aquela finalidade. A imparcialidade dos documentos refere-se à capacidade dos documentos de refletirem fielmente as ações do seu produtor. O autor enfatiza a verdade administrativa do documento e não a verdade do seu conteúdo. O motivo da criação de um documento, independentemente do seu conteúdo ser ou não, suponhamos, uma fraude, seria legítimo no que se refere à sua relação com as atividades da entidade que o criou (RODRIGUES, 2006, p. 109).

Ainda que seja possível que em certas ocasiões haja equívocos e inconsistências na produção de um documento arquivístico, afetando a verdade do conteúdo, e que o mesmo carregue certa parcialidade em sua produção, o que poderia afetar a característica da imparcialidade, tal viés não foi levado em conta na pesquisa, tendo-se considerado que todos os documentos sob guarda do APM são dotados de imparcialidade. Obviamente, pode haver casos da existência de documentos arquivísticos que atestem inverdades, porém essa seria uma exceção e tal fato não foi levado em conta na pesquisa. Essas observações acerca dos documentos arquivísticos, especialmente da imparcialidade, foram feitas apenas para levantar a existência dessas questões, mas, como afirmado, tais questões não foram levadas em conta na pesquisa. Feitas essas considerações, segue-se aos procedimentos metodológicos da pesquisa.

### **3 Metodologia**

A Metodologia é parte fundamental da pesquisa, por permitir estabelecer os caminhos e os critérios a serem seguidos no estudo. A esse respeito, Creswell (2007, p. 151) aponta que o estabelecimento de critérios da metodologia “delimita o escopo do estudo se os pesquisadores a usarem no começo e cria parâmetros de interpretação se ela for usada no final. Um pesquisador precisa delimitar a proposta de forma que os leitores entendam seus parâmetros”. Sobre esses parâmetros e procedimentos, Eiterer e Medeiros (2010, p. 11) afirmam que:

De fato, existem procedimentos que se regem por determinadas regras para a realização da pesquisa científica. Chamamos esses procedimentos, ou protocolo de ações, de método. Método é uma palavra de origem grega que tem sua origem na antiguidade, *methodos* significava caminho ou via para se chegar a um fim.

As autoras (2010, p. 09) apontam ainda “que as pesquisas científicas podem apresentar-se sob diferentes classificações, dependendo de seus objetivos, das fontes, da natureza dos dados e,

ainda, dos métodos utilizados na coleta ou produção desses dados”. Gil (2002, p. 162) afirma que a metodologia engloba “os procedimentos a serem seguidos na realização da pesquisa”. O autor afirma ainda que sua organização dependerá das características de cada pesquisa, sendo classificada quanto ao tipo, à população e amostra, à coleta e à análise dos dados. Dito isso, na sequência estão especificadas as técnicas e os caminhos metodológicos utilizados na pesquisa, de forma que ela foi classificada:

- ▶ Segundo a sua **caracterização**: a qual se dividiu quanto aos **objetivos**, ao **método de pesquisa**, à **abordagem** e à **metodologia investigativa** utilizadas;
- ▶ Segundo a **amostra**, as **formas de coleta** e as **fontes de dados**;
- ▶ Segundo as **formas de organização e análise dos dados**.

Os detalhes estão apresentados na sequência.

### 3.1 Caracterização da pesquisa

Nesse item, classificou-se a pesquisa segundo os objetivos metodológicos, os métodos de pesquisa, a abordagem e a metodologia investigativa utilizados. Conforme os **objetivos metodológicos** de uma pesquisa, ela pode ser classificada em exploratória, descritiva ou explicativa, havendo casos em que uma pesquisa pode ser enquadrada em dois ou mais critérios. Em linhas gerais, conforme apontam Eiterer e Medeiros (2010, p. 11):

A pesquisa exploratória [...] busca conhecer fenômenos ainda pouco estudados. Numa pesquisa descritiva, o objetivo é investigar um grupo ou fenômeno, descrevendo suas características ou identificando relação entre variáveis. Já a pesquisa explicativa visa ao aprofundamento da compreensão.

Pela fato da pesquisa ter se proposto a investigar um fato a partir da relação entre variáveis, ou seja, ter investigado a ampliação do acesso e a diversificação do público ocorridas no APM a partir do uso das ferramentas tecnológicas identificadas, a pesquisa feita classifica-se como **descritiva**, mas pode-se afirmar que, pela análise documental e pelos relatos, o estudo apresenta também características de pesquisa experimental, pois, apesar de identificadas pesquisas similares em relação ao objeto de estudo escolhido, isto é, o Arquivo Público

Mineiro, o objetivo concentrou-se em explorar o efeito do fenômeno das tecnologias da informação na ampliação do acesso e na diversificação do público do APM.

Quanto ao **método de pesquisa**, ela classifica-se como **indutiva**, pois, além de ter apresentado um caráter predominantemente subjetivo e qualitativo, como explicado a seguir, ela partiu de fatos particulares para chegar a conclusões gerais.

Quanto à **abordagem**, apesar da pesquisa ter feito uso de dados quantitativos (por exemplo, em relação à quantidade de acessos), ela não pautou-se estritamente por essa questão, sendo que esses dados quantitativos foram, quando existentes, meramente os meios que auxiliaram na análise na questão. Além disso, pelo caráter de subjetividade já mencionado, pela estratégia interpretativa da pesquisa e por objetivar compreender o contexto abordado, no caso o APM, a abordagem que a pesquisa apresentou é de natureza **qualitativa**.

Em relação à **metodologia investigativa**, uma pesquisa pode ser classificada conforme o ambiente de coleta de dados e a forma de controle das variáveis. Gil (2004, p. 43) aponta que:

Para analisar os fatos do ponto de vista empírico, para confrontar a visão teórica com os dados da realidade, torna-se necessário traçar um modelo conceitual e operativo da pesquisa. [...].

O elemento mais importante para a identificação de um delineamento é o procedimento adotado para a coleta de dados. Assim, podem ser definidos dois grandes grupos de delineamentos: aqueles que se valem das chamadas fontes de "papel" e aqueles cujos dados são fornecidos por pessoas. No primeiro grupo, estão a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental. No segundo, estão a pesquisa experimental, a pesquisa *ex-post facto*, o levantamento e o estudo de caso.

Neste último grupo, ainda que gerando certa controvérsia, podem ser incluídas também a pesquisa-ação e a pesquisa participante.

O autor afirma, entretanto, que essa classificação não é rígida, isto é:

Esta classificação não pode ser tomada como absolutamente rígida, visto que algumas pesquisas, em função de suas características, não se enquadram facilmente num ou noutro modelo. Entretanto, na maioria dos casos, torna-se possível classificar as pesquisas com base nesse sistema (GIL, 2004, p. 44).

No caso da pesquisa feita junto ao APM, percebe-se que ela apresentou, em diferentes momentos, características que a enquadravam nos diferentes critérios expostos anteriormente por Gil, entretanto, considerando-se a totalidade da pesquisa, as suas características e a realidade bem delimitada e determinada do ambiente em que ela foi feita, no caso o APM, ela é classificada como **estudo de caso**, o qual, conforme aponta Gil (2004, p. 54) “consiste no

estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento, tarefa praticamente impossível mediante outros delineamentos já considerados”. Já Creswell (2007, p. 186) reforça que a presença do pesquisador no local a ser estudado, além de ser aspecto característico do estudo de caso, é algo comum às pesquisas qualitativas:

A pesquisa qualitativa ocorre em um cenário natural. O pesquisador qualitativo sempre vai ao local (casa, escritório) onde está o participante para conduzir a pesquisa. Isso permite ao pesquisador desenvolver um nível de detalhes sobre a pessoa ou sobre o local e estar altamente envolvido nas experiências reais dos participantes.

Eiterer e Medeiros (2010, p. 18) apontam que a opção pelo estudo de caso “é ainda mais justificável em situações em que os comportamentos relevantes não podem ser manipulados, mas possíveis de serem observados diretamente e/ou detectados em entrevistas sistemáticas”. A partir desse trecho, percebe-se a importância das entrevistas e tal fato coincide justamente com o ocorrido na pesquisa, como será visto adiante, isto é, nem todos os dados necessários estavam disponíveis em fontes bibliográficas ou documentais, sendo que as entrevistas foram fundamentais para se conseguir responder ao problema proposto. A pesquisa feita junto ao APM tratou-se, portanto, de um estudo de caso, sendo o APM o próprio objeto de pesquisa.

### **3.2 Amostra, coleta e fontes dos dados**

A seguir, detalharam-se aspectos referentes à amostra, à coleta e às fontes de dados.

#### **3.2.1 Amostra**

Quanto à **amostra**, em toda pesquisa deve-se escolher um item ou conjunto que sejam representativos em relação ao problema proposto. Em caso de entrevistas, por exemplo, deve-se entrevistar pessoas suficientes para abranger todos os dados a serem coletados, de forma a se obter uma adequada resposta ao problema, assim como que, em outros tipos de pesquisas, deve-se estar atento à representatividade que a amostra deve ter para que os resultados obtidos representem realmente a realidade observada. Considerando-se o objeto de

uma pesquisa, Eiterer e Medeiros (2010, p. 19) fazem uma observação acerca desse panorama:

Considerando-se que o objeto de estudo em questão seja representativo e que outros estudos simultâneos do mesmo fenômeno estejam além dos limites da pesquisa (por se tratar de fenômenos complexos, raros e por questões de tempo), a escolha pelo estudo de caso único mostra-se, por vezes, como a estratégia de investigação mais adequada.

Embora o APM não seja representativo em relação à totalidade dos arquivos públicos do país, ele o é em nível estadual e, considerando-o como objeto do estudo de caso, a amostra da pesquisa foi constituída pelos funcionários e ex-funcionários que foram entrevistados, sendo que mais detalhes a esse respeito estão presentes na parte de Coleta e Fontes de Dados. A respeito do objeto de pesquisa, no caso o APM, cabe mencionar que ele foi criado pela Lei Estadual nº 126, de 11 de julho de 1895. Instalado inicialmente em Ouro Preto, somente em 1901 é que ele foi transferido para a cidade de Belo Horizonte, como demonstra o trecho a seguir (Arquivo Público Mineiro, 2019, on-line), que sintetiza sua trajetória histórica:

O Arquivo Público Mineiro - APM - é uma Superintendência da Secretaria de Estado de Cultura responsável por planejar e coordenar a gestão de documentos, executar o recolhimento, a organização e a preservação de documentos provenientes do Poder Executivo de Minas Gerais e dos arquivos privados de interesse público e social.

O Arquivo é a mais antiga Instituição cultural de Minas Gerais. Criado em Ouro Preto, pela lei nº 126, de 11 de julho de 1895, tinha como atribuições receber, conservar e classificar os documentos referentes ao direito público, à legislação, à administração, à história e geografia e às manifestações do movimento científico, literário e artístico do Estado. Era responsável, ainda, pelo recolhimento, guarda e classificação de pinturas, esculturas e mobiliário de valor artístico ou histórico. Em 1895, foi nomeado diretor do APM José Pedro Xavier da Veiga, que se dedicou à constituição e organização do Arquivo. Nesse período foi, também, criada a Revista do Arquivo Público Mineiro, que se mantém até os dias de hoje. Em 1901, o APM foi anexado à Secretaria do Interior e transferido de Ouro Preto para Cidade de Minas, atual Belo Horizonte. A casa que hoje abriga a Instituição, localizada na Av. João Pinheiro, foi construída em 1897, pela Comissão Construtora da Nova Capital, para servir de residência ao secretário das Finanças. Em 1938, essa casa, até então ocupada pela Prefeitura de Belo Horizonte, passou a servir de sede do APM. Durante sua trajetória, o APM esteve, ainda, subordinado à Secretaria de Educação e à Secretaria de Governo e, desde 1983, está subordinado à Secretaria de Estado de Cultura.

Acerca do acervo do APM, ele é composto por conjuntos documentais de diferentes fontes e gêneros, como apontado a seguir (Arquivo Público Mineiro, 2019, on-line):

O Arquivo Público Mineiro tem sob sua guarda a documentação pública proveniente de órgãos do Poder Executivo da Capitania, Província e Estado e do Legislativo Provincial e Estadual até 1935. Com a reabertura da Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais em 1947, após o período ditatorial, o APM, deixa então de recolher os documentos produzidos pelo Legislativo Estadual. Entre 1994 e 2011, as ações do poder público relacionadas com a atividade arquivística ficaram inseridas no âmbito da política estadual de cultura. Em 11 de janeiro de 2011, com a promulgação da Lei 19.420, o Estado de Minas Gerais passou a contar com uma lei específica, que estabeleceu a política estadual de arquivos. Essa política compreende as ações do Estado relacionadas com a produção, a classificação, o uso, a destinação, o acesso e a preservação de arquivos públicos e privados considerados de interesse público e social. O Arquivo Público Mineiro é responsável pela implementação e acompanhamento da política estadual de arquivos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais.

O acervo do Arquivo Público Mineiro é constituído de documentos manuscritos, impressos, mapas, plantas, fotografias, gravuras, filmes, livros, folhetos e periódicos. São documentos de origem pública, referentes à Administração Pública de Minas Gerais, produzidos desde o século XVIII, período colonial brasileiro, até o século XXI, e de documentos de origem privada, de interesse público e social. O APM dispõe de uma biblioteca especializada em história de Minas Gerais e Arquivologia e uma coleção de obras consideradas raras ou preciosas, publicadas entre os séculos XVI e XX.

Portanto, classificado como uma Superintendência, atualmente o APM é vinculado à Secretaria de Estado de Cultura do Estado de Minas Gerais, sendo que durante a sua trajetória, ele já foi vinculado a outras Secretarias, como a de Educação e a de Governo, tendo sido anteriormente instalado em outros locais. Quanto ao seu acervo, percebe-se, a partir dos trechos expostos anteriormente, a importância da Instituição em relação à memória do Estado, uma vez que ela é responsável pela custódia de documentos, de origem pública e privada, que remontam ao século XVI, documentos esses de diferentes gêneros, tais como textuais, fotográficos, audiovisuais e outros. Para a consulta ao acervo, além de possuir instrumentos que descrevem os diferentes conjuntos sob sua custódia, o APM possui também um Guia de Fundos e Coleções, que detalha e descreve os conjuntos sob sua guarda, sejam os públicos ou os privados. Além disso, percebe-se que ele acumula uma dupla função, pois além de ser um representante da memória do Estado, o APM é também responsável pela implementação e acompanhamento da política estadual de arquivos no âmbito do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, conforme aponta Fachin (2014, p. 156), ao afirmar que “o Arquivo Público Mineiro (APM) coordena o Programa de Gestão de Documentos do Executivo Mineiro desde 1990, a partir da publicação da Lei 8.159/91”. Para a formalização da pesquisa, conforme solicitação do APM, foi feita uma Carta de Apresentação da

orientadora da pesquisa e tal documento foi entregue ao superintendente da Instituição. São, portanto, essas as observações feitas a respeito do APM.

### 3.2.2 Coleta e fontes de dados

Como exemplos de procedimentos de **coleta de dados** do método qualitativo, tem-se observação, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, entrevistas, questionários, história de vida, grupo focal, entre outros, sendo que, para a pesquisa aqui descrita, elegeram-se como **procedimentos de coleta de dados: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e entrevistas**. Conforme apontam Eiterer e Medeiros (2010, p. 23):

A escolha desses *corpus* de investigação deve pautar-se na pergunta, no objeto de estudo do pesquisador. [...] todo procedimento de coleta de dados possui suas vantagens e também suas limitações [...]. Portanto, recomendamos que o pesquisador utilize mais de uma forma de coleta de dados, pois esse procedimento lhe possibilitará o cruzamento, a checagem e a validação dos dados, conferindo maior credibilidade às suas conclusões.

Creswell (2007, p. 189) reforça a importância da multiplicidade de procedimentos de coleta a serem empregados em uma pesquisa qualitativa, ao afirmar que:

A idéia por trás da pesquisa qualitativa é selecionar propositalmente participantes ou locais (ou documentos ou materiais gráficos) mais indicados para ajudar o pesquisador a entender o problema e a questão de pesquisa. Isso não sugere necessariamente amostragem aleatória ou seleção de um grande número de participantes e locais, como geralmente vemos na pesquisa quantitativa. [...]. Em muitos estudos qualitativos, os investigadores coletam formas múltiplas de dados e gastam um tempo considerável no ambiente natural reunindo informações.

Conforme notado nos trechos anteriores, a combinação de mais de um tipo de procedimento possibilita um melhor atendimento aos objetivos da pesquisa, no sentido de permitir que lacunas deixadas por um procedimento sejam supridas por outro.

Outro fato que deve ser observado é que cada procedimento de coleta pode apresentar diferentes **fontes de dados**, sendo que a escolha dos procedimentos e das fontes de dados deve ser feita considerando-se os objetivos específicos da pesquisa e, sobretudo, os tipos de dados que precisam ser coletados, de forma a atender a cada um dos objetivos. Em relação à



pesquisa aqui descrita, os tipos de dados que foram coletados, em relação a cada um dos objetivos específicos, estão especificados a seguir:

▶ Objetivo específico 1: identificar as ferramentas das TIC usadas pelo APM, a partir de 1990.

▶ Dados coletados:

- ▷ Ferramenta tecnológica adotada;
- ▷ Ano ou período aproximado de adoção da ferramenta;
- ▷ Propósito da ferramenta.

▶ Objetivo específico 2: verificar se o uso das ferramentas tecnológicas promoveu a ampliação do acesso a documentos da Instituição.

▶ Dados coletados:

- ▷ Informações acerca da ampliação observada em relação ao acesso a partir da adoção das TIC.

▶ Objetivo específico 3: verificar se o uso das ferramentas tecnológicas permitiu a diversificação da composição do público atendido pela Instituição.

▶ Dados coletados:

- ▷ Informações acerca da variação observada em relação à composição do público atendido a partir da adoção das ferramentas identificadas: esse público pode ser composto pela administração, por pesquisadores (historiadores, sociólogos ou acadêmicos) e por cidadãos (em busca de conhecimento, da história ou da garantia de direitos).

Considerando-se os tipos de procedimentos de coleta estabelecidos, o levantamento de fontes (bibliográficas, documentais e de entrevistados), deu-se por diferente meios, incluindo: a pesquisa por fontes bibliográficas em repositórios da área; a pesquisa por fontes documentais junto ao APM (fisicamente e pelo *website* institucional) e junto aos *websites* das Secretarias de Estado, a exemplo da Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais e da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG/MG) e, também, por meio de entrevistas, sendo que a composição da lista de entrevistados está detalhada na sequência. Para o levantamento de fontes, foram também muito importantes os direcionamentos dados

por funcionários das diferentes Diretorias do APM, além dos direcionamentos dados pela Superintendência da Instituição. Na sequência, fez-se a descrição das fontes de dados utilizadas na pesquisa, em relação a cada um dos três procedimentos adotados:

► **PESQUISA BIBLIOGRÁFICA:** para a pesquisa bibliográfica, exemplos de fontes utilizadas foram artigos e dissertações.

► **PESQUISA DOCUMENTAL:** de uma forma geral, exemplos de documentos usados em uma pesquisa documental podem incluir atas, cartas, jornais, memorandos, normas, pareceres, portarias, regulamentos, relatórios, revistas ou outros documentos que contenham informações que atendam aos objetivos de determinada pesquisa. Para a presente pesquisa, foram consultados artigos, Relatórios Estatísticos de Acesso Presencial (1995 a 2000 e 2002 a 2009): contagem de usuários presenciais na Sala de Consulta e na Sala de Referência, Relatórios Estatísticos de Acesso Virtual (2007 a 2018): contagem acessos remotos ao SIAAPM, além do próprio *Website* do APM. Acerca da pesquisa documental, houve o propósito de coletar, também, dados junto à Secretaria de Estado de Cultura de Minas Gerais, à SEPLAG/MG e à Diretora de Acesso à Informação e Pesquisa do APM, ou seja, buscou-se junto a essas instâncias documentos que contivessem dados que pudessem contribuir com a pesquisa, especialmente em relação à contagem de acessos e à composição do público atendido, de 1990 ao período atual, de forma a atender especialmente ao segundo e ao terceiro objetivos específicos da pesquisa. Dessa forma, como já mencionado, foram disponibilizados pelo APM os Relatórios Estatísticos de Acesso, com dados de acesso de 1995 ao período atual, tendo sido esses relatórios fundamentais para a consecução do segundo objetivo específico da pesquisa, isto é, para o levantamento de informações referentes à ampliação do acesso. Como tais relatórios apresentam um aspecto mais quantitativo, para a consecução do terceiro objetivo específico, isto é para o levantamento de informações acerca da variação observada em relação à composição do público atendido a partir da adoção dos recursos tecnológicos, foram utilizadas principalmente as entrevistas e a percepção dos entrevistados acerca desses fatos.

► **ENTREVISTAS:** na pesquisa, exclui-se a possibilidade do uso de questionários, pois, além de ser uma técnica mais adequada quando se tem um maior número de respondentes, o

que não seria o caso do APM, ele é também um instrumento geralmente autoaplicável e não atenderia aos aspectos mais subjetivos e de investigação da pesquisa, especialmente em relação ao terceiro objetivo específico, fato que tornou a entrevista a opção mais adequada. De uma forma geral, há três modalidades de entrevistas: *estruturada*, a qual se aproxima de um formulário; *semiestruturada*, a qual apresenta um roteiro, mas ao mesmo tempo possui uma liberdade maior em relação à sua condução, e a *livre*, na qual, geralmente, o entrevistado expõe sua fala de forma mais ampla, sem muitas intervenções e sem muita rigidez no roteiro. Considerando-se os objetivos específicos, optou-se por entrevistas semiestruturadas, as quais foram aplicadas com funcionários e ex-funcionários que trabalharam em diferentes períodos, ou seja, considerando-se o recorte cronológico da pesquisa, foram entrevistadas desde pessoas que estiveram ligadas ao APM no início da década de 1990, como também pessoas do período atual. Vale ressaltar que entrevistas, em pesquisas qualitativas e subjetivas, são passíveis de interferência, podendo levar a respostas imprecisas, de forma que elaborou-se um roteiro norteador (APÊNDICE A), de modo a evitar ou minimizar os efeitos dessa interferência. Além disso, é importante também que o pesquisador cuide para minimizar essa imprecisão, podendo-se evitar isso com aproximação com a literatura, de modo a identificar subjetividades e incompreensões, e também com o cruzamento entre os dados das entrevistas feitas.

Quanto ao roteiro de entrevista, devido ao fato de muitos dos entrevistados terem passado por diferentes atividades dentro da Instituição, não foram elaborados roteiros diferenciados, em função dos cargos ocupados. E, além disso, elaborou-se um roteiro em blocos, com questões que atendessem a cada um dos objetivos específicos da pesquisa e, também, às categorias de análise estabelecidas. O roteiro encontra-se no APÊNDICE A.

Quanto à forma de obtenção da lista de entrevistados, inicialmente foram levantadas as seguintes possibilidades: *sete* pessoas indicadas pela Superintendência e pelas Diretorias do APM, *um* Diretor do APM convidado a participar, *dois* professores universitários que já estiveram vinculados à Superintendência e à Direção do APM, *uma* pessoa indicada por professores da FUMEC, *um* nome identificado na pesquisa bibliográfica e *um* nome obtido a partir de contatos pessoais, ou seja, havia inicialmente uma lista composta por *treze* pessoas. Foram feitos todos os contatos, tendo-se conseguido um total de *sete* entrevistados, tendo as entrevistas ocorrido nos meses de abril e maio de 2019, sendo que *cinco* entrevistas ocorreram de forma presencial e *duas* foram feitas remotamente, devido à localização dos

entrevistados. Entre os grupos de ex-funcionários, há ex-servidores da Instituição, bem como ex-estagiários, de forma que a lista de entrevistados contou com pessoas que iniciaram seu vínculo de trabalho com o APM em 1986, mas também com pessoas que iniciaram na Instituição em 2013. Acredita-se que essa amplitude cronológica seja importante não apenas para relatar fatos ocorridos, como também para levantar percepções em relação ao cenário atual. Na sequência, detalhou-se o perfil dos entrevistados, em ordem de antiguidade, isto é, do funcionário mais antigo ao mais recente:

▷ Entrevistado 1

- Status: Ex-funcionária
- Período de vínculo de trabalho com o APM: como bolsista de iniciação científica, já frequentava a Instituição em 1978. Como funcionária, trabalhou de 1986 a 1992 e, depois, de 2007 a 2009
- Tempo total de vinculação: 8 anos
- Atividades desenvolvidas: atuou na pesquisa, na parte operacional e, também, na Direção de Arquivos Permanentes

▷ Entrevistado 2

- Status: Ex-funcionário
- Período de vínculo com o APM: 1991 a 2016
- Tempo total de vinculação: 25 anos
- Atividades desenvolvidas: atuou na organização, preservação, restauração, digitalização e, também, na Direção de Conservação

▷ Entrevistado 3

- Status: Funcionária
- Período de vínculo com o APM: 1994 ao período atual
- Tempo total de vinculação: 25 anos
- Atividades desenvolvidas: atuou em diferentes contratos, desde a parte administrativa até a parte finalística, incluindo organização, descrição e digitalização de acervos

## ▷ Entrevistado 4

- Status: Ex-Funcionário
- Período de vínculo com o APM: 2005 a 2009
- Tempo total de vinculação: 4 anos
- Atividades desenvolvidas: atuou na Superintendência do APM, coordenando a Instituição e duas Diretorias

## ▷ Entrevistado 5

- Status: Funcionário
- Período de vínculo com o APM: 2007 a 2014 e 2016 ao período atual
- Tempo total de vinculação: 11 anos
- Atividades desenvolvidas: atuou em diferentes atividades, incluindo alimentação das bases de dados dos sistemas, recebimento de grupos de visitantes, atividades administrativas, entre outras

## ▷ Entrevistado 6

- Status: Ex-estagiária
- Período de vínculo com o APM: 2009 a 2010
- Tempo total de vinculação: 1 ano
- Atividades desenvolvidas: atuou em atividades ligadas à alimentação do banco de dados do SIAAPM

## ▷ Entrevistado 7

- Status: Ex-estagiária e ex-pesquisadora
- Período de vínculo com o APM: 2013 a 2016 e, depois, de julho e novembro de 2018
- Tempo total de vinculação: 3 anos e meio
- Atividades desenvolvidas: atuou como estagiária, nas atividades de organização, pesquisa histórica, microfilmagem e conferência, e como pesquisadora, nas atividades de assistência à pesquisa

Observa-se, portanto, que a lista de entrevistados foi feita de modo a cobrir todo o período considerado pela pesquisa, isto é, de 1990 ao período atual, de forma que o propósito foi coletar informações acerca de todo esse período considerado.

No quadro seguinte (Quadro 2) registraram-se, de forma aproximada, os períodos de vínculos de todos os entrevistados, de forma a facilitar a visão temporal desses vínculos. Cada linha representa um entrevistado, estando marcadas nas colunas o período em que cada entrevistado trabalhou na Instituição (como cada coluna corresponde ao intervalo de 5 anos, a marcação se deu de forma aproximada, estando as datas dos vínculos registradas nas células):

Entrevistado	Ano						
	1985-1990	1991-1995	1996-2000	2001-2005	2006-2010	2011-2015	2016-2019
1	1986-1992				2007-2009		
2		1991-2016					
3		1994-2019					
4				2005-2009			
5					2007-2014		2016-2019
6					2009-2010		
7						2013-2016 e 2018	
Período	1986-2019						

Quadro 2 - Períodos de trabalho dos entrevistados.

As entrevistas foram gravadas e armazenadas em dispositivo digital, sendo que foi feita a transcrição integral de todas elas, para análise posterior. Quanto aos suprimentos e equipamentos que foram necessários à execução da pesquisa, incluem-se: notebook para edição e pesquisa, roteiros impressos de entrevista, dispositivo para registro de áudio, entre outros.

### 3.3 Organização e análise dos dados

Feita a coleta, prosseguiu-se à organização e à análise de dados. Embora didaticamente exista uma divisão entre as fases de coleta, organização e análise, há autores que afirmam que as

linhas que separam essas fases não são rígidas, a exemplo da análise, que, segundo alguns, pode se iniciar na própria fase de coleta. A esse respeito, por exemplo, Eiterer e Medeiros (2010, p. 33) afirmam que “as interpretações, de certo modo, iniciam-se ainda durante a coleta de dados, quando o pesquisador vai registrando, em seu caderno, as suas impressões, sentimentos e conflitos”, ou seja, durante a própria fase de coleta, registraram-se observações e *insights* que contribuíram para a composição do resultado da pesquisa e tal fato foi realmente observado na pesquisa, por exemplo, durante a realização das entrevistas, durante as quais já houve uma percepção de muitos pontos relevantes nas falas dos entrevistados.

A organização e a análise de dados podem envolver diferentes atividades, as quais são feitas com o objetivo de se conseguir cumprir os objetivos da pesquisa e, conseqüentemente, responder ao problema proposto. Exemplos dessas atividades são: documentação (pode envolver transcrição de gravações, tabulação de dados, revisão de caderno de campo e estruturação de quadros de dados), exploração de dados, tratamento de dados brutos e definição das categorias de análise. Em uma pesquisa, o agrupamento dos dados em categorias de análise pode ocorrer *a priori*, antes da execução da pesquisa, ou *a posteriori*, após os dados terem sido coletados. No caso da pesquisa aqui apresentada, os objetivos específicos foram os norteadores da definição das categorias de análise, uma vez que tais objetivos coincidem com as categorias de análise criadas, as quais são: (I) identificação das TIC, (II) ampliação do acesso e (III) diversificação do público. Cabe ressaltar que, em uma pesquisa, essas categorias precisam ser claras e objetivas, pois a falta de clareza quanto a elas pode revelar problemas não apenas na estruturação da pesquisa, mas sobretudo na análise e na interpretação dos dados. Por fim, foi importante a manutenção da objetividade na coleta e na análise dos dados, de forma a evitar ou minimizar a influência de possíveis opiniões pessoais na interpretação. De um forma geral, a análise de dados da pesquisa, envolveu, entre outras coisas:

- **Pesquisa bibliográfica:** leitura, identificação e extração de trechos relevantes dos artigos e das dissertações consultadas, de forma que foram extraídos trechos que atendessem aos diferentes objetivos específicos da pesquisa e, conseqüentemente, pudessem ser utilizados como respostas ao problema proposto;

- **Pesquisa documental:** leitura, identificação e extração de trechos relevantes dos documentos consultados, de forma que foram extraídos trechos que atendessem aos diferentes objetivos específicos da pesquisa e, conseqüentemente, pudessem ser utilizados como respostas ao problema proposto;

- **Entrevistas:** gravação, transcrição, leitura das transcrições, identificação e extração de trechos relevantes que atendessem aos diferentes objetivos específicos da pesquisa e, conseqüentemente, pudessem ser utilizados como respostas ao problema proposto. As entrevistas foram especialmente importantes para o levantamento de dados que não estavam disponíveis em fontes bibliográficas e documentais.

Dessa forma, foram abordados até aqui todos os aspectos metodológicos da pesquisa, incluindo a sua caracterização, a composição da amostra, as formas de coleta e as fontes de dados, além das formas de organização e análise dos dados coletados. No quadro a seguir (Quadro 3), foram sintetizados os aspectos metodológicos da pesquisa:

Critério		Categorização	
Caracterização	Objetivos	Descritiva	
	Método de pesquisa	Indutiva	
	Abordagem	Qualitativa	
	Método de investigação	Estudo de caso (objeto: APM)	
Amostra		Funcionários e ex-funcionários do APM	
Coleta de dados		Procedimento de coleta	Fontes de dados
		Pesquisa bibliográfica	Artigos e dissertações
		Pesquisa documental	Documentos internos e/ou externos ao APM, a exemplo dos estudos publicados na Revista do APM e utilizados na pesquisa, além de relatórios técnicos



	<b>Entrevistas</b>	Funcionários e ex-funcionários do APM
<b>Organização e análise de dados</b>	Documentação, transcrição, leitura, identificação de trechos, extração de trechos, definição de categorias de análise e escrita dos resultados obtidos e das análises feitas. As categorias de análise estabelecidas para a pesquisa foram: identificação das TIC, ampliação do acesso e diversificação do público.	

Quadro 3 - Metodologia.

Apresentados os aspectos metodológicos da pesquisa, procedeu-se, na sequência, à apresentação dos resultados propriamente ditos.

#### 4 Resultados

A apresentação dos resultados está dividida em duas partes: primeiramente foi feita a apresentação dos resultados propriamente ditos, ou seja, foi feita a simples apresentação dos dados obtidos, dentro de cada uma das categorias de análise estabelecidas, e, na sequência, foram feitas discussões e análises acerca dos resultados que foram obtidos. Na parte referente à Apresentação dos Resultados, foi feita a apresentação dos dados obtidos na coleta de dados, sendo que esta parte está dividida em três categorias de análise, que correspondem aos três objetivos específicos da pesquisa, conforme disposto no quadro a seguir (Quadro 4):

<b>Categorias de Análise</b>	<b>Objetivo Específico</b>	<b>Resultados apresentados</b>
<b>Identificação das TIC</b> corresponde ao objetivo	1: Identificar as ferramentas das TIC usadas pelo APM, a partir de 1990	Relação das ferramentas adotadas nos diferentes anos, bem como uma breve descrição do propósito de cada uma delas
<b>Ampliação do acesso</b> corresponde ao objetivo	2: Verificar se o uso das ferramentas tecnológicas promoveu a ampliação do acesso a documentos da Instituição	Informações acerca da ampliação observada em relação ao acesso a partir da adoção das ferramentas tecnológicas
<b>Diversificação do público</b> corresponde ao objetivo	3: Verificar se o uso das ferramentas tecnológicas permitiu a diversificação da composição do público atendido pela Instituição	Informações acerca da variação observada em relação à composição do público atendido a partir da adoção das ferramentas tecnológicas

Quadro 4 - Correspondência entre as categorias de análise e os objetivos específicos.

Sendo assim, em cada uma dessas categorias foram apresentadas as informações levantadas juntos as diferentes fontes, seja por meio de fontes bibliográficas, documentais e entrevistas, sendo que primeiramente foram apresentados os dados obtidos de fontes bibliográficas e documentais e, na sequência, apresentaram-se trechos extraídos das entrevistas, sempre fazendo-se referência ao número do entrevistado. Na parte de Discussão dos Resultados, foram feitas discussões, análises, observações e reflexões acerca dos resultados que foram obtidos.

#### **4.1 Apresentação dos resultados**

Conforme disposto anteriormente, a apresentação dos resultados está agrupada em categorias de análise. Antes, porém, de serem apresentados os resultados propriamente ditos, foi feita uma breve abordagem do período que antecedeu as TIC, especificamente levando-se em conta uma técnica que desde a década de 1970 vinha sendo empregada pelo APM: a microfilmagem.

#### **ANTECEDENTES**

Antes da implantação das TIC propriamente ditas, na década de 1990, o APM já utilizava a técnica de microfilmagem para o tratamento do seu acervo. Conforme disposto pelo Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 120), a microfilmagem corresponde à “produção de imagens fotográficas de um documento em formato altamente reduzido”.

Segundo levantamento feito na pesquisa, a microfilmagem começou a ser adotada pelo APM por volta de 1973, tendo sido usada de forma mais extensiva até 2003, ou seja, por um período aproximado de 30 anos. O uso dessa técnica pela Instituição contribui com a preservação do acervo, na medida em que os documentos originais que eram microfilmados tinham menos necessidade de manuseio, uma vez que eles podiam ser acessados de outras formas. Embora seja anterior ao período da pesquisa, a microfilmagem foi importante, pois gerou materiais que vieram, futuramente, a ser usados na digitalização, ou seja, os microfilmes produzidos e acumulados ao longo dos anos puderam ser, a partir da década de

1990, digitalizados, contribuindo com a geração de versões digitais dos documentos. Como a digitalização no APM envolveu manuscritos dos séculos XVIII e XIX e tais documentos apresentam certa fragilidade em relação ao manuseio, “optou-se pela implantação do sistema híbrido de preservação que associa microfilmagem e tecnologia digital com o objetivo de garantir a preservação com qualidade arquivística”, conforme aponta Amorim (2001, p. 4). A respeito do uso combinado da microfilmagem com a digitalização, Valle Júnior (2003, p. 48) afirma que “a associação das duas tecnologias permite endereçar ao mesmo tempo preservação e acesso, gerando tanto a imagem de preservação em filme, quanto a de acesso, em meio digital”, podendo elas ocorrer simultaneamente ou em momentos distintos, a depender do caso. Alguns artigos deram o nome de “sistema híbrido de microfilmagem e digitalização” ao uso combinado dessas duas técnicas pelo APM. Seguem, na sequência, trechos extraídos de três entrevistas e que se relacionam a alguns fatos que antecederam à adoção das TIC:

De uma certa forma, Arquivo Público Mineiro, ele sempre esteve no circuito das tecnologias. Eu não sei se precisar exatamente, mas acho que na década de 60 **muitos acervos do Arquivo foram microfilmados**. O Arquivo Público Mineiro comprou um equipamento que digitaliza a partir do microfilme. O Arquivo sempre esteve no circuito. (Entrevistado 1, grifo nosso).

**O Arquivo, ele começa microfilmar em 1977 aproximadamente**, através do termo de abertura. Então, eu vou falar mais Informática, porque isso é que vai dar sustentação para o que a gente tem hoje. **Então, os microfilmes foram gerados na década de 70. A microfilmagem, ela vem antes de tudo**. (Entrevistado 3, grifo nosso).

Então, **você tem um Setor de Microfilmagem, criado na década de 70, vinculado à Diretoria de Conservação do Arquivo Público Mineiro**, que está reformatando acervo e você podia chegar lá e mandar uma carta e solicitar uma cópia do rolo de microfilme, por exemplo, de tal documento. Então, esse acesso remoto, não presencial, ele já está ocorrendo de diversas formas. (Entrevistado 4, grifo nosso).

Obviamente, a microfilmagem também contribui com o acesso, por ter iniciado a implantação dos recursos tecnológicos no APM, porém, a partir das entrevistas e das outras fontes consultadas, notou-se que, em sua gênese, a adoção da microfilmagem pela Instituição teve como objetivo principal evitar a deterioração dos conjuntos documentais e contribuir com a preservação do acervo.

## IDENTIFICAÇÃO DAS TIC

Na sequência, estão apresentados os resultados levantados, juntos às diferentes fontes, acerca da identificação das ferramentas tecnológicas adotadas, o que corresponde ao primeiro objetivo específico da pesquisa. Antes, contudo, de serem apresentadas as ferramentas propriamente ditas, estão apresentados, na sequência, trechos extraídos de duas entrevistas, os quais destacam a obrigação do Estado em disponibilizar informações e enfatizam, também, o fato de que os processos da adoção dessas tecnologias sempre estiveram ligados a projetos, como destacado seguir:

E essas ferramentas são fundamentais para educar o pessoal, eu acho que é uma ferramenta de educação também. **Se as pessoas não enxergarem que isso não é um privilégio, que isso não é uma dádiva que o Estado está dando, mas é obrigação do Estado**, que isso tá disponível e eu espero que isso continue. [...]. Havia uma orientação do Estado, assim, a FAPEMIG abriu várias linhas de financiamento para essa parte e nós aproveitamos esse momento, com projetos financiados pela FAPEMIG e havia projetos também financiados pelo Governo Federal que a gente aproveitou, porque era uma questão de desenvolvimento do país, assim, uma questão de crescimento mesmo da nossa sociedade. **Então, havia linhas de financiamento específicas para isso e isso te obriga a trabalhar com projeto e também sempre foi a nossa forma de trabalhar esse tempo: trabalhar por projeto**, independente do financiamento, porque fica mais fácil você prestar conta e ver o resultado. Então, assim, **as coisas sempre tiveram uma fonte de financiamento**, seja direto do Estado, do orçamento direto do Estado, seja através de editais de projeto, Governo Federal, Governo Estadual e sempre com a obrigação de prestar contas depois. Então, assim, sempre havia começo, meio e fim com prestação de contas (Entrevistado 2, grifo nosso).

Se você for pesquisar sobre essas questões de direito, **a gente pensa que a Lei é recente, mas não é, essa questão da transparência**. Então, qual que é a função de um Arquivo? **O Arquivo, ele é um guardião de direitos, de documentos probatórios**. [...]. **Tudo que você está vendo aqui hoje, inclusive o SIA, ele é oriundo de um projeto. Então, tudo que a gente tem aqui hoje foi baseado em projetos**. Os projetos são distintos, temos projetos desde a infraestrutura até a preservação do acervo e do acesso, então esse banco de dados também foi um projeto (Entrevistado 3, grifo nosso).

Portanto, percebida a vinculação da adoção dessas ferramentas a projetos, seguiu-se, na sequência, à apresentação propriamente dita das tecnologias identificadas.

### ► TIC adotada: Digitalização

▷ Ano: 1999

▷ Propósito: Em linhas gerais, a adoção da digitalização pelo APM teve um duplo propósito: preservação e acesso, isto é, a digitalização contribui também com a preservação do acervo, na medida em que os documentos originais que eram digitalizados tinham menos necessidade de manuseio, uma vez que podiam ser acessados de outras formas, inclusive remotamente e, a esse respeito, Valle Jr. e Araújo (2005, p. 15) afirmam que:

No universo das técnicas convencionais de conservação, a preservação e o acesso são dimensões que não só se distinguem, como frequentemente se opõem. Muitas vezes, a única forma de garantir a preservação de um item é reduzir sua circulação. Com a aplicação da tecnologia digital, esse cenário é radicalmente transformado, pois essas dimensões se tornam relacionadas e cooperantes. O desenvolvimento de uma estratégia de recuperação eficaz da informação é necessário para que a digitalização possa ser considerada uma atividade de preservação.

A adoção dessas novas tecnologias pelo APM estava em sintonia com o que ocorria em outras instituições e, a esse respeito, Amorim (2001, p. 1) afirma que:

Nos anos 90, o Arquivo Público Mineiro, como outras instituições brasileiras responsáveis pela guarda do patrimônio documental, começou a avaliar a utilização da tecnologia como forma de otimizar as ações de preservação e acesso. As questões sobre as vantagens estavam concentradas, principalmente, na possibilidade de acesso remoto, na geração de cópias digitais de alta qualidade, na recuperação da informação de forma mais rápida e eficiente com a implantação de sistemas de informação e imagens, na preservação do original com acesso à versão digital e nos sistemas híbridos de preservação associando microfilmagem e digitalização.

O uso da tecnologia digital pelo APM também é apontado por Bertholdo (2010, p. 138), que afirma que desde aos anos 1990 a Instituição passou a adotar a “tecnologia digital como forma de potencializar suas ações de preservação e acesso”, sendo que projetos específicos de digitalização passaram a ser desenvolvidos mais enfaticamente a partir de 1999, quando a Instituição inseriu um programa voltado para a informatização do acervo no seu Plano Diretor. Tal fato, além de demonstrar a vinculação da modernização tecnológica do APM a um programa com tal propósito, coincide com o cenário encontrado em outras instituições arquivísticas, conforme aponta Bertholdo (2010, p. 138), quando ele afirma que “a década de 1990 ficou marcada pela forte mobilização de instituições arquivísticas nacionais com o objetivo de realizar projetos voltados para a digitalização de acervos”. O próprio APM disponibiliza essa informação em seu *website* (Arquivo Público Mineiro, 2019, on-line):

O APM vem desenvolvendo projetos de digitalização desde 1999, quando incluiu em seu plano diretor um programa voltado para informatização dos processos de descrição arquivística e acesso. Na fase inicial, optou-se por priorizar as coleções mais sensíveis a fatores de degradação, documentos mais acessados e os acervos de guarda compartilhada ou dispersos em várias instituições, como no caso das Câmaras Municipais.

Cabe destacar que a digitalização no APM foi uma ação contínua, isto é, após a sua adoção, em 1999, ela continuou sendo praticada em diferentes momentos e os investimentos feitos pela Instituição geraram, nos cinco primeiros anos, cerca de 350 mil páginas de documentos textuais, 11 mil fotografias e 200 plantas e mapas digitalizados. Em cinco anos, a Instituição desenvolveu diversos projetos: Imagens do acervo fotográfico do APM: preservação e acesso em meio digital; Acervo do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS): acesso em meio digital; projetos cooperativos de Digitalização da Comissão Construtora da Nova Capital; Edição eletrônica da Revista do APM e Preservação e acesso aos acervos das câmaras municipais, entre outros.

Importante tarefa que uniu à digitalização foi a descrição de documentos, a qual, segundo aponta o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 67), corresponde ao “conjunto de procedimentos que leva em conta os elementos formais e de conteúdo dos documentos para elaboração de instrumentos de pesquisa”, ou seja, tais instrumentos são meios que permitem “a identificação, localização ou consulta a documentos ou a informações neles contidas” (DICIONÁRIO BRASILEIRO DE TERMINOLOGIA ARQUIVÍSTICA, 2005, p. 108). Conceitos importantes nesse contexto são a indexação e os metadados, os quais correspondem, respectivamente, conforme aponta o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (2005, p. 107 e 116), ao “processo pelo qual documentos ou informações são representados por termos, palavras-chave descritores, propiciando a recuperação da informação” e aos “dados estruturados e codificados, que descrevem e permitem acessar, gerenciar, compreender e/ou preservar outros dados ao longo do tempo”. Essas definições foram apresentadas, pois além de serem termos utilizados pelos entrevistados, há também artigos que fazem uso dessas expressões, a exemplo da expressão “sistemas de indexação”, que, ainda que não seja um sistema propriamente dito, refere-se ao uso combinado da indexação no processo de recuperação dos documentos digitalizados. Portanto, notou-se que, paralelamente à digitalização, a Instituição preocupou-se em construir bancos de dados que representassem os documentos, de forma a permitir a recuperação futura da informação

desejada. Seguem, na sequência, trechos extraídos de seis entrevistas e que se relacionam, direta ou indiretamente, às questões ligadas à adoção da digitalização pela Instituição:

**Esses editais que são lançados pela FAPEMIG possibilitam, então, o Arquivo Público Mineiro digitalizar fundos.** O critério para escolha dos fundos sempre esteve ligado à política do edital e sempre esteve ligado a eixos pré-definidos pelos editais. **Essa digitalização, ela visava tanto o acesso, quanto a preservação.** Era uma coisa também da época da Internet lenta. **Os acessos primeiros de digitalização vieram através de CDs.** Então, um projeto super legal, que agora está na Internet, mas que a gente fez com a Torre do Tombo: o acervo da Torre do Tombo nós trouxemos para cá e o acervo que a gente tinha aqui, referente à Colônia de Portugal, foi levado para lá em CDs e esse projeto chama “Resgate”, que é o encontro das duas mãos, Portugal-Brasil e Brasil-Portugal. [...]. Então, se tinha acesso pelo CD, **mas o pesquisador ainda tinha que vir aqui pesquisar no arquivo, mas já não tinha que ir a Portugal para pesquisar.** Então, assim, isso é o que eu sinto, assim, **essa nova tecnologia, ela sempre foi uma ferramenta de democratização.** [...]. **É uma ferramenta de preservação importante no acervo,** tanto para evitar o desgaste da documentação; assim, a questão do roubo do documento; não tem que sair do depósito, que tá com controle de clima, com controle de umidade e temperatura; controle de ir para sala de consulta e voltar, muitos documentos desses ficam expostos ao roubo, inclusive. [...]. Outra coisa importante é que ela era casada ainda com a microfilmagem, agora não sei como está, mas na época em que estava aqui como Diretor de Conservação, a microfilmagem andava passo a passo com o *backup*. **A gente digitalizou muita coisa que já estava microfilmada e digitalizou a partir do microfilme [...]** porque era mais fácil, mais rápido **você digitalizar do microfilme do que do próprio documento. A primeira experiência nossa, ela foi quase que junto com o nascimento dessa proposta de informatização dos arquivos.** Eu lembro que na época, eu tive, em 95, na Espanha, no Arquivo, tanto no Arquivo Real, que fica no Palácio do Rei da Espanha, quanto no Arquivo das Índias. Era a primeira experiência grande, assim, patrocinada pela IBM, de digitalização e disponibilização de acervo através da digitalização. E nessa época, a gente estava experimentando aqui, um pouco antes aqui no Arquivo [...] eu tenho impressão que deve ser 93 [...] foi uma tentativa nossa, né? Na época ainda não havia nem PC com *Windows*, nós estamos falando ainda do *basic*, daqueles XT que você tinha que programar na hora de escrever inclusive. Aqueles *mainframes* ainda. [...]. A nossa primeira experiência foi de preenchimento de planilha com indexação básica, para as pessoas buscarem o documento ainda original, para tentar uma facilidade e facilitar os instrumentos de pesquisa, isso na sala de consulta ainda. Mas não foi uma experiência bem-sucedida, talvez por nossa falta de experiência com a questão da indexação [...] não houve um controle de vocabulário. Hoje a gente tá até caminhando para isso, com a questão da inteligência artificial, mas na época era muito incipiente. Então, assim, foi um projeto que não foi para frente. [...]. E a gente sempre aqui no Arquivo teve uma preocupação de funcionar como um exemplo para o mercado, assim. Inclusive, tanto das instituições públicas, quanto das próprias empresas privadas, a gente esteve sempre na ponta, em termos de tecnologia. A gente trabalhava com várias empresas privadas no mercado, mas, assim, a gente conseguia inclusive orientar o mercado, colocando novas tecnologias que ainda não estavam sendo praticadas no mercado comercial. E com essa preocupação, assim, de dar acesso e mostrar que a coisa dava resultado. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Em 2001, o Arquivo vai implementar a digitalização aqui no Arquivo e essa digitalização, ela vem em parceria com a UFMG, mas a finalidade era um projeto

que estava em execução, que era um projeto de fotografia. Esse projeto foi muito interessante, porque era a digitalização do acervo fotográfico. Aí foi criado o banco de dados, que era o metadado e a digitalização. Então era o cruzamento do metadado com a digitalização, com a imagem digital. [...]. Mas ele começou é, de modo assim, com software livre e tudo, sabe? Então, depois é que o Arquivo teve a possibilidade de contratar uma empresa. Então, a partir de 2000 foram digitalizados os microfilmes, perdão, os negativos e as imagens originais, porque tem serviço que só tem negativo e tem acervo que tem só original. (Entrevistado 3).

Quando chega na década de 90, surge uma nova forma de acesso, que é a reformatação digital: a digitalização de documentos e a circulação deles por meio de CDs. Então, quando chega essa tecnologia, ela chega na forma de CD, **mais ou menos em 1999**. Você tem um projeto, que é um projeto que é feito pelo Arquivo Público Mineiro e pela fundação João Pinheiro, que é a digitalização da coleção das Revistas do Arquivo Público Mineiro para circular em CDs. [...]. **Você tem também outros projetos que vão surgindo de digitalização**, como caso de digitalização de fotografias. [...]. Isso tudo são prioridades, até como uma estratégia de conservação... [...]. **Foram multiplicando os projetos lá de digitalização**, mas cada um é independente do outro. (Entrevistado 4, grifo nosso).

“A ideia, na verdade, era promover a **digitalização como estratégia de preservação**. Teve muita coisa voltada para digitalização do acervo que já estava microfilmado”. (Entrevistado 5, grifo nosso).

“... preservando a documentação original, através da microfilmagem e digitalização”. (Entrevistado 6).

Portanto, os trechos apresentados tratam de aspectos ligados à digitalização no APM e confirmam as informações levantadas junto a outras fontes. Uma informação importante, que merece ser destacada, é que o volume de conteúdo gerado na digitalização dos diferentes conjuntos deu base para o desenvolvimento futuro do Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM), como será visto adiante.

► TIC adotada: Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM)

▷ Ano: 2007

▷ Propósito: Em linhas gerais, o SIAAPM correspondeu à integração de diversos sistemas existentes em um único sistema, feito com o propósito de promover a disponibilização, na Internet, do acervo digitalizado pela Instituição, sendo a busca dos documentos feita por meio de campos específicos de pesquisa. O propósito desse sistema foi democratizar a consulta aos acervos documentais de Minas Gerais e facilitar a pesquisa, seja na sede da Instituição ou por



meio da Internet, sendo que o sistema foi fruto de um trabalho preliminar com novas tecnologias.

Antes do lançamento do sistema, alguns problemas eram observados na Instituição, como a obsolescência tecnológica de algumas ferramentas, a não integração dos sistemas com plataforma *web* (fato que inviabilizava consultas pela Internet) e a não integração dos diversos sistemas em uma base única (fato que dificultava o processo de pesquisa). A partir de 2006, tal cenário começou gradativamente a mudar, o que incluiu propostas para disponibilizar o acervo na Internet e expandir o acesso. O processo de informatização do APM ocorreu de forma gradativa, conforme aponta Santana (2010, p. 130):

A construção de sistemas informatizados de acesso no âmbito do APM iniciou-se com experiências isoladas que pretendiam solucionar problemas específicos atinentes a determinados tipos e suportes documentais. Como exemplo, citamos o acervo fotográfico, cujo processo de digitalização foi o primeiro a ter início. Esse acervo especial foi priorizado devido à necessidade de redução da manipulação dos originais em negativo e em papel, ou seja, foi uma estratégia de preservação.

Ao longo dos anos, foram construídos sistemas baseados em linguagens e padrões técnicos distintos para cada projeto de digitalização e informatização de fundos e de coleções. Esses sistemas, embora precários, cumpriram o importante papel de facilitar o acesso à documentação durante o período em que foram utilizados. Essas experimentações serviram, ainda, de laboratório, ampliando os conhecimentos da equipe técnica do APM sobre o uso das novas tecnologias em arquivos. Foram fundamentais para o aprendizado dos funcionários, pois introduziram o debate e a prática da informatização nos diversos setores da Instituição. Essa experiência anterior permitiu a ousadia de planejar e implantar um sistema integrado de pesquisa. Isto significa que o SIAAPM é fruto de um trabalho preliminar com as novas tecnologias de informatização de acervos introduzidas no ambiente da organização.

O SIAAPM, na verdade, surgiu a partir da unificação e integração de sistemas e bancos de dados que foram desenvolvidos ao longo dos anos dentro da Instituição e que eram acessados internamente, de forma não remota, pois os técnicos do APM já realizavam a digitalização e conheciam alguns softwares e equipamentos voltados ao tratamento de alguns conjuntos com os quais lidavam. O projeto para criação do SIAAPM foi concluído em janeiro de 2006, sob o título de “Acervo Documental do Arquivo Público Mineiro: preservação digital, integração de bancos de dados e aprimoramento do acesso público”, sendo que, além do acesso, o projeto também tinha como propósito preservar os documentos digitais. O projeto, aprovado pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), em conformidade com a Lei Federal de Incentivo à Cultura/Lei Rouanet, foi apoiado pelo Programa Cemig Cultural, da Companhia Energética de Minas Gerais (CEMIG). Além de estar atrelado ao Plano Diretor

da Instituição, a implantação do sistema contou, ao longo de seu desenvolvimento, com diferentes parcerias, a exemplo do Núcleo de Processamento Digital da Imagem, do Departamento de Ciência da Computação (NPDI/DCC), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), do Projeto de Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (CPBA), da Companhia de Tecnologia da Informação do Estado de Minas Gerais (PRODEMGE), entre outros. Inicialmente, quando houve o lançamento do SIAAPM, não foi contemplado todo o acervo, porém pensou-se em um sistema que pudesse incorporar mais documentos e novos módulos posteriormente. O sistema foi oficialmente lançado em 5 de outubro de 2007, apesar de já encontrar-se disponível na Internet desde alguns meses antes. A figura a seguir (Figura 1) mostra a interface inicial do SIAAPM:

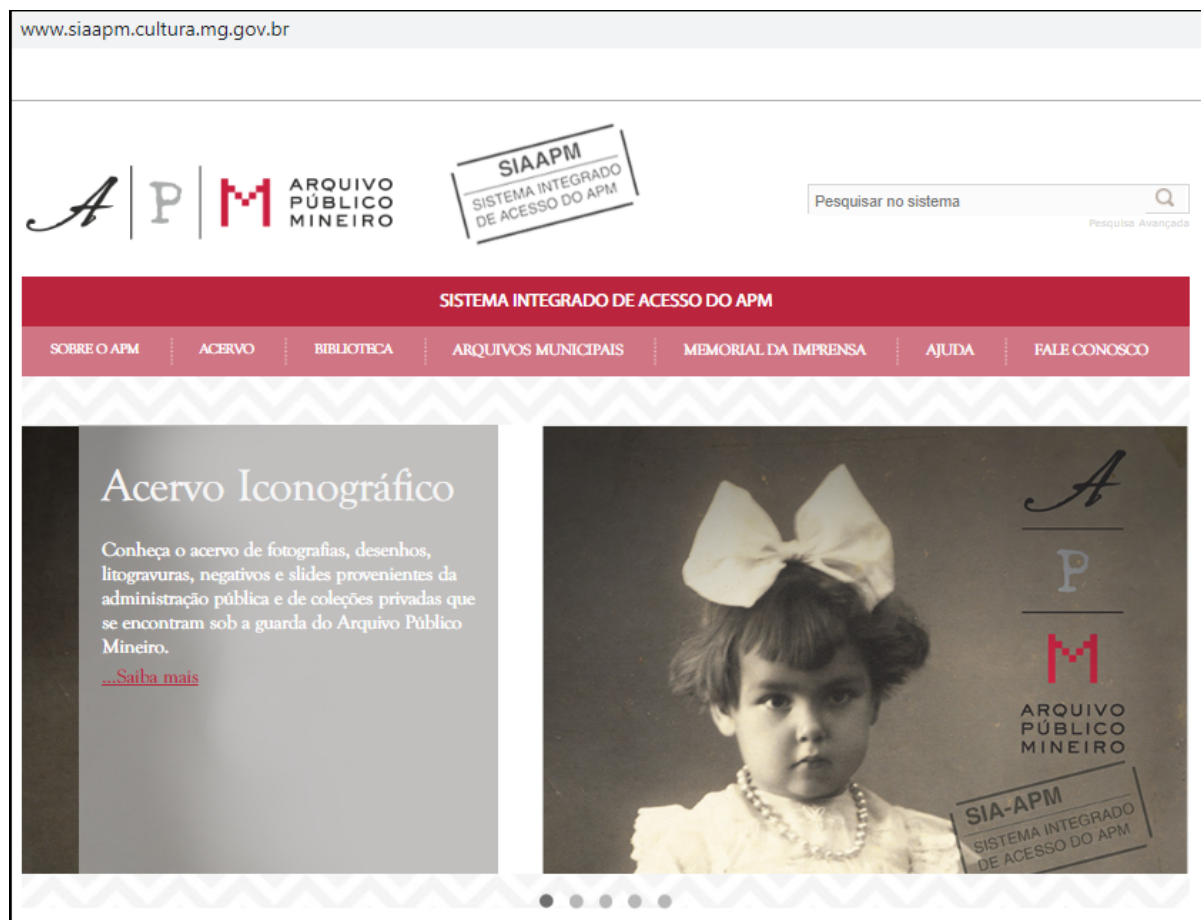


Figura 1 - Interface do SIAAPM (Fonte: Website APM).

O propósito principal, como afirmado, foi a democratização do acesso, sendo que esse objetivo está em destaque no *website* da Instituição (Arquivo Público Mineiro, 2019, on-line):

A Secretaria de Estado de Cultura e o Arquivo Público Mineiro - APM, no intuito de democratizar a consulta aos acervos documentais de Minas Gerais, apresentam o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro - SIAAPM. [...]. Este sistema tem por finalidade facilitar a pesquisa, seja na sede da Instituição ou através da Internet. [...]. As políticas públicas de democratização da informação reafirmaram o compromisso do Arquivo Público Mineiro de disponibilizar de forma ampla o seu acervo documental à população. Apesar de o acesso estar garantido aos consulentes que o fizerem de forma presencial, restava o desafio de torná-lo efetivo também àqueles que estivessem geograficamente distantes, dispersos no vasto território do Estado de Minas Gerais e do Brasil, como também no exterior. [...]. Em outubro de 2007 foi inaugurado oficialmente o Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro - SIAAPM, fortalecido por um cenário de profundas modificações tecnológicas, com grande destaque para a política nacional de ampliação do acesso ao computador para a população e a consolidação da Internet como plataforma global de publicação de informação. [...]. Em 2013, foi implementado um novo projeto gráfico, buscando conciliar a identidade visual do APM com melhorias de navegação e de visualização dos acervos. [...]. O SIAAPM, nesse ano de 2013, conta com um acervo documental disponibilizado em torno de 1.000.000 de imagens. [...]. Atualmente, cerca de 5,0% do acervo do APM está disponibilizado integralmente no SIAAPM. A instituição tem como meta inserir anualmente novos fundos e coleções, acervos documentais e bibliográficos no sistema.

Santana (2010, p. 130) aponta que:

O sistema desenvolvido e os equipamentos adquiridos para integrar e disponibilizar os diversos tipos e suportes documentais se justificavam pelo benefício gerado para o pesquisador. O foco do projeto era o cidadão. Todas as ações visavam à disponibilização de informações em interface padronizada e amigável, facilitando o acesso à informação pública.

Em alguns documentos pesquisados, o sistema é enquadrado na categoria dos Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs), havendo, porém, unanimidade nas fontes pesquisadas quanto ao propósito principal do sistema: democratizar e expandir o acesso à informação. Seguem, na sequência, trechos extraídos de sete entrevistas e que se relacionam, direta ou indiretamente, às questões ligadas à implantação do SIAAPM pela Instituição:

Isso também faz parte do Estado, assim, depende da política do Estado para também colocar o Arquivo como um site na Internet, está intimamente ligado à política do Estado porque não depende só do Arquivo. [...]. Quando lançou o sistema [...] foi evolução e foi a evolução exatamente, assim, de uma política do Estado de Minas Gerais... [...]. Para se colocar um site desses no sistema, na Internet, depende da regulamentação do Estado, tem que dar autorização. O SIA, ele todo teve que ser todo regulamentado pela pela SEPLAG. (Entrevistado 1).

**Nós fizemos toda essa digitalização** e o desenvolvimento do software aqui no Arquivo e a partir daí a gente começou a trabalhar com a criação do site do Arquivo propriamente dito, que é o SIA. [...]. A primeira tentativa foi com os alunos do professor Arnaldo, os mestrados do professor Arnaldo, sempre com a preocupação de código aberto, a gente ter domínio e não ter que ficar preso em um *software*. Essa foi uma preocupação desde o início do Arquivo. Na época havia alguns *softwares* proprietários, tipo o da Biblioteca Nacional, mas que não nos atraiu, por você não ter acesso aos códigos. [...]. Deve ser 2003, se não me engano, a partir daí, e nunca mais parou, sempre a gente reformulando o site e o próprio programa. Nós tivemos uma crise, porque não conseguimos dar manutenção com terceiros. Apesar de ser código de fonte aberta, não conseguimos dar essa manutenção na época e aí contratamos a empresa do Bertholdo, que a partir daí assumiu, enquanto empresa, a manutenção e o desenvolvimento dos bancos de dados. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Nós temos aqui são rolos de microfimes que foram digitalizados e indexados e hoje nós temos lá um metadado e imagem e a pessoa tem acesso lá na casa dela, mas antigamente não era assim. O pessoal tinha que vir aqui, deixar o nome, a gente ia procurar no rolo e depois fazer uma cópia e entregar para ela. Hoje não. Hoje na casa dela, ela pode imprimir o documento. Agora, se quiser a veracidade documento, tem que trazer aqui, dar um carimbo de autenticidade e essas coisas assim. (Entrevistado 3).

Esse que foi o desafio quando a gente entrou lá: **criar um sistema único. O SIAAPM, ele inicia como Intranet**. O projeto dele é de 2006, era Intranet. [...]. Era tudo Intranet, toda essa fase aí que vai de 99 até 2007. Mas aí quando foi em 2007, a gente foi comprar o servidor que estava especificado [...] e caminha para Internet. Eu acho que é **em outubro de 2007 que começa a Internet**, era meio digital. (Entrevistado 4, grifo nosso).

Quando eu cheguei, o SIA ainda não tinha sido implantado. Eu entrei aqui alguns meses antes e uma dificuldade que eu tive quando eu estava sendo treinado, inclusive, era em razão da quantidade de sistemas com os quais eu tinha que lidar. **Cada sistema com seu modo de operar**. (Entrevistado 5, grifo nosso).

“O APM possui acesso por microfilme e digitalização desses documentos, que podem ser consultados pessoalmente, na Instituição, e **parte significativa está disponível no SIAAPM**, podendo ser consultada pela Internet”. (Entrevistado 6, grifo nosso).

Pode-se acessar o banco de dados da Instituição, o SIAAPM, **que foi implantado em 2007, no qual o acervo foi sendo inserido aos poucos, ao longo dos anos, conforme sua disponibilidade em meio digital**. O banco de dados ainda está sendo “alimentado”, devido ao grande volume de documentos que estão sob a guarda do APM. [...]. A implantação do SIAAPM foi resultado do projeto denominado “Acervo Documental do Arquivo Público Mineiro: preservação digital, integração de banco de dados e aprimoramento do acesso público”. (Entrevistado 7, grifo nosso).

Portanto, os trechos apresentados tratam de aspectos ligados ao SIAAPM, abordando questões ligadas ao seu propósito, à sua implantação e a algumas particularidades, conforme foi também constatado em fontes bibliográficas e documentais. Embora a pesquisa tenha detectado que as duas principais tecnologias adotado pelo APM, após 1990, foram a digitalização e o SIAAPM, um fato observado nas entrevistas e que merece ser apontado é que alguns entrevistados fizeram menção a outras formas de divulgação acervo, incluindo materiais impressos, do final do século XIX, que visavam divulgar o acervo da Instituição, passando pelo uso de redes sociais, com o objetivo também de expandir o acesso, além de outras ferramentas apontadas, por meio das quais o APM se valeu ou poderá, no futuro, se valer com o propósito de divulgar a Instituição e o seu acervo. Seguem, na sequência, trechos extraídos de cinco entrevistas e que se relacionam, direta ou indiretamente, a essas diferentes possibilidades de divulgação do acervo:

Ele sempre produziu **instrumentos de pesquisa**. Então, assim, não eram tecnológicos. O que a gente tá chamando de tecnologia? A tecnologia está muito ligada a cada época e ao contexto social de cada época. [...]. Então, se você pega Xavier da Veiga, quando criou Arquivo Público Mineiro, acho que em menos de dois anos ele já pública o **Inventário do Arquivo Público Mineiro, pensando no acesso e pensando no acesso diversificado, tanto de pesquisadores, quanto do uso que aqueles documentos ainda tinham para as Políticas de Estado**. (Entrevistado 1, grifo nosso).

“É lógico que o acesso vai também vai depender da novidade. Assim, sempre foi uma coisa que eu percebi: **você tem que estar sempre colocando coisa nova e fazendo também o marketing, anunciando que você estava com mais acervo na web**”. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Essa Revista, ela voltou à circulação, mas, assim, com a linha mais historiográfica. Então [...] ela ressurgiu, convidando pessoas para escreverem sobre o acervo, de modo que, de certa forma, o acervo, ele não está ganhando só destaque no site, **tem pessoas escrevendo sobre o acervo e dando visibilidade, através dos textos**. Então, a Revista do Arquivo Público Mineiro também, hoje, **ela não deixa de ser um veículo de comunicação**. (Entrevistado 3, grifo nosso).

Em arquivo se fala mais, na verdade, na reformatação dos acervos, que vai permitir o acesso remoto ou a transformação do acesso. Então, é uma longa história porque, no século XIX, inclusive no Arquivo Público Mineiro, a **Revista do Arquivo Público Mineiro**, ela começa em 1896, com transcrição ou *fac-símile* e é uma revista que era distribuída em bibliotecas públicas [...] **então aí já tem uma circulação para além do Arquivo**. Se você pegar a primeira fase da revista, que ela vai até 1938, vamos dizer assim 1896 a 1938, a maior parte do que se publica ali é

transcrição de documentos. Então, **aí já é um extravasamento, vamos dizer assim, do acervo para além das fronteiras do Arquivo como Instituição.** [...]. Existe também uma questão muito interessante que está registrada, pelo menos desde 2000, se não me engano, que é o **acesso por telefone.** Existia essa modalidade, de pessoas que telefonavam. [...]. Eu acho que há também esse uso de entretenimento, principalmente das fotografias, **para poder ver no Facebook, essas coisas assim** [...] que o pessoal replica as fotografias. Com certeza essa ferramenta amplia as possibilidades. (Entrevistado 4, grifo nosso).

Em 2011 ou 2012, eu trouxe a ideia de, inclusive em razão da necessidade que se tinha de manter determinadas metas de acesso ao site, eu trouxe a ideia de **explorar o Facebook.** O *Facebook* estava em alta na época e eu vi que tinha algumas instituições arquivísticas usando. Aí eu sugeri que a gente passasse a usar o *Facebook*, se eu não me engano em 2012 ou 2013, como uma ferramenta, sim, de divulgação, mais para dar visibilidade para Instituição. E, assim, **a gente teve um retorno muito positivo com relação a isso e os acessos no site aumentaram.** A gente percebeu que teve aumento de acessos no site e a gente associou com isso, porque a percepção das pessoas sobre o Arquivo, acho que, de certa forma, fica ampliada quando você pode ter um instrumento por meio do qual você pode expor itens, apresentar itens do acervo e da documentação, que é muito vasta e que tem coisas curiosas, que acabam despertando interesse de um público que costumeiramente não viria aqui para poder sentar, fazer pesquisa e procurar aqui espontaneamente. Então a gente pensou: essa informação está circulando aí, está todo mundo promovendo por meio desses canais. [...]. O pessoal do Circuito Liberdade também estava utilizando, aí o Arquivo decolou. [...]. Assim, até hoje eu considero que, dado o declínio do *Facebook*, ainda assim, o que a gente veicula por lá tem bastante repercussão. Eu entendo que tem ajudado, sim, ter trazido esse público e colocado essas iscas, digamos assim [...] pega um item do acervo fotográfico explorando, lá, alguma efeméride, relacionada, por exemplo, com o aniversário de uma cidade ou com algum acontecimento histórico mais demarcado, Proclamação da República, a Independência do Brasil ou alguma coisa, assim, que poderia ser explorada nesse sentido, que é uma coisa que tem, digamos assim, que está mais determinada no imaginário do público. [...]. A gente tentou ampliar nesse sentido, uma solução prática: o site não está com acesso suficiente, de repente, a gente explorando o que tem aqui, que é um conteúdo muito rico, as pessoas se interessam [...] eu via muito as pessoas comentando, indicando para colegas que pesquisavam determinados temas. [...]. O que a gente percebeu é que teve uma melhora no desempenho dos acessos ao sistema. [...]. Eu entendo que cabe, sim, uma estratégia de tempos em tempos, de estar revisitando as coisas que estão ali e estar trazendo elas à luz, senão dentro do próprio sistema, **por meio de outros canais,** porque hoje tudo é muito o consumo de informação, muito rápido. Então, uma coisa que está em discussão aqui e que a gente deve começar a trabalhar nela esse ano é o **uso do Instagram, também para poder veicular algumas coisas com mais facilidade e conseguir atingir as pessoas** [...] tem muita coisa que a gente pode explorar aqui, entendeu, que poderia atrair um público que, de outra forma, não teria contato com o que a gente tem guardado aqui. A gente está querendo trabalhar com o *Instagram* agora [...] eu estou acompanhando a discussão do *Instagram*, eu sei que ele é muito apelativo em termos de imagem e que a gente entende que tem muita coisa aqui que pode ser explorada nesse sentido e que é onde as pessoas estão, que o público está, a juventude, os graduandos de História e outros. Então, é uma coisa que a gente tem que pensar, que é uma ferramenta, assim, de difusão e que está ao alcance da mão. E, hoje, o consumo de informação também é muito veloz, então você tem que ir lutar aí, se debater ali, pensar num formato enxuto e numa coisa que chama atenção rápido, para poder você tentar ser enxergado. (Entrevistado 5, grifo nosso).

Portanto, notou-se, a partir dos trechos apresentados, que além das tecnologias identificadas, outras ferramentas, não necessariamente enquadradas como TIC, vêm sendo utilizadas pelo APM, ao longo do tempo, com o objetivo de dar visibilidade ao acervo, a exemplo da própria Revista do Arquivo Público Mineiro, dos Inventários, da consulta por telefone e das redes sociais. Porém, focando-se no propósito da pesquisa e na identificação das ferramentas adotadas pelo APM, de 1990 aos dias atuais, as ferramentas que foram identificadas foram a digitalização e o SIAAPM, as quais estão sintetizadas no quadro a seguir (Quadro 5):

<b>ANTECEDENTES</b>			
<b>Ano</b>	<b>Ferramenta</b>	<b>Propósito</b>	<b>Observações</b>
1973-2003	Microfilmagem	Preservação	Antecedeu as TIC propriamente ditas, mas os conjuntos microfilmados subsidiaram parte da digitalização feita posteriormente, a partir de 1999
<b>IDENTIFICAÇÃO DAS TIC</b>			
<b>Ano</b>	<b>TIC adotada</b>	<b>Propósito</b>	<b>Observações</b>
1999-atual	Digitalização	Ampliação do acesso e preservação dos documentos físicos	Com um duplo propósito, a digitalização utilizou-se, muitas vezes, dos documentos microfilmados para gerar os documentos digitais, sendo que os conjuntos digitalizados contribuíram para o desenvolvimento futuro do SIAAPM
2007-atual	SIAAPM	Ampliação do acesso e preservação dos documentos físicos e digitais	Também com um duplo propósito, o SIAAPM utilizou-se de sistemas feitos ao longo do tempo, bem como utilizou-se dos documentos digitalizados ao longo do tempo para poder dar sustentação à implantação do sistema
<b>Outras nomenclaturas associadas</b>			
<b>Nome</b>		<b>Propósito</b>	<b>Observação</b>
Sistema híbrido de microfilmagem e digitalização		Acesso	Essas denominações, explicadas no texto, encontram-se presentes nas fontes pesquisadas
Sistemas de indexação			
Sistemas Gerenciadores de Banco de Dados (SGBDs)			

Quadro 5 - Identificação das TIC (Fonte: Dados da pesquisa).

## AMPLIAÇÃO DO ACESSO

Na sequência, estão apresentados os resultados levantados, juntos à diferentes fontes, acerca da ampliação do acesso observada a partir da introdução das ferramentas identificadas, o que corresponde ao segundo objetivo específico da pesquisa. Além das fontes bibliográficas e das entrevistas, as fontes documentais foram importantes para a consecução desse objetivo, uma vez que os Relatórios Estatísticos de Acesso do APM serviram como parâmetros para a verificação da ampliação desse acesso. Tais relatórios estão divididos em Relatórios Estatísticos de Acesso Presencial, que datam de 1995 a 2000 e 2002 a 2009, e Relatórios Estatísticos de Acesso Virtual, que datam de 2007 a 2018, sendo que, considerando-se as datas de implantação das ferramentas identificadas anteriormente, isto é, 1999 (digitalização) e 2007 (SIAAPM), a verificação do acesso foi feito em períodos anteriores e posteriores a essas datas, como visto na sequência. Nos Relatórios Estatísticos de Acesso Presencial consultados não constava o ano de 2001. O quadro a seguir (Quadro 6) apresenta a quantidade de acessos, por meio da quantidade de usuários presenciais e acessos remotos, ao longo dos anos:

Modalidade de Acesso	Anos							
	1995	1996	1997	1998	1999 Digitaliz.	2000	2001 <sup>1</sup>	2002
Presencial	217	365	201	167	154	877	-	5.735
Remoto	-	-	-	-	-	-	-	-
Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007 SIAAPM	2008	2009	2010
Presencial	4.630	5.862	5.259	5.746	5.735	3.699	3.023	-
Remoto	-	-	-	-	12.013 <sup>2</sup>	86.022	205.845	348.727
Modalidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018

<sup>1</sup> Nos Relatórios Estatísticos de Acesso Presencial consultados, não constavam informações do ano de 2001.

<sup>2</sup> Nos Relatórios Estatísticos de Acesso Virtual de 2007, a contagem foi feita considerando-se apenas os meses de novembro e dezembro, já que o SIAAPM foi lançado em outubro.



Presencial	-	-	-	-	-	-	-	-
Remoto	285.452	272.765	388.229	290.177	278.982	291.348	293.085	429.574

Quadro 6 - Quantidades de acessos entre 1995 e 2018 (Fonte: Dados da pesquisa).

Esses são, portanto, os dados da contagem de usuários e de acessos, sendo que deve-se observar que no ano de 1999 foi oficialmente adotada a digitalização, enquanto em 2007 foi lançado o SIAAPM.

► TIC adotada: Digitalização

▷ Ano: 1999

▷ Ampliação do acesso: Além da preservação dos documentos físicos, um dos propósitos do APM com a adoção da digitalização, a partir de 1999, foi ampliar o acesso, como notado anteriormente. De uma forma geral, conforme aponta Amorim (2001, p. 1), “a adoção da tecnologia pelas instituições arquivísticas tem resultado na transformação e surgimento de [...] comportamentos referentes à preservação, acesso e tratamento da informação”. Fato é que a adoção da digitalização levou a um aumento da quantidade de usuários e de acessos na Instituição, pois a migração de documentos físicos para os suportes digitais tornou mais dinâmicas a recuperação e a localização dos documentos, bem como deu visibilidade a novos conjuntos documentais, que, ao serem tratados e disponibilizados digitalmente, atenderam mais amplamente demandas por informação, a exemplo da documentação referente aos processos migratórios para o Estado de Minas Gerais, os quais foram relatados nas entrevistas. Contudo, cabe destacar, que o acesso ainda era local, por meio da Intranet, com o auxílio de CD-ROMs, DVDs, estações de trabalho e redes locais. Mas, pelo fato dos documentos estarem digitalizados, já era possível, inclusive, que usuários do APM tivessem acesso a documentos de outros Arquivos, uma vez que houve cooperação e troca de material digitalizado entre instituições arquivísticas. Em relação à ampliação do acesso e à quantidade de usuários a partir de 1999, ano de adoção da digitalização, foram coletados os seguintes dados (Quadro 7):

Modalidade de Acesso	Anos							
	1995	1996	1997	1998	1999 Digitaliz.	2000	2001 <sup>3</sup>	2002
Presencial	217	365	201	167	154	877	-	5.735
Modalidade	2003	2004	2005	2006	2007 SIAAPM	2008	2009	2010
Presencial	4.630	5.862	5.259	5.746	5.735	3.699	3.023	-

Quadro 7 - Ampliação do acesso observada a partir da adoção da digitalização (Fonte: Dados da pesquisa).

Conforme pode ser observado, em 1999 houve uma quantidade de 154 usuários presenciais, sendo que nesse ano foi adotada a digitalização, enquanto em 2000 houve uma quantidade de 877 usuários, número que cresceu ainda mais nos anos seguintes, até o ano de 2007, quando foi implantado o SIAAPM. Ainda que, em um primeiro momento, os documentos oriundos da digitalização pudessem ser consultados só internamente, notou-se que, em relação ao ano de 1999, só em 2000 houve um aumento aproximado de 569,48% em relação à quantidade de usuários de 1999 e em 2002 um aumento aproximado de 3.724,03% em relação também a 1999. Em 2008, observou-se uma queda na quantidade de usuários, mas tal fato deveu-se, provavelmente, à implantação do SIAAPM, como será discutido na sequência. Seguem, a seguir, trechos extraídos de cinco entrevistas e que se relacionam, direta ou indiretamente, às questões ligadas à ampliação do acesso proporcionada pela digitalização:

Esses processos de digitalização também vão ser feitos em outros arquivos, em outros fundos. Por exemplo, vai ter o Projeto Resgate, que é a digitalização da documentação que estava em Portugal, então eles digitalizam e colocam em CDs. É um projeto comemorando os 500 anos do descobrimento do Brasil. Os arquivos são equipados com os computadores e com a mídia. **Então ele, o APM, passa a dar acesso a esses a fundos que não eram da guarda dele**, nos anos 90 [...] passa a dar acesso a documentos de que ele não tinha a guarda, de outros locais. **Então, assim, mudou muito.** [...]. **As digitalizações, mesmo nesse período, permitiram a ampliação do acesso.** (Entrevistado 1, grifo nosso).

Porque eu também não acredito na preservação sem acesso. Acho que são duas coisas que andam juntas. E aí, **essa questão da digitalização entra como uma ferramenta muito importante para a gente.** Inclusive isso, que é o seu tema, **como uma ferramenta não só de preservação, mas principalmente de democratização do uso do acervo.** [...]. Com relação ao tema da pesquisa, da

<sup>3</sup> Nos Relatórios Estatísticos de Acesso Presencial consultados, não constavam informações do ano de 2001.

questão da democratização, o que eu senti nessa época? Assim, sempre eu encontrei gente com medo de perder a propriedade do acervo. Assim, quem que eu não vi querendo digitalizar sempre me alegou, sempre vi alegando que tinha medo de perder o pesquisador. O pesquisador não ia mais porque ele podia copiar tudo e ter guardado em casa. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Um projeto nosso, que foi feito pelo professor Caio Borges, se chama o projeto Rio Branco. Foi digitalizado o acervo de Minas que estava em Portugal. Então, o que acontece com isso? Ninguém precisava mais ir a Portugal para ver um documento. Então, aqui, o Arquivo fez o seguinte: em 2004, por aí, o Arquivo fez um projeto com patrocínio da Caixa Econômica, que foi digitalizar todos os acervos das Câmaras Coloniais, que é baseado na experiência do Projeto Resgate Brasil e Portugal. Então, ninguém precisava ir à Campanha, ninguém precisava ir a São João Del-Rei, Sabará ou a qualquer outro lugar para ter acesso ao acervo das Câmaras Coloniais. [...]. **Então ela, a digitalização, veio para dar luz a esse acervo que estava guardado aqui, porque ele é de domínio de todo mundo.** (Entrevistado 3, grifo nosso).

Esses sistemas eram todos internos. Então, ainda, tudo funcionava como Intranet. Então você estava necessariamente condicionado a ter a presença do pesquisador aqui. [...]. **Talvez você consiga enxergar algum impacto no acesso**, mesmo antes do SIA, em razão da existência de sistemas dessa política de digitalização. [...]. Quando você digitaliza, você passa a ter outros recursos e isso facilita para o pesquisador. Talvez o impacto não seja tão grande, obviamente, em comparação com o impacto que se passou a ter na medida em que o acervo foi sendo disponibilizado, gradualmente, na Internet, mas, ainda assim, **eu acredito que deve ter dado uma mudança de movimento e que isso possa ser percebido.** (Entrevistado 5, grifo nosso).

“Os processos de digitalização e disponibilização do acervo facilitaram o acesso aos documentos”. (Entrevistado 7).

Notou-se, portanto, a partir das fontes consultadas, que a adoção da digitalização pelo APM contribuiu para a ampliação do acesso à informação.

► TIC adotada: Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM)

▷ Ano: 2007

▷ Ampliação do acesso: Além da preservação dos documentos digitais, um dos propósitos do APM, com o planejamento e a implantação do SIAAPM, em 2007, foi promover a ampliação do acesso, ou seja, assim como a digitalização, a implantação desse sistema também teve um duplo propósito, conforme visto anteriormente. Cabe frisar que, em termos de sistemas, o SIAAPM não foi o ponto de partida, ou seja, o SIAAPM foi fruto da junção de sistemas anteriores, sendo que “esses sistemas, embora precários, cumpriram o importante papel de

facilitar o acesso à documentação durante o período em que foram utilizados” (SANTANA, 2010, p. 130). Porém, a consulta a esses sistemas precursores do SIAAPM, além de ser feita de forma apenas local, ainda não era unificada, ou seja, era necessário consultar diferentes bases e o acesso ainda era restrito à própria Instituição, conforme aponta Bertholdo (2010, p. 141), ao afirmar que “os sistemas de informação introduzidos nessa época foram disponibilizados na sala de consultas do APM, tendo sido utilizados intensivamente pelos consulentes”. A partir de 2006, passou-se a planejar a expansão do acesso por meio da disponibilização de consultas pela Internet, ou seja, conforme aponta Santana (2010, p. 132), “pretendia-se contribuir para a ampliação do acesso à informação pública e viabilizar a preservação de um grande volume de documentos dos séculos XVIII, XIX e XX, que já estavam digitalizados e se encontravam em risco”. A esse respeito, Bertholdo (2010, p. 142) afirma:

As políticas públicas de democratização da informação reafirmaram o compromisso de disponibilizar de forma ampla o acervo documental do APM ao conjunto da população. Apesar de o acesso estar garantido aos consulentes que o fizessem de forma presencial, restava o desafio de torná-lo efetivo também àqueles que estivessem geograficamente distantes. Os potenciais consulentes do acervo do APM encontram-se dispersos por todo o vasto território do Estado de Minas Gerais, assim como em diversas localizações no Brasil e no exterior. Logo, a distribuição em formato de discos ópticos, utilizada até então, mostrava-se restritiva quanto à cobertura oferecida. Eis que surge o desejo de disponibilizar os instrumentos de pesquisa em formato digital na Internet. O maior desafio para a realização desse desejo residia na falta de suporte para a plataforma *web* por parte dos sistemas utilizados. Estudos preliminares demonstraram que para publicar tais sistemas na Internet seria necessário readequá-los utilizando outra infraestrutura de *software*. [...]. Nesse momento, verifica-se uma quebra de paradigma na forma como a Instituição conduz seu processo de informatização e até mesmo a sua presença na Internet. Uma nova plataforma de *software* seria desenvolvida na direção das motivações apontadas.

Portanto, diferentemente do que acontecia com os sistemas de acesso local, o SIAAPM possibilitou o acesso remoto, por meio da Internet, permitindo “o acesso por vários usuários simultaneamente e em locais geograficamente distintos”, conforme apontam Andrade e Araújo (2000, p. 59). E, de fato, o sistema expandiu o acesso à informação pública, como revela Santana (2010, p. 135):

Percebe-se, hoje, que o projeto extrapolou o objetivo inicial de beneficiar os cerca de 5 mil consulentes que visitavam o APM anualmente, conforme estimativa da época. O SIAAPM pode ser acessado de qualquer parte do mundo por meio da

Internet, possibilitando a ampla divulgação do acervo e ampliação do público beneficiado.

Portanto, entre outros princípios, o sistema elaborado pautou-se no acesso remoto, visando expandir o acesso para além das barreiras físicas da Instituição, ficando claro o propósito do APM em abrir as portas da Instituição para mais pessoas e ampliar o acesso ao seu acervo. O aumento do acesso tem destaque no *website* da Instituição (Arquivo Público Mineiro, 2019, on-line):

Em 2012 foram contabilizados 272.765 acessos, número esse que vem crescendo em decorrência dos projetos e convênios com várias instituições, os quais têm por objetivo a digitalização e a disponibilização de novos acervos no sistema.

Portanto, em termos estimados, há um salto de uma mudança no acesso, sendo que antes do sistema contabiliza-se uma quantidade estimada de 5.000 visitantes anuais e, após o SIAAPM, chegou-se a registrar uma quantidade de acessos que ultrapassou os 400.000 acessos anuais. Tal informação pode ser comprovada a partir dos dados a seguir, que destacam a quantidade de acessos a partir de 2007, ano de implantação do SIAAPM (Quadro 8):

Modalidade de Acesso	Anos							
	2003	2004	2005	2006	2007 SIAAPM	2008	2009	2010
Presencial	4.630	5.862	5.259	5.746	5.735	3.699	3.023	-
Remoto	-	-	-	-	12.013 <sup>4</sup>	86.022	205.845	348.727
Modalidade	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Presencial	-	-	-	-	-	-	-	-
Remoto	285.452	272.765	388.229	290.177	278.982	291.348	293.085	429.574

Quadro 8 - Ampliação do acesso observada a partir da implantação do SIAAPM (Fonte: Dados da pesquisa).

<sup>4</sup> Nos Relatórios Estatísticos de Acesso Virtual de 2007, a contagem foi feita considerando-se apenas os meses de novembro e dezembro, já que o SIAAPM foi lançado em outubro.

Conforme pode ser observado, em 2007 houve uma quantidade de 5.735 usuários presenciais e 12.013 acessos remotos, sendo que em 2008 a quantidade de acessos presenciais caiu para 3.699, enquanto a quantidade de acessos remotos subiu para 86.022. No ano de 2009, o número de acessos presenciais caiu ainda mais, para 3.023, enquanto que o de acessos remotos aumentou para 205.845, número esse que só aumentou nos anos seguintes. Embora tenha havido uma queda na quantidade de usuários presenciais, tal fato não é interpretado, pelo APM, como uma diminuição do acesso, uma vez que o acesso remoto aumentou consideravelmente, sendo isso interpretado como uma mudança da forma de acesso, do presencial para o remoto, como apontado por alguns entrevistados. Seguem, na sequência, trechos extraídos de sete entrevistas e que se relacionam, direta ou indiretamente, às questões ligadas à ampliação do acesso proporcionada pela implantação do SIAAPM:

**A Instituição chama a isso, a usar as tecnologias recorrentes do período para disseminar a informação.** O Arquivo Público Mineiro, ele é reconhecido como uma instituição muito importante, principalmente por pesquisadores, e reconhecido internacionalmente. [...] o Arquivo Público Mineiro sempre foi visitado por pesquisadores brasilianistas, que são os americanos, os europeus. [...]. **O Arquivo Público Mineiro sempre teve muita preocupação em corresponder a essas pessoas.** (Entrevistado 1, grifo nosso).

Desde o início, a gente sempre fez uma estatística, inclusive o próprio site já produz essa estatística. O Bertholdo sempre colocou no programa e a gente tinha que prestar conta do investimento que era feito, tanto pelas agências de financiamento privadas, assim, porque a gente contou com leis de incentivo, a gente contou com lei anual de incentivo à cultura [...] então, assim, a gente tem que prestar conta à Caixa Econômica Federal, foram vários financiamentos que a gente teve. A gente tinha que prestar contas através de relatório e apresentar números. Outra coisa também: depois da época do Aécio, a gente tinha o acordo de resultados com ele e um dos temas com que a gente assumiu compromisso com o governo foi em relação ao número de acessos, tanto virtual, acesso através da *web*, quanto acesso local. [...]. Depois, com a disponibilização do acervo na *web* e mesmo nos processos de digitalização de outros assuntos que a gente ia tratar, tipo esse da Torre do Tombo, começamos a perceber alunos de outras faculdades e universidades. **Democratizou e cresceu substancialmente. Com o SIA, o aluno do interior não precisava mais viajar para fazer uma pesquisa**, que custava caríssimo [...] **ele podia consultar em casa e isso faz muita diferença.** Tenho impressão que a gente fala, aí, em números, assim, na minha cabeça agora, mas esses números estão nos relatórios que você pode pesquisar no Arquivo [...] você fala, aí de 30, 40 e 50 pesquisas presenciais por mês e começa a falar, se eu não me engano, em mais de 100.000 pesquisas por ano, quando nós começamos a colocar o acervo na Internet. **A forma de acesso, ela muda.** Mas é isso. Esse fator de democratização e socialização é fantástico. E é uma bobagem as pessoas pensarem que se colocando na *web* você vai perder a frequência de público: **você perde local, mas você ganha em números.** A pessoa está acessando o Arquivo, está indo ao Arquivo, só que da casa dela. Pessoas que nem tinham condições, que não viriam porque não tinham condição de pegar um ônibus e viajar [...] **é fantástica, assim, a quantidade de**

**pessoas que pesquisavam antes para as que pesquisavam depois.** (Entrevistado 2, grifo nosso).

Quando você coloca uma documentação nova no site, tem muita busca. Então, o que vai diferenciar, aí, de um fundo para o outro ou coleção, é o que a pessoa está procurando. **É crescente a busca online. No Arquivo, esvaziou um pouco, com o site, a procura presencial [...] é o que acontece com esses acervos, quando eles são criados no modo digital.** Qual é a intenção disso? É democratizar e fazer com que fique mais cômodo para o pesquisador, porque ele pode acessar pelo próprio site, então é justamente para democratizar mesmo o acesso, porque as pessoas tinham que vir aqui ao Arquivo e hoje não precisa. [...]. Vou te dar um exemplo aqui dos jornais do período do século XIX. O Arquivo fez um projeto que digitalizou todos os jornais do período do século XIX. Então, hoje, nós temos um módulo só para jornais. Então, **qualquer pessoa, de qualquer parte do mundo, vai ter acesso** aos jornais que ficaram guardados aqui a vida toda. (Entrevistado 3, grifo nosso).

Você tem que ver os relatórios. Em média, são 4.000 ou 5.000 usuários presenciais no Arquivo Público Mineiro ao ano. O SIA começa em outubro de 2007. Acho que nesses dois meses, não me lembro agora, mas foi o número expressivo, não sei se 20.000. Claro que esse usuário *online* pode ser o mesmo [...] e tem aquela questão, que se você ficar mais de uma hora, conta como mais um acesso e tal. Mas, mesmo se esses 250.000 corresponderem a 25.000, **multiplicou.** Hoje, deve ter em torno de um milhão de imagens, por aí, e isso é uma parcela pequena do total do acervo, mas para Internet é bastante coisa. [...]. Tem um ano que chega 350.000, provavelmente é um ano em que foi lançado esse módulo. Eu me lembro que o número de acessos no dia em que foi lançado, que foi numa sexta à noite, no sábado teve 10.000 acessos no dia. Isso, para a gente, era muita coisa [...] então, matrículas de imigrantes, isso aí que é a base do acesso nessa fase que eu fiquei. Então, é o Arquivo prestando esse serviço para o cidadão, porque ele encontrava ali o ascendente, o avô, o bisavô... aí, por e-mail, ele podia mandar o pedido do documento, aí a gente emitia essa certidão probatória, aí o nome dessa pessoa estava lá. Ela levava ao Consulado e pedia um dos documentos que eram usados na nacionalidade. [...] passa a ser uma coisa complicada em dois sentidos, porque **você vai ter o seguinte: você vai ter um impacto de diminuição do usuário presencial, mas você pode vir agora, via remoto.** (Entrevistado 4, grifo nosso).

A gente tem um exemplo, que é interessante, que são os livros de matrícula dos imigrantes. Se eu não me engano, foi um dos primeiros (se não foi o primeiro, foi o segundo) que foram disponibilizados no sistema informatizado [...] a documentação foi microfilmada e a pesquisa era feita na Intranet, depois disso foi para a Internet e eu acredito que, pelos dados do sistema, a partir do momento em que os imigrantes entraram, você deve perceber que deve ter tido um acréscimo muito grande na quantidade de acessos ao sistema. **O que a gente percebeu é que o nosso público presencial, ele começou a diminuir, na medida em que a gente foi alimentando o sistema, e o nosso público virtual começou a aumentar, o que já era uma expectativa natural [...] os sistemas internos, acredito que não tenham tido um impacto tão grande, tão significativo,** mas, assim, tendo um sistema que faz essa recuperação, por mais que seja interno, já é um ganho muito grande. Mas, **a partir do momento em que o acervo, falando do conjunto dos fundos e das coleções, foram para o SIAAPM, na Internet, o Arquivo, enquanto Instituição, fica mais visível e isso aí já é um ganho muito grande [...] a visibilidade da Instituição, a Instituição se projetou.** E se a gente for pensar em números, a gente passou de, falando num número médio, de 4.000 pessoas, mais ou menos, atendidas por ano aqui presencialmente, e fomos aí para casa dos 200.000 a 300.000 por ano,

pensando em números de acessos ao sistema. **E tem outro lado também, porque o site, ele está ali para facilitar, mas ele também funciona como um atrativo.** O pesquisador, ele entra ali e ele vai ter, com muito mais facilidade, noção. Navegando pelo Guia dos instrumentos de pesquisa, ele vai ter muito mais noção do que ele pode esperar aqui. Então, ele já vai vir mesmo, porque a pesquisa dele tem que ser presencial em algum momento [...] porque nem tudo que está no Guia de Fundos está digitalizado e disponível no site. (Entrevistado 5, grifo nosso).

“Sem dúvidas, **o SIAAPM foi o grande responsável para a difusão da documentação custodiada pelo APM, pois possibilita a consulta em qualquer lugar**”. (Entrevistado 6, grifo nosso).

O banco de dados do **SIAAPM possibilitou um aumento significativo no número de acessos**, já que antes da implantação do sistema só havia a possibilidade de consultas presenciais. **O SIAAPM contribuiu para a democratização do acesso**, já que é uma ferramenta que pode ser acessada *online*, o pesquisador ou cidadão pode pesquisar pela base de dados sem precisar ir ao Arquivo. (Entrevistado 7, grifo nosso).

Notou-se, portanto, a partir das fontes consultadas, que a adoção das ferramentas identificadas pelo APM, tanto da digitalização, quanto do SIAPM, contribuiu para a ampliação do acesso à informação.

## **DIVERSIFICAÇÃO DO PÚBLICO**

Na sequência, estão apresentados os resultados levantados, junto às diferentes fontes, acerca da diversificação do público, o que corresponde ao terceiro objetivo específico da pesquisa. Nos relatórios disponibilizados pelo APM, bem como nas demais fontes bibliográficas e documentais consultadas, as informações referentes à ampliação do acesso são de caráter mais quantitativo, isto é, tratam principalmente da contagem de acessos, sem entrar no mérito da qualificação e do perfil desse público. Além disso, a contabilização dos acessos ao SIAAPM fica restrita ao número de acessos, uma vez que nessa modalidade de contagem não há informações sobre o perfil dos usuários. Dessa forma, o levantamento de informações acerca da diversificação do público é algo mais subjetivo, tendo sido esse levantamento feito principalmente a partir da percepção dos entrevistados.



► TIC adotada: Digitalização

▷ Ano: 1999

▷ Diversificação do público: Um fato que foi constatado é que, além de ter o propósito de promover a ampliação do acesso, a digitalização também focou nos diferentes públicos que poderiam vir a consultar o acervo, conforme aponta Valle Jr. (2003, p. 115):

A disponibilização do acervo para os usuários envolveu a criação não apenas do sistema de informação, mas também de uma página da *web* que focalizasse os interesses dos diferentes públicos do arquivo: acadêmicos, produtores de documentação no Executivo do Estado, estudantes, etc.

As principais fontes de dados para a constatação da influência da digitalização na diversificação do público foram as entrevistas, como pode ser visto a partir dos trechos a seguir, extraídos de duas entrevistas, os quais mostram, direta ou indiretamente, percepções acerca da diversificação do público promovida pela digitalização:

**O processo de digitalização também possibilitou ao Arquivo fazer convênios com outras instituições**, espécies de convênios e aproximação com outras instituições, que até então a gente não fazia. Por exemplo: o Consulado Italiano participou da digitalização de um fundo da Secretaria de Agricultura que registrava a entrada dos imigrantes italianos, quer dizer, um fundo da Secretaria de Agricultura, ele registra todos os imigrantes, a maioria italianos. Interessava, então, ao Consulado Italiano a preservação dessa documentação. A divulgação dessa documentação aproximou o Arquivo de outra instituição. Uma instituição capaz de fornecer as certidões desses imigrantes para as pessoas conseguirem a dupla nacionalidade. Então, **o Arquivo, ele intensifica a emissão de certidões nesse período** e vai intensificar mais ainda quando ele vai para o sistema, para Internet, porque o Consulado Italiano acompanhou muito o Arquivo Público Mineiro nesse processo. Então, acho que esse tipo de público você tá interessado em saber. **Então, muda o público. Então, já não é mais essencialmente aquele pesquisador que vai em busca do conhecimento para produção de conhecimento de caráter historiográfico, mas intensifica esse público que vai à procura de provas, documentos que provam, então isso daí foi muito importante. A gente aproxima do cidadão.** [...]. Nesse período, que foi só digitalização, muda, assim, **o público**, porque ele passa a dar acesso a fundos que não são dele, que não estão sob a guarda dele, mas como ele tem os equipamentos, ele viabiliza o acesso. [...]. Essa documentação também foi muito importante nessa questão que você levanta, porque o Arquivo Público Mineiro passa, também, a emitir certidões de pessoas que irão cobrar indenizações do Estado, mas ainda assim mantém o seu caráter híbrido, porque a pessoa tem que ir ao Arquivo para poder emitir a certidão. [...] as pessoas procuram imigrantes, então elas querem requerer direitos de cidadania. Aí vem aqui no Arquivo, atrás desses registros que nós disponibilizamos. São 13 livros de registro: nós digitalizamos, fizemos bancos de dados com o nome, com o chefe da família, do destino para onde eles foram e esses imigrantes e os descendentes de imigrantes pegam aqui a certidão, vão no consulado e dão entrada no seu pedido, então é um documento oficial. [...] então, o Arquivo existe desde 1895, **mas a**

**origem dele é para guarda da memória de um povo, do direito do cidadão.** (Entrevistado 1, grifo nosso).

**Existe um movimento também muito importante**, e que você tem que levar em conta, **que é o movimento que vem da sociedade**. Porque em 2000, mais ou menos, chega ao Arquivo, depois de uma longa negociação, a documentação do DOPS, do Departamento de Ordem Política e Social, que é um pedaço da Secretaria de Segurança Estadual. E chega na forma só de microfimes, não chega na forma de [...] eles destruíram o documento físico lá, a Polícia, mas sobrou o microfilme. Então, **houve todo um projeto para digitalizar os microfimes e promover o acesso, porque isso é uma demanda que vinha de setores articulados da sociedade**. Então, **acho que é muito importante também isso aí, essa política do acesso da Ditadura para reparação de direitos**. (Entrevistado 4, grifo nosso).

Portanto, percebe-se que a digitalização contribui para a diversificação do público do APM, principalmente a partir de projetos que visavam tratar conjuntos específicos, como os documentos da imigração e do DOPS, por exemplo, que eram conjuntos de especial interesse para setores específicos da sociedade que estavam em busca da garantia de direitos.

► TIC adotada: Sistema Integrado de Acesso do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM)

▷ Ano: 2007

▷ Diversificação do público: Muitas vezes e inclusive em muitos documentos e em outras fontes consultadas, fato percebido é que, quando se trata de usuário de arquivos, o pesquisador parece ter prevalência em relação a outros perfis de público. Por vezes, a menção à figura do pesquisador, em detrimento a outros tipos de público, torna-se compreensível, pelo fato da figura do dele, durante muitos anos, prevalecer sobre a totalidade dos usuários de um arquivo público. Porém, o SIAAPM mudou essa realidade, pois, em sua concepção, já pensava-se em atender novos públicos, ou seja, ir além dos pesquisadores. Não que a digitalização não tivesse promovido a diversificação do público, mas o SIAAPM, devido ao seu alcance, teve grande destaque nesse processo. Conforme aponta Santana (2010, p. 132), “o foco do projeto era o cidadão. Todas as ações visavam à disponibilização de informações em interface padronizada e amigável, facilitando o acesso à informação pública”. O SIAAPM procurou contemplar, também, os cidadãos em suas demandas e um exemplo disso foi o tratamento dado aos registros contendo informações sobre a imigração no Estado, que antes eram consultados apenas presencialmente, sendo que a digitalização e integração desses registros ao sistema atenderam demandas dos cidadãos e da sociedade, que buscavam documentos probatórios de ascendência, documentos esses que correspondiam aos “códices que registram a chegada de estrangeiros em Minas Gerais entre 1888 e 1901”, conforme

aponta Santana (2010, p. 133). Os documentos da imigração são apenas um exemplo, pois, de um forma geral, o SIAAPM foi concebido com um amplo papel, no sentido de contemplar não apenas os habituais pesquisadores. Segundo aponta Santana (2010, p. 135):

O SIAAPM é exemplar neste sentido, porque auxilia tanto o pesquisador profissional, em sua busca por documentos históricos específicos, quanto o cidadão comum, que está à procura de registros de sua própria trajetória e de seus antepassados.

Assim como na digitalização, as principais fontes de dados para a constatação da influência do SIAAPM na diversificação do público atendido foram as entrevistas, como pode ser visto a partir dos trechos a seguir, extraídos de cinco entrevistas, que mostram, direta ou indiretamente, percepções acerca da diversificação do público promovida pelo SIAAPM:

Eu lembro até hoje dos consulentes do Japão. O Renato, ele sempre falou isso, eu lembro dele falando isso, porque quando eu fui Diretora de Arquivos Permanentes, ele era Superintendente. Então, **isso daí me impactou muito, porque eu lembro que, assim, ele falou que nós tivemos acessos do Japão.** (Entrevistado 1, grifo nosso).

Você tem, por exemplo, o caso da imigração italiana. [...]. **No momento em que a gente digitaliza essa documentação, que estava bem organizada, e coloca isso na web, explode e não é um público de história, é um público buscando o caráter probatório. Você vai encontrar também muita gente que está em casa [...] na Internet, buscando coisa nova, lendo coisa nova.** Tem um momento em que a **História deixa de ser coisa de historiador e passa a ser assunto de interesse geral.** Outra coisa também que eu vi são as fotografias, filmes e coisas que a gente colocou na Internet [...] **trouxe outro público também, pessoas interessadas em pesquisar coisas sobre onde ele morava, o público de uma cidade do interior que vai buscar informação sobre a sua cidade e tem essa pesquisa de caráter probatório que facilita para o cidadão.** E eu acho que é muito importante, agora que a gente está discutindo transparência do governo [...] a questão da obrigação das informações estarem disponíveis com a Lei de Acesso. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Eu entendo que ampliou, digamos assim, **nichos de públicos que nós já tínhamos foram ampliados e cada vez melhor atendidos.** [...]. O que a gente percebe [...] é que o grosso da demanda está relacionado com a documentação relacionada às matrículas de imigrantes, o pessoal que está interessado na pesquisa probatória. Se eu fosse colocar no *ranking* e se for lá no sistema, com certeza o módulo mais acessado é o módulo que tem os livros de matrícula. [...] **um outro público que, em razão dos documentos estarem na Internet, também eu acho que ficou, digamos assim, mais interessado no que o Arquivo tem para oferecer, são os jornalistas. A gente já tem muita gente do jornalismo que vem atrás de fotografias de personalidades [...] alguns nichos foram ampliados nesse sentido.** (Entrevistado 5, grifo nosso).

**Creio que o público novo seria o próprio cidadão comum**, que, através da Internet, encontra documentos que, muito provavelmente, não seriam encontrados, pois as pessoas não têm a cultura de visitar instituições arquivísticas [...] as pessoas não precisam ir em *loco* para pesquisar e pelas buscas no Google é possível acessar documentos. (Entrevistado 6, grifo nosso).

"**Acredito que o SIAAPM tenha contribuído para diversificar o público também**, por ser um sistema que pode ser acessado por qualquer pessoa que tenha acesso à Internet". (Entrevistado 7, grifo nosso).

Alguns entrevistados relataram a influência das tecnologias como um todo na diversificação do público atendido, sem fazer distinção entre o tipo de ferramentas, seja a digitalização ou o SIAAPM. Na sequência, destacaram-se trechos de quatro entrevistas que fizeram esses apontamentos:

Teve outro acervo aqui que era importante e que atendeu muitas pessoas, que era o acervo do DOPS, que também foi colocado Internet. As pessoas buscavam seus direitos, não é só uma questão de História, mas obrigação do Estado em colocar informação disponível para o para o cidadão, abrir os arquivos e ver o que o Estado tem guardado sobre aquela pessoa. **O que eu senti foi isso: o público deixou de ser específico**, estudante de história, um doutorando, um mestrando [...] passou a ser vários de graduandos, de várias universidades e faculdades [...] **públicos de outras cidades e de outros países**. A gente tinha público, inclusive, em outros países e pessoas que provavelmente não eram só historiadores. **Aí vai de tudo**, inclusive a de caráter probatório que a gente conversou. (Entrevistado 2, grifo nosso).

Hoje, muito mais por causa da Internet, nós temos a maior busca aqui, por gente, que além da pesquisa acadêmica, que são os doutorandos, os mestrandos e os jornalistas, nós temos pessoas que vêm buscar a comprovação de direitos. Vou te dar um exemplo aqui de um documento probatório que é muito buscado no Arquivo: um documento de terras. Então, assim, as Sesmarias, elas eram emitidas [...] a Secretaria de Governo do Período Colonial emitia para o cidadão uma carta e ele ficava com uma cópia. Essas cartas, elas servem hoje para comprovação de direitos. Às vezes, a pessoa tem uma terra e está com dúvidas na dimensão, em como é que foi feito [...] ela tem que buscar nas Sesmarias. Então, a partir de 1850, em todas as províncias do Brasil, foi feito um registro de terras e foi feito pelas igrejas [...] porque os cartórios, eles foram criados a partir de 1891, quem fazia todos os registros eram as igrejas. O Arquivo, hoje, tem um fundo muito importante, chamado Repartição de Terras Públicas. Então, esse cidadão, ele vem buscar esses registros, para comprovar [...]. Além das terras, tem hoje a certidão de imigrantes. [...]. Uma busca muito comum que a gente também teve aqui, há pouco tempo, foi sobre o DOPS, porque teve essa lei, há pouco tempo, de indenização da União. Então, qualquer prova que você tivesse valia para você dar entrada. [...]. A reportagem tem usado muito o acervo do Arquivo. [...]. Às vezes, a gente recebe aqui pessoas de todos jeitos, sotaques variados, tem gente que vem só por curiosidade, tem gente que vai pesquisar e tá passando aqui pela única vez. [...]. O Terra de Minas já fez várias reportagens aqui, sabe? **Então, esse público, ele vai diferenciar justamente por causa da tecnologia** [...] antigamente tinha muito idoso, hoje os idosos continuam vindo, mas **vem gente de tudo quanto é idade, vem desde o leigo**. [...]. Então, a gente tá aqui, tem que

guardar, tem que ajudar a preservar esse patrimônio, que é de todos. Eu sinto muito orgulho de pertencer a essa casa e é isso. (Entrevistado 3, grifo nosso).

O Arquivo, ele não é só pesquisa acadêmica. É documentação probatória. Então **tem muito cidadão, esse, aliás, é o principal usuário talvez do Arquivo, mais até que do que o historiador**. O cidadão, ele busca informação probatória. Inclusive, quando eu estive lá, eram emitidos três tipos de certidões probatórias: era a da Polícia Política, a de Registro de Terras e a de Imigrantes, matrícula de imigrantes. São esses três aí. (Entrevistado 4, grifo nosso).

Com relação a receber grupos de visitantes, a gênese de uma ação educativa não era uma coisa muito estruturada, porque a gente não tinha equipe, a gente não tinha equipe voltada para trabalhar exclusivamente com isso, mas como tem muita demanda de grupos de visitantes, tanto de universitários, quanto de ensino médio e de ensino profissionalizante, eu fiquei por um tempo responsável por receber essas turmas. [...]. Tinha um sistema também do DOPS que funcionava e é uma coisa que deve ter tido impacto [...] tinha muita gente que veio ao Arquivo, uma leva de gente que veio ao Arquivo, num determinado período, na expectativa de encontrar algum documento que pudesse ser utilizado para alguma consulta. Uma pesquisa probatória, entendo, de defesa de direito. Eu via muita gente eu ligava perguntando se o restante da documentação do DOPS já tinha sido disponibilizada e, nesse intermédio, o sistema do DOPS recebeu, digamos, um *upload* do restante do trabalho e passou a criar uma demanda nova também, um fluxo de pessoas vindo aqui na expectativa de encontrar alguma coisa nessa documentação que ainda não estava disponível. [...]. **Eu acho que nesse sentido, tanto quantitativo, quanto qualitativo, a gente teve um ganho muito grande na diversificação. Eu acho que nichos que já existiam foram ampliados [...] eu acho que esse público também, ele se ampliou.** (Entrevistado 5, grifo nosso).

Notou-se, portanto, que as ferramentas identificadas, no geral, contribuíram para a diversificação do público atendido pela Instituição.

## 4.2 Discussão dos Resultados

No item 4.1, foram apresentados os resultados, propriamente ditos, obtidos em relação a cada uma das três categorias de análise estabelecidas, porém, sem entrar no mérito de discussões e reflexões acerca do que foi apresentado, sendo que essas observações foram deixadas para o presente item. Assim como no item 4.1, a apresentação dessas discussões também está agrupada nas respectivas categorias de análise.

## IDENTIFICAÇÃO DAS TIC

Uma primeira observação a ser feita em relação à identificação das tecnologias é que, apesar de ter havido propostas de informatização anteriores a 1999 e também sistemas internos de

consultas anteriores a 200, a adoção da digitalização e a implantação do SIAAPM foram consideradas como marcos e por isso foram os dois grandes momentos, em termos tecnológicos, considerados na pesquisa. A importância do ano de 1999 se dá em função da adoção oficial da digitalização pela Instituição, por meio de programa que estava inserido em seu Plano Diretor, enquanto a importância do ano de 2007 se dá em função da implantação do SIAAPM, com a unificação das diversas bases de dados existentes e, especialmente, com uma grande mudança em termos tecnológicos: a possibilidade de acesso aos documentos via Internet.

Outro ponto que foi observado e que merece destaque é que, direta ou indiretamente, sempre uma tecnologia deu suporte para a tecnologia seguinte. A microfilmagem, adotada a partir de 1973, gerou, ao longo dos anos, um conjunto considerável de documentos em microfilme, sendo que esses microfilmes foram muitas vezes usados nos processos de digitalização, ou seja, os conjuntos existentes em microfilmes passaram a ser digitalizados a partir de 1999. Por sua vez, a digitalização, adotada a partir de 1999, gerou, ao longo dos anos, um conjunto considerável de documentos digitalizados, sendo que esses documentos foram a base para a estruturação dos diversos módulos de pesquisa que, em 2007, foram integrados e deram origem ao SIAAPM. Portanto, nota-se que cada uma das ferramentas adotadas deu suporte ao desenvolvimento da ferramenta seguinte e a figura a seguir (Figura 2) ilustra esse fato, dando-se destaque ao objetivo principal da adoção de cada ferramenta (como afirmado, embora tenha contribuído com o acesso, o propósito principal da adoção da microfilmagem foi a preservação do acervo):



Figura 2 - Relação entre as ferramentas identificadas (Fonte: Dados da pesquisa).

Um terceiro ponto observado e já mencionado anteriormente, inclusive por alguns entrevistados, é que, em grande parte dos casos, a implantação dos recursos tecnológicos

esteve atrelada a algum projeto e compreender esse fato é importante, pois permite perceber a importância e a imprescindibilidade dos projetos para a Instituição, uma vez que foi por meio deles que tornou-se possível a captação de recursos financeiros para a execução das ações planejadas. A existência de projetos, como subdomínios de políticas e de recursos são, portanto, condições indispensáveis para a manutenção e continuidade das modernizações tecnológica e administrativa do APM. Os trechos seguintes, extraídos de três entrevistas, abordam, direta ou indiretamente, questões referentes a tais projetos e recursos:

**Ele, o APM, não tinha autonomia. O Arquivo Público Mineiro**, a partir desses editais, principalmente de Leis de Cultura e de Incentivo à Cultura, **passou a funcionar na dinâmica dessas leis, porque o orçamento do Arquivo é muito pequeno** [...] com a questão financeira, ele não tem autonomia. Agora, atualmente, **a gente passa por esse desafio, com a crise do Estado** e essa coisa toda. Eu sei, por exemplo, que **o site às vezes fica fora do ar** e que ele tem ficado fora do ar. [...]. Aí vem o problema. Esse diálogo não consegue se concretizar com as autoridades hierárquicas superiores, aí que a gente fica naquela discussão do não entendimento, pela Administração Pública, da função do Arquivo. [...]. Por mais que ele tenha conseguido e feito todo esse esforço, essa crise agora é tão violenta que **nem o *clímus* parece que eles estão conseguindo manter**. (Entrevistado 1, grifo nosso).

“Agora, **no momento, a gente tá um pouco descoberto, por causa de dinheiro mesmo**”. (Entrevistado 3, grifo nosso).

Às vezes a gente pensa que o sistema está estagnado, nesse sentido de acesso, porque, em razão da conjuntura que a gente está enfrentando, realmente não tem tido uma ação voltada para poder tornar o sistema mais atrativo, entendeu? Porque, a rigor, do modo que ele tem funcionado, ele tem que ser refeito [...] e chegou num ponto em que a gente entende que seria mais racional e mais proveitoso refazer toda estrutura e pensar num outro formato de sistema, **mas no momento, na atual conjuntura, a gente não tem condições de fazer isso**. Estamos na expectativa, definida a situação do sistema, se ele vai continuar como está, se vai ter recurso para ele ser minimamente reformulado ou para a gente acrescentar outros documentos, da Secretaria de Agricultura e da Secretaria de Governo da Província. Estamos até com alguns estudos e com algumas conversas, tentando abrir algumas conversas, **mas a gente vai esbarrar na questão do recurso disponível para tal**. (Entrevistado 5, grifo nosso).

Nos trechos a seguir, dois entrevistados abordam, em relação às tecnologias, possíveis problemas que podem inviabilizar ações do APM, a exemplo da obsolescência tecnológica:

Nessa questão das TIC, **o problema da obsolescência delas é muito grande e muito rápido** e a gente junta essas coisas com o não entendimento, pelo governo, da função da Instituição. [...]. A relação que existia entre essas tecnologias e os processos de preservação e conservação, para o Pedro, ultrapassam isso daqui,

porque a tecnologia, para ele, está no processo, também, de climatização de depósitos [...] **ele esteve procurando sempre a tecnologia que fosse voltada não apenas para esse acesso imediato, mas pensando nesse processo de longo prazo.** Então, assim, o Pedro, ele se esforçou muito na climatização do acervo com tecnologias que não causassem impacto quando tivesse crise econômica e que não sofresse de continuidade. [...]. Pedro foi muito importante, porque ele entendeu essa tecnologia para além desse meio eletrônico. (Entrevistado 1, grifo nosso).

A tecnologia tem uma velocidade de desenvolvimento fantástico. Você começa trabalhando com imagens muito pequenas, por isso que eu sempre repito para o pessoal: você tem que digitalizar da melhor maneira possível, não importa o tamanho que fique imagem. Guarde ela no canto e faça redução. Por causa disso, hoje, quando você olha essas imagens e a maioria das imagens que foi digitalizada nessa época, você tem que redigitalizar, porque o monitor de 14 hoje é de 25. Hoje, a pessoa já usa um monitor de 27, que são duas telas já. Então, assim, isso tem um impacto muito grande. A velocidade da Internet, nessa época, era uma internet discada de 64 ou 65 Kbps. Hoje a gente está falando de fibra ótica. Então, assim, **tem uma diferença muito grande que impacta na visualização, impacta no processo de digitalização e no processo de preservação desse trabalho.** (Entrevistado 2, grifo nosso).

## AMPLIAÇÃO DO ACESSO E DIVERSIFICAÇÃO DO PÚBLICO

Essas duas categorias de análise foram agrupadas, pois as questões discutidas na sequência podem ser pertinentes tanto à ampliação do acesso, quanto à diversificação do público ou a ambas, sendo que, por vezes, é difícil analisar esses aspectos separadamente, assim como, por vezes, é difícil analisar, isoladamente, a influência de cada ferramentas no acesso, uma vez que essas ferramentas estão muito ligadas, sendo, muitas vezes, usadas em conjunto.

Um fator limitador em relação à ampliação do acesso é a natureza do assunto de que os documentos tratam, isto é, há de se levar em conta os temas abordados pelos documentos para se avaliar de forma mais criteriosa a ampliação do acesso. Para ficar mais clara essa questão, deve-se sempre considerar o seguinte: de uma forma geral, excetuando-se alguns documentos provenientes do Poder Legislativo, o acervo do APM é composto, em sua maior parte, por documentos provenientes do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais. É fundamental que tal ponto seja estabelecido para se compreender que, independentemente de quaisquer tecnologias, é essa a documentação que pode ser acessada, consultada e pesquisada pelos usuários (seja a Administração, os pesquisadores ou os cidadãos), de modo que precisa haver um vínculo ou uma necessidade de informação, em relação a esses documentos, para que o acesso se dê de fato, sendo que a ampliação do acesso e a diversificação do público observadas são aspectos que estarão diretamente ligados a natureza dos documentos



considerados. Por mais que haja recursos tecnológicos disponíveis, o público atendido sempre será aquele que possui algum interesse nessa documentação. Deve-se ressaltar, entretanto, que tal fato não configura um problema, mas sim uma característica natural do acervo. Tal compreensão é importante para perceber que a natureza dos documentos é que promoverá o acesso, sendo que os recursos tecnológicos, na verdade, passaram, de alguma forma, a viabilizar esse acesso. Isso significa que as tecnologias, por si só, não necessariamente implicam aumento do acesso, sendo importante levar em conta o conjunto dos documentos em questão, sendo que políticas e ações que promovam visibilidade do acervo podem contribuir com a questão do acesso. Sobre essa questão, dois entrevistados levantaram as seguintes observações:

Você pode colocar até na televisão: vá ao Arquivo Público Mineiro, **mas lá não tem entretenimento. Lá é o sujeito procurando documentação probatória ou fazendo pesquisa.** Tem também até usuário, aquele que chama popular, que vai fazer sua genealogia, da família [...] você vai decepcionar seus públicos se colocar na televisão “Vá ao Arquivo Público Mineiro” e se não tiver como aumentar, como o museu. (Entrevistado 4, grifo nosso).

**O APM conduziu projetos significativos para a ampliação do acesso** aos documentos, como o recolhimento de acervos municipais, disponibilização de arquivos da ditadura, o projeto Hélio Gravatá, a criação de instrumentos de gestão de documentos e as Revistas do Arquivo. [...]. **É muito importante notar o quanto um arquivo público pode ampliar a difusão do seu trabalho através da tecnologia.** [...]. Além disso, hoje trabalho em um Arquivo Público que não possui essas ferramentas e isso limita muito a difusão da instituição e dos seus documentos. (Entrevistado 6, grifo nosso).

Um fato, já apontado anteriormente, e que merece ser reiterado é que, entre as ferramentas identificadas, talvez o SIAAPM tenha sido a que gerou maior visibilidade e que permitiu uma maior ampliação do acesso, uma diversificação do público e uma maior projeção do APM para a sociedade. Obviamente, todas ferramentas anteriores foram importantes e inclusive imprescindíveis para o planejamento e a estruturação do SIAAPM, mas esse sistema é visto por alguns como o ápice do APM em termos de acesso e de rompimento de barreiras. Sobre isso, Santana (2010, p. 135) aponta:

A implantação do Sistema Integrado de Acesso ao Acervo do Arquivo Público Mineiro (SIAAPM) representou a superação de barreiras entre a Arquivologia e a Informática no ambiente da Instituição. O sistema foi planejado como uma ferramenta baseada nas técnicas consagradas de tratamento de acervos arquivísticos, em associação com os benefícios trazidos pelas novas tecnologias de comunicação. Com os novos equipamentos adquiridos e o sistema integrado de acesso em pleno

funcionamento, o Arquivo Público Mineiro está mais bem preparado para cumprir sua atribuição de zelar pelo patrimônio documental de Minas Gerais e fomentar a pesquisa histórica, por meio da difusão da informação arquivística. A concepção e a implantação do SIAAPM é, sem dúvida, um modelo a ser seguido no processo de informatização das instituições brasileiras mantenedoras de acervos históricos.

Embora as tecnologias tenham sido vistas, até aqui, com otimismo, é fundamental que se aborde uma última questão: o poder dessas ferramentas pode ser minimizado e até empobrecer a visão do acervo, por questões de decisões política e institucional. Todas ferramentas identificadas foram utilizadas para tratar uma parte do acervo, eleita pela Instituição para receber aquele tratamento e tornar-se mais facilmente acessível aos usuários, porém, toda escolha é limitadora, na medida em que, ao escolher e privilegiar um conjunto, outros documentos deixam de ser tratados e expostos, tornando possível, principalmente considerando-se o SIAAPM e o acesso remoto, que parte do acervo deixe de ser conhecida, vista e acessada pelos pesquisadores ou pelos cidadãos. Além disso, com o acesso remoto, os usuários podem passar a optar por outras Instituições, em detrimento daquela que ele habitualmente frequentava. Sobre essas questões, um entrevistado fez o seguinte apontamento:

Portugal está disponibilizando documentos do Arquivo Nacional da Torre do Tombo. Hoje, eles têm 30 milhões imagens, toda a documentação da inquisição portuguesa que tem centenas de processos inquisitoriais sobre o Brasil Colonial, por exemplo. Antes, era caríssimo. Você tinha que ir lá. Só a nata da universidade ia. Hoje, você pode. **Então, a pessoa vai deixando de pesquisar no Arquivo Público Mineiro para pesquisar na Torre do Tombo**, entendeu? Então, **se os arquivos não vão para Internet e se não disponibiliza o acervo, ele vai criando uma perda, de qualquer forma, de usuário, porque ele vai migrar para outros arquivos, talvez até para outros temas**. Tem muita história de Minas em Portugal, muito documento da história de Minas em Portugal e você pode fazer por lá. Então, passa a ser um negócio complicado, **porque o digital e Internet são o empobrecimento ao mesmo tempo**. Sabe por que? Isso é um problema em todos os arquivos do mundo. Os acervos são muito extensos. Então, você fala assim: 30 milhões de imagens na Torre do Tombo, isso no máximo deve ser uns 2% do acervo, 1 milhão de imagens do Arquivo Público Mineiro, isso é 5% do acervo. E por aí vai. E aí, o que acontece? **Você acaba colocando os acervos que são mais consultados. Você está reforçando acesso a ele e outros acervos vão deixando**. Como está diminuindo o presencial e ele não está na Internet, **pode gerar uma visibilidade menor**. [...]. **Você está, de certa maneira, induzindo, vamos dizer assim, o pesquisador**. Então, esse é o problema. Como você resolve isso? Tem que ter os instrumentos, também, de pesquisa, todos os inventários, o catálogo de fundos e coleções, com bastante visibilidade. **Eu acho que o Arquivo Público Mineiro, ele devia dar até mais visibilidade**: “Esse não é todo o acervo, consulte aqui e marque a sua visita”. **Eu acho que tem que apostar muito nessa recuperação do presencial, via disponibilização da informação**. Porque, na verdade, você tem as imagens do acervo, esse um milhão de imagens, mas tem lá o Guia de Fontes e Coleções: ele tem todos os fundos e coleções que existem no Arquivo, mas não

estão na Internet. **Então é isso, eu acho que os arquivos têm que dar mais visibilidade**, tem que falar: “Olha! Aqui é só uma parte pequena, tem muita coisa que ainda não foi para Internet e você pode ir lá”. É isso. (Entrevistado 4, grifo nosso).

A partir do olhar do entrevistado 4, a percepção que se tem é justamente sobre o quanto as escolhas da Instituição podem interferir na forma como o acervo é visto e percebido pela sociedade. É como se o acervo silenciado pudesse gritar para ser percebido. A decisão institucional de selecionar quais documentos ganharão a visibilidade virtual pode acabar por desinformar acerca das reais possibilidades de alcance do conhecimento, o que ficou muito claro agora na fala do entrevistado. Sobre a interferência das escolhas das instituições na disponibilização das informações, Heymann comenta (2012, p. 52):

Mas há uma falácia na ideia de que o acesso online a bases de dados e a documentos equivale, de maneira direta e imediata, à universalização da informação. Não é isso que ocorre. Em primeiro lugar, porque esses dispositivos, ao mesmo tempo em que democratizam o acesso, viabilizando consultas em nível planetário, podem obscurecer contextos arquivísticos e enquadramentos institucionais. E quando isso ocorre? Quando se desprezam dados completos relativos à natureza dos acervos acessados, ou quando a ferramenta produz a impressão de que os resultados obtidos em determinada consulta são exaustivos, quando são parciais e dependentes de decisões que escapam ao campo de visão do usuário. Refiro-me, por exemplo, a políticas institucionais que definem o que é digitalizado, bem como às políticas de indexação adotadas. [...]. Não se trata de afirmar que o mundo analógico é garantidor de transparência e o digital marcado pela opacidade, isso seria tomar o argumento pelo avesso. Trata-se, sim, de atentar para os dispositivos de mediação que a tecnologia interpõe entre documento e usuário, mais robustos e inapreensíveis do que os dispositivos tradicionais, e de buscar tornar o mais explícita possível a economia do meio digital. Trata-se também de reconhecer que as apreensões de contexto e conjunto ficam bastante comprometidas nesse meio, exigindo caução redobrada para a disponibilização de documentos arquivísticos.

Esse trecho equivale, portanto, a um alerta para as instituições, a exemplo da fala anterior do entrevistado, ao afirmar que o Arquivo deve pensar em outras formas de dar mais visibilidade à parte do acervo que não foi contemplada pelas tecnologias.

## **5 Considerações finais**

Em relação à pesquisa aqui apresentada, o cenário encontrado foi justamente aquele descrito na parte introdutória da dissertação: o ambiente de transformação tecnológica que, a partir de 1990, começou a se disseminar entre as instituições que lidam com a informação, que, no

caso específico, foi uma instituição arquivística. Como relatado por alguns entrevistados, o APM sempre procurou estar inserido nesse ambiente de transformação e incorporação de novas tecnologias e tal fato permitiu que a Instituição projetasse seu acervo, por meio de novas formas de acesso, especialmente a partir do final da década de 1990.

De uma forma geral, notou-se, durante a realização da pesquisa, que as ferramentas tecnológicas adotadas pelo APM, após 1990, de uma forma geral, não apenas permitiram a ampliação do acesso à informação e a diversificação do público atendido, como também projetaram a Instituição e deram mais visibilidade ao APM para a sociedade, especialmente a partir dos atendimentos às demandas informacionais dos cidadãos, em busca de certidões e outras informações, e também a partir do lançamento do SIAAPM, que trouxe uma nova fase à Instituição, com a possibilidade de consultas remotas. Alguns fatos relevantes, já mencionados, tangenciam esse cenário e merecem ser reiterados.

Primeiramente, é válido ressaltar a importância da microfilmagem, adotada na década de 1970, para as atividades de digitalização que vieram a ser adotadas no final da década de 1990, assim como a digitalização, que foi importante e deu suporte para o desenvolvimento do SIAAPM (conforme ilustrado na Figura 2).

Um segundo fato, que ficou claro durante todo período de realização da pesquisa, foi que a implantação dessas novas tecnologias pela Instituição foi algo sempre ligado a projetos e dependente de recursos, muitas vezes externos, para a sua execução, de forma que a falta de recursos é fator limitante para a modernização do APM, inclusive no período atual, que, conforme relatos de alguns entrevistados, passa por escassez de recursos. Tal aspecto revela um caráter dicotômico, pois o próprio Estado, que em um dado momento empenhou esforços a favor da democratização do acesso, passa por momentos de desmantelamentos, que podem inviabilizar ações futuras ou mesmo sucatear estruturas já existentes, a exemplo do sistema *climus*, mencionado por um dos entrevistados.

Um terceiro fato está relacionado à natureza da documentação do acervo, a qual, por ser restrita aos documentos do Poder Executivo do Estado de Minas Gerais, pode limitar o acesso, na medida em que os habituais usuários do Arquivo serão somente aqueles cujas necessidades informacionais possam ser atendidas por essa documentação. Como já mencionado, tal fato não configura um problema, mas sim uma característica natural do acervo. Obviamente, há usuários que procuram o Arquivo com outros anseios ou mesmo em busca de curiosidades e informações de caráter geral, mas são exceção. Inclusive, a quarta e

última observação diz respeito a esse fato, uma vez que percebeu-se que as tecnologias, por si só, podem não gerar a ampliação do acesso e diversificação do público, ou seja, em grande parte dos casos, por si só, as TIC não garantem novos públicos, mas sim contribuem para a viabilização desse acesso. Mas, ainda que a documentação seja restrita aos documentos do Poder Executivo, é possível, sim, atrair novos públicos, mas tais medidas carecem de ações da Instituição no sentido de divulgar seu acervo, seja por meio de ações culturais ou mesmo utilizando-se das redes sociais, como mencionado por alguns entrevistados. Obviamente, há o risco de, nessas ações, privilegiar-se determinados conjuntos, devendo-se ter cautela não apenas nas escolhas desses conjuntos, mas também na disponibilização de outros instrumentos que possam dar visibilidade ao acervo, como já mencionado.

Portanto, a partir de todos dados coletados e analisados, respondeu-se ao problema de pesquisa proposto, que questionava qual era o efeito promovido pelo uso das TIC, a partir de 1990, no acesso a documentos do APM, tendo sido atendidos os três objetivos específicos propostos. Por meio dessa pesquisa, além de ter-se investigado os temas propostos, fez-se um breve relato da evolução de uma Instituição importante no Estado, no sentido de mostrar como foi, ao longo dos anos, a adoção das tecnologias por ela. A esse respeito, uma entrevistada fez a seguinte observação:

Então, a sua pesquisa é muito importante, **porque ela vai jogar luz nessa Instituição que nem sempre é reconhecida na nossa sociedade e na nossa comunidade.** Uma instituição, que é pequena, mas ela sempre está nesse circuito, aí, das tecnologias que estão vigentes em cada época. Então, você vai ver que ela esteve ligada, ela teve compromisso com a elaboração dos instrumentos de pesquisa quando eles eram apenas impressos, ela esteve ligada em toda reflexão de como é que se faziam esses instrumentos. Depois, quando veio a microfilmagem, ela também se inseriu nesse processo. Depois, vem novamente a década de 90, com os processos de digitalização, na virada do século. Com a integração à rede Internet é criado o SIA. Então, **ela é uma Instituição que é consciente da importância do uso de tecnologias [...] o que falta muitas vezes é compreensão do Estado a respeito da função da Instituição do Arquivo,** dessa função dupla dele, que é de assessorar a administração e de contribuição com a produção do conhecimento científico. (Entrevistado 1, grifo nosso).

Em termos de limitações da pesquisa, provavelmente o fator mais limitante, em termos de desenvolvimento do trabalho, foi a falta de registro de informações detalhadas acerca do perfil dos usuários, conforme proposto no terceiro objetivo específico da pesquisa. Os relatórios pesquisados eram tipicamente quantitativos, de modo que, para a consecução desse objetivo, utilizaram-se principalmente as percepções dos entrevistados, em detrimento das

fontes bibliográficas e documentais. Já em relação ao escopo da pesquisa, estiveram fora de discussão questões acerca das demandas informacionais dos usuários do APM, bem como questões mais específicas ligadas às práticas de Políticas de Preservação e Conservação do acervo.

Como sugestão de complementação de pesquisa, bem como de pesquisas futuras, ficam levantadas algumas possibilidades. Primeiramente, poder-se-ia traçar novos objetivos para a pesquisa, como a inclusão da qualificação do acesso e do atendimento às demandas informacionais. Além disso, um importante elemento a ser pesquisado, nos tempos atuais, seria o estudo das redes sociais como ferramentas de suporte à divulgação dos acervos das unidades de informação, especialmente das instituições arquivísticas. Finalmente, poder-se-ia expandir essa pesquisa a outras instituições correlatas, de forma a se realizar estudos comparativos ou mesmo buscar relatar a realidade de outras instituições arquivísticas, nacionais ou internacionais.

Foi possível perceber a importância da pesquisa, não apenas como fonte de informação para a reconstituição da trajetória da história do APM, especialmente em termos tecnológicos, mas também como instrumento de apoio às práticas institucionais, podendo auxiliar nas ações a serem futuramente adotadas. Mais que construir dados históricos para pesquisadores, o Arquivo Público Mineiro constrói a história das sociedades e para desenrolar esta narrativa é preciso haver o apoio instrumental das tecnologias, que devem ser constantemente atualizadas.

## REFERÊNCIAS

AMORIM, Eliane Dutra. **A tecnologia e os órgãos de documentação: a experiência do Arquivo Público Mineiro**. Revista do Arquivo Público Mineiro. 2001.

ANDRADE, Camila Cardoso de; CARDOSO, Ana Maria Pereira. **O acesso à informação pública no Brasil: a Lei 12.527/2011 e as práticas sociais**. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: UFMG, 2014. p.107-125.

ANDRADE, Nelson Spangler de, ARAÚJO, Arnaldo de Albuquerque. **Multimídia para acesso a acervos históricos**. Revista iP-Informática Pública, PRODABEL, Belo Horizonte, v.2, n.1, 2000, p. 49-66.

ANDRADE, Nelson Spangler de, ARAÚJO, Arnaldo de Albuquerque. **Um Sistema de Informação Multimídia para Recuperação de Documentos Históricos**. Anais do I Workshop em Tratamento de Imagens p. 12-13, Junho 2000, Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005. 232p. Publicações Técnicas; nº 51.

ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (Minas Gerais). **Sobre o APM**. Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/>>. Acesso em: 07 de maio de 2019.

BARBOSA, Andresa Cristina Oliver; SILVA, Haike Roselane Kleber da. **Difusão em Arquivos: Definição, políticas e implementação de projetos no Arquivo Público do Estado de São Paulo**. Acervo, Rio de Janeiro, v. 25, n. 1, p. 45-66, jan./jun. 2012.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes: Tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 320. p.

BERTHOLDO, Flávio Augusto Rocha. **Uma Plataforma de Pesquisa Amplamente Disponível**. Revista do Arquivo Público Mineiro. 2010. Disponível em: <[http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm\\_pdf/2010A02.pdf](http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/acervo/rapm_pdf/2010A02.pdf)>. Acesso em: 10 de abril de 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASIL. **Decreto nº 7.724, de 16 de maio de 2012**. Regulamenta a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, que dispõe sobre o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do caput do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição. Diário Oficial da União, Brasília, 16 mai. 2012.

BRASIL. **Lei nº 8.159, de 08 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 09 jan. 1991.

BRASIL. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do artigo 5º, no inciso II do & 3º do art. 37 e no & 2º do art.216 da Constituição Federal; altera a Lei n.8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a lei n.11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n. 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 nov. 2011.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. Tradução: Rosineide Venâncio Majer, 9ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 2005.

CONGRESSO NACIONAL DE BIBLIOTECÁRIOS, ARQUIVISTAS E DOCUMENTALISTAS. **Declaração do Estoril sobre o Acesso à Informação**. Estoril, 2004. Disponível em: <<http://www.apbad.pt/Downloads/DeclaracaoEstoril.pdf>>. Acesso em: 12 mar. 2019.

COSTA, Luanda Araripe Lustosa da. **As tecnologias digitais em práticas de ensino e de aprendizagem - cultivando nativos digitais na escola pública do século XXI**. 104 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Políticas Públicas e Sociedade). Universidade Estadual do Ceará, 2016.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. Tradução Luciana de Oliveira da Rocha. - 2. ed. - Porto Alegre: Artmed, 2007.

DURANTI, Luciana. **Registros documentais contemporâneos como prova de ação**. Trad. Adelina Novaes e Cruz. Estudos históricos. Revista Estudos Feministas. Rio de Janeiro, v.7, n.13, p.49-64, jan./jun. 1994.



EITERER, Carmem Lúcia ; MEDEIROS, Zulmira. **Metodologia de Pesquisa em Educação**. Belo Horizonte: UFMG, 2010. v. 1. 48p.

FACHIN, Juliana. **Acesso à informação pública nos arquivos públicos estaduais**. 164 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2014.

FONSECA e SÁ, Maria Irene da; MALIN, Ana Maria Barcellos. **Lei de acesso à informação: um estudo comparativo com outros países**. Anais do XIII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação, 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES, Simone Regina Luiz. **Implementação da Lei de Acesso à Informação Pública no IFMG: impactos e desafios**. 96f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento). Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2016.

HEYMANN, Luciana. **Documentos Express: Desafios e riscos do acesso online a documentos de arquivo**. Arq. & Adm., Rio de Janeiro, v. 11, n.2, jul./dez. 2012.

HOCH, Patrícia Adriani; RIGUI, Lucas Martins; SILVA, Rosane Leal. **Desafios à Concretização da Transparência Ativa na Internet, à Luz da Lei de Acesso à Informação Pública: análise dos portais dos Tribunais Regionais Federais**. REDESG - Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global, v. 1, n. 2, jul.dez/2012.

JARDIM, José Maria. **A invenção da memória nos arquivos públicos**. Ciência da Informação - Vol 25, número 2, 1995.

JARDIM, José Maria. **A lei de acesso à informação pública: dimensões político-informacionais**. Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação, v. 5, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xiiienancib/paper/viewFile/3784/2907>>. Acesso em: 29 Maio 2019.

JARDIM, J. M. **O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação**. In: ARQUIVO NACIONAL. Mesa redonda nacional de arquivos. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999.

LE COADIC, Y. F. **A ciência da informação**. Brasília: Briquet de Lemos, 1996.

MINAS GERAIS. **Lei nº 19.420, de 11 de janeiro de 2011**. Estabelece a política estadual de arquivos. Minas Gerais, Belo Horizonte, 12 jan.2011.

PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. 3. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004. 228 p.

PAIVA, Marília de Abreu Martins de. **Os arquivos públicos e o acesso à informação pública no Brasil: desafios e perspectivas**. In: MOURA, Maria Aparecida (Org.). A construção social do acesso público à informação no Brasil: contexto, historicidade e repercussões. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

PIEDRAS, Elisa Reinhardt; SILVA, Nathália dos Santos Silva. **A maior aventura tecnológica da humanidade: expectativas sociais em relação às novas tecnologias de informação e comunicação no Brasil, entre 1990 e 2015**. Conexão: Comunicação e Cultura. Caxias do Sul. v. 15, n. 30, jul./dez. 2016, p. 153-175.

RAMONET, Ignácio. **A Tirania da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 1999.

ROCHA, Eliane Cristina de Freitas. **Usuários e públicos nas práticas de profissionais da informação e áreas correlatas**. Biblionline, João Pessoa, v. 14, n. 4, p.65-82, 2018.

RODRIGUES, Ana Márcia Lutterbach. **A teoria dos arquivos e a gestão de documentos**. Perspect. ciênc. inf., Belo Horizonte, v.11 n.1, p. 102-117, jan./abr. 2006.

SANTANA, Emerson Nogueira. **Acesso livre à informação pública**. Revista do Arquivo Público Mineiro, v.46, n.1, p.130, janeiro/junho, 2010.

SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. **Arquivos modernos: princípios e técnicas**. Tradução de Nilza Teixeira Soares. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 388 p.

TANUS, Gabrielle Francinne de Souza Carvalho; ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. **O ensino da Arquivologia no Brasil: fases e influências**. Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação, v. 18, n. 37, p. 83-102, mai./ago., 2013.

VALLE JÚNIOR., Eduardo Alves do; ARAÚJO, Arnaldo de Albuquerque. **Digitalização de acervos, desafio para o futuro.** Revista do Arquivo Público Mineiro. 2005. Disponível em: <<http://www.eduardovalle.com/docs/valle05rapmDigitalizacaoAcervos.pdf>>. Acesso em: 02 de abril de 2019.

VALLE JÚNIOR, Eduardo Alves do. **Sistemas de Informação Multimídia na Preservação de Acervos Permanentes.** 128 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Computação). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2003.

WERTHEIN, Jorge. **A sociedade da informação e seus desafios.** C. Inf., Brasília, v. 29, n. 2, p. 71-77, maio/ago. 2000.

## APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA



### Mestrado Profissional em Sistemas de Informação e Gestão do Conhecimento

#### Coleta de Dados - Roteiro de Entrevista (*Semiestruturada*)

Dissertação: O Uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) no Acesso a Documentos do Arquivo Público Mineiro (APM)

Orientador: Marta Macedo Kerr Pinheiro

Aluno: André Luiz Ogando Pereira

*A identificação de dados pessoais, a seguir, é meramente para controle das entrevistas. Dados pessoais não serão inseridos na dissertação.*

**Nome do entrevistado:**

**Relação com o APM (cargo e/ou função):**

**Período em que trabalha ou trabalhou na Instituição (anos inicial e final):**

**Atividades:**

#### 1. Identificação das TIC

*Instruções: essa seção visa identificar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) que foram adotadas pelo Arquivo Público Mineiro (APM) a partir de 1990, aos dias atuais, com o propósito de promover o acesso.*

A. **Quais** TIC foram adotadas pelo APM, a partir de 1990 (ao período atual), visando a promoção do acesso? Mencionar o **ano** (ou período aproximado) de cada uma delas.

B. É possível identificar o **tipo** de cada uma dessas tecnologias (isto, se são *hardware*, *software*, rede de dados ou outro) e o **propósito** do emprego de cada uma delas? Se sim, especifique.

#### 2. Ampliação do acesso

*Instruções: essa seção visa identificar se a adoção de alguma das TIC promoveu a ampliação no número de acessos.*

A. Em relação às ferramentas identificadas em 1A, o uso de alguma(s) delas promoveu ampliação no **número de acessos** em relação a períodos anteriores, quando o APM não utilizava a ferramenta? Se sim, indique a **ferramenta** e a **ampliação** observada (se possível, de forma numérica. Caso não tenha números precisos, indique o que foi observado em relação ao acesso).

B. Considerando-se o **APM como um todo** (e não apenas uma ferramenta específica), considera que as TIC promoveram a **ampliação do acesso aos documentos na Instituição**? Se sim, de que maneira?

### 3. Composição do público

*Instruções: essa seção visa identificar se a adoção de alguma das TIC promoveu a diversificação do público atendido. As categorias de público consideradas são: administração (o próprio ente público), pesquisadores e cidadãos (a sociedade em geral, pessoas em busca de documentos, alunos de escolas, etc).*

A. Em relação à adoção das ferramentas identificadas em 1A, o uso de alguma(s) delas promoveu a diversificação da **composição do público atendido** em relação a períodos anteriores, quando o APM não utilizava a ferramenta? Se sim, indique a **ferramenta** e a **diversificação do público** observada (se possível, indique a composição do público, antes e após a adoção da ferramenta).

B. Considerando-se o **APM como um todo** (e não apenas uma ferramenta específica), considera que as TIC promoveram a **diversificação do público atendido pela Instituição**? Se sim, de que maneira?

### 4. Políticas, Programas ou Projetos

A. Houve alguma Política, Programa ou Projeto visando à ampliação do acesso e/ou a diversificação do público atendido pelo APM, de 1990 aos dias atuais? Caso saiba informar, especifique.

B. Alguma dessas Políticas, Programas ou Projetos envolveu o uso de alguma das TIC identificada(s) em 1A?

#### Extra (se necessário)

Narre as experiências mais interessantes que observou ou de que tenha conhecimento que relacionam o uso de tecnologias de informação com a ampliação do acesso e a diversificação do público no APM.